



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE, CULTURA
E FRONTEIRAS - NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

VANESSA CRISTHINA ZOREK DANIEL

**A DEMOCRACIA NAS RUAS: O CASO DAS MANIFESTAÇÕES NO
BRASIL (2014-2015)**

**FOZ DO IGUAÇU – PR
2016**

VANESSA CRISTHINA ZOREK DANIEL

**A DEMOCRACIA NAS RUAS: O CASO DAS MANIFESTAÇÕES
DO BRASIL (2014-2015)**

Dissertação apresentada à
Universidade Estadual do Oeste do
Paraná – UNIOESTE – para
obtenção do título de Mestre em
Sociedade, Cultura e Fronteiras,
junto ao Programa de Pós-
Graduação *Stricto Sensu* em
Sociedade, Cultura e Fronteiras,
área de concentração: Sociedade,
Cultura e Fronteiras.
Linha de Pesquisa: Trabalho,
Política e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José
Martins

FOZ DO IGUAÇU-PR
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do Campus de Foz do Iguaçu – Unioeste
Ficha catalográfica elaborada por Miriam Fenner R. Lucas - CRB-9/268

D184 Daniel, Vanessa Christina Zorek

A democracia nas ruas: o caso das manifestações no Brasil
(2014-2015) / Vanessa Christina Zorek Daniel.- Foz do Iguaçu, 2016.
135 f., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José Martins
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Sociedade, Cultura e Fronteiras - Universidade Estadual do Oeste
do Paraná.

1. Brasil – Política e governo – 2014-2015. 2. Movimentos sociais –
Brasil. 3 Democracia. 4. Corrupção na política – Brasil – História. I. Título.

CDU 323.233(81)
321.7(81)

VANESSA CRISTHINA ZOREK DANIEL

**A DEMOCRACIA NAS RUAS: O CASO DAS MANIFESTAÇÕES DO BRASIL
(2014-2015)**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível de Mestrado, área de Concentração em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE *campus* de Foz do Iguaçu.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando José Martins
Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE
(Orientador)

Profa. Dr. Silvana Souza
Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE

Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri
Universidade Federal da Integração Latino Americana - Unila

Prof. Dr. Renata Peixoto de Oliveira
Universidade Federal da Integração Latino Americana - Unila

Foz do Iguaçu, 25 de março de 2016.

Aos meus avós, que tanto
amo José e Felícia, ao meu
marido Eduardo meu
companheiro de todas as
horas.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer de forma muito especial ao meu professor Orientador Fernando José Martins, a paciência, aos direcionamentos, e principalmente pelo exemplo de professor que vou levar para vida, ele com um coração valioso, mostra que os sábios ensinam com humildade e escutam com paciência.

Agradeço as professoras Silvana Souza, Regina Coeli Machado e o professor Fabrício Pereira da Silva que através da banca de qualificação trouxeram valiosas contribuições.

Agradeço ao meu marido Eduardo, que me apoiou em todas as etapas, sempre com muito carinho e paciência, cuidando da minha saúde do meu bem-estar nos momentos difíceis, me dando forças e me motivando todos os dias.

Agradeço as minhas amigas Daniela, Carla e Nicolle que sempre foram nas horas de angustia, as melhores companhias, mesmo que nem sempre estivéssemos juntas pessoalmente.

As amigas e companheiras de mestrado Manoela, Paula, Laura, Grazielle, Aline e Marlene, pessoas com quem pude contar para aliviar a tão incomoda ansiedade que se faz presente no momento da escrita, a troca de experiências, dicas, e incentivo foi para mim fundamental.

Ao meu cunhado Alexandre, ao meu amigo José Bruno e minha querida amiga Marlene, por prestarem auxílio na leitura do texto e na tradução dos resumos em língua estrangeira.

A amiga Maricélia Nunes, pela atenciosa leitura e correção do texto.

Aos meus pais e familiares que sempre me incentivaram, pela compreensão dada aos momentos de ausência, e pelo carinho com que sou presenteada todas as vezes que nos encontramos.

DANIEL, VANESSA CRISTHINA ZOREK. **A DEMOCRACIA DAS RUAS: O CASO DAS MANIFESTAÇÕES DO BRASIL**. 2016. 135 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS) – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. FOZ DO IGUAÇU.

RESUMO

Em decorrência das novas características apresentadas pelo cenário democrático brasileiro, provocado principalmente pela presença de manifestações críticas ao governo federal, tivemos como principal objetivo neste trabalho desenvolver uma reflexão sobre que tipo de democracia se faz presente nas ruas brasileiras. Para tanto, buscamos apoio na teoria democrática liberal, no sentido de orientar sobre as características e os limites que esse modelo oferece à democracia contemporânea. Além disso, nos voltamos ao contexto político nacional que precede as manifestações ocorridas entre outubro de 2014 e março de 2015, com o objetivo de compreender em que medida o contexto prévio do Partido dos Trabalhadores e o seu envolvimento em escândalos de corrupção influenciam nas manifestações atuais, pautadas na anticorrupção e no antipetismo. Este trabalho é de caráter explicativo e busca analisar e interpretar os fatores que contribuíram ou induziram os sujeitos a se identificarem entre si e a participarem ativamente na formação das manifestações, questões que podem estar associadas aos escândalos de corrupção e à falta de benefícios ou ganhos concedidos à classe média tradicional na gestão petista, como também à determinação ideológica. As manifestações se mostram com o foco voltado às denúncias de corrupção feitas em relação ao Partido dos Trabalhadores, diminuindo a atenção sobre a corrupção cometida por outros partidos ou outras instâncias de poder. Além disso, não existe aprofundamento de discussão e propostas por parte de sujeitos que conduzem as ações públicas; a cidadania ativa expressa por esses cidadãos fica restrita ao ato de evidenciar a sua frustração e pedir a saída da atual presidenta da República.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, Brasil, manifestações anticorrupção e antipetistas.

DANIEL, VANESSA CRISTHINA ZOREK. **LA DEMOCRACIA EN LAS CALLES: EL CASO DE LAS MANIFESTACIONES DE BRASIL (2014-2015)**. 2016. 135 F. TESIS (MASTERS EN SOCIEDAD, CULTURA Y FRONTERAS) – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. FOZ DO IGUAÇU.

RESUMEN

En vista de las nuevas características presentadas por el escenario democrático brasileño, provocado principalmente por la presencia de manifestaciones críticas al gobierno federal, tuvimos como principal objetivo en este trabajo desarrollar una reflexión sobre qué tipo de democracia se hace presente en las calles brasileñas. Para tanto, buscamos apoyo en la teoría democrática liberal, en el sentido de orientar sobre las características y los límites que ese modelo ofrece a la democracia contemporánea. Más allá de eso, nos fijamos en el contexto político nacional que precede a las manifestaciones ocurridas entre octubre de 2014 y marzo de 2015, con el objetivo de comprender en qué medida el contexto previo del Partido de los Trabajadores y su involucramiento en escándalos de corrupción influyen en las manifestaciones actuales, pautadas en la anticorrupción y en el antipetismo. Este trabajo es de carácter explicativo y busca analizar e interpretar los factores que contribuyeron y llevaron a los sujetos a identificarse entre sí y a participar activamente en la formación de las manifestaciones, cuestiones que pueden estar asociadas a los escándalos de corrupción y a la falta de beneficios o ganancias concedidos a la clase media tradicional en la gestión petista, como también, a la determinación ideológica. Las manifestaciones se muestran atentas a las denuncias de corrupción hechas en relación al Partido de los Trabajadores, disminuyendo la atención sobre la corrupción cometida por otros partidos u otras instancias de poder. Además, no existe profundización de discusión y propuestas por parte de sujetos que conducen las acciones públicas; la ciudadanía activa expresa por esos ciudadanos queda restringido el acto de evidenciar su frustración y pedir la salida de la actual presidente de la República.

PALABRAS-CLAVE: Democracia, Brasil, manifestaciones, anticorrupción y antipetistas.

DANIEL, VANESSA CRISTHINA ZOREK. **LA DEMOCRAZIA NELLE VIE: IL CASO DELLE MANIFESTAZIONI IN BRASILE (2014-2015)**. 2016. 135 F. TESI DI LAUREA (MASTER IN SOCIETÀ, LA CULTURA E LE FRONTIERE) – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. FOZ DO IGUAÇU.

RIASSUNTO

In conseguenza delle nuove caratteristiche presentate per lo scenario democratico brasiliano, provocato principalmente per la presenza delle manifestazioni critiche al governo federale, abbiamo avuto come principale obiettivo in questo lavoro sviluppare una riflessione sul tipo di democrazia che si fa presente nelle vie brasiliane. Per questo, abbiamo cercato supporto nella teoria democratica liberale, in senso da orientare su le caratteristiche e i limiti che questo modello offre alla democrazia contemporanea. Inoltre, ci siamo tornati al contesto politico nazionale che precede alle manifestazioni accadute fra ottobre da 2014 e marzo da 2015, con l'obiettivo da capire in che misura il contesto anteriore del *Partido dos trabalhadores* (PT) e il suo avvolgimento negli scandali di corruzioni hanno influenzato nelle manifestazioni attuali, guidate nella anticorruzione e nel *antipetismo*. Questo lavoro è da carattere esplicativo e cerca da interpretare i fattori che hanno contribuito oppure introdotto i soggetti a identificarsi fra di loro e a partecipare attivamente nella formazione delle manifestazioni, questioni che possono stare associate agli scandali de corruzione e a la mancanza de benefici oppure guadagni concesse alla classe media tradizionale nella gestione del PT, come pure la determinazione ideologica. Le manifestazioni ci sono mostrate col foco tornato alle denunce di corruzione fatte in relazione al *Partido dos trabalhadores*, diminuendo l'attenzione su la corruzione impegnata dall'altri partiti oppure altre istanze dal potere. Inoltre, non c'è approfondimento da discussione e proposte dalla parte de soggetti che conducono le azioni pubbliche; la cittadinanza attiva espressa per questi cittadini rimane restretta all'atto da evidenziare la sua frustrazione e chiedere l'uscita dell'attuale presidente della Repubblica.

Parole Chiave: Democrazia , Brasile , manifestazioni anticorruzione e antipetistas.

DANIEL, VANESSA CRISTHINA ZOREK. **DEMOCRACY IN THE STREETS:** THE CASE OF THE MANIFESTATION OF BRAZIL (2014-2015). 135 F. THESIS (MASTERS IN SOCIETY, CULTURE AND BORDERS). UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. FOZ DO IGUAÇU.

ABSTRACT

In light of the new characteristics presented by the Brazilian democratic scenario caused mainly due to critical demonstrations towards the federal government, this thesis aims at reflecting on the nature of the democracy present on Brazilian streets. Therefore, we seek support in the liberal democratic theory in order to guide us as to the characteristics and the limits that this model offers to the contemporary democracy. Besides, we focus on the national political context that precedes the demonstrations occurred between October 2014 and March 2015 so as to understand in which extent the current demonstrations, focused on anti-corruption and antipetismo, were influenced by previous events – such as the corruption scandals concerning the Workers' Party (PT). For this reason, this research is characterized as an exploratory work that analyzes the factors that contributed or led the individuals to identify themselves as a group and to participate actively in the demonstration. We noticed that the questions raised can be associated to the corruption scandals and to the lack of benefits received by the traditional middle class during the time PT governed the country, not to mention the ideological setting. The demonstrations had their goals at exposing the corruption reports related to the Workers' Party, diminishing the attention about corruption involving either other political parties or other instances of power. Furthermore, observed that there were no deep discussions and propositions made by the people who led those public acts; and also, the active citizenship expressed by these citizens is limited to the act of emphasizing their frustration and to demand the impeachment of the current president.

Keywords: Democracy, Brazil, anti-corruption demonstrations and antipetistas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Renda familiar em salários mínimos	50
Tabela 2 - Candidato que defenderá os mais pobres	56
Tabela 3 - Candidato que defenderá os mais ricos	56
Tabela 4 - Campanha entre manifestações de junho de 2013 e março de 2015.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS

DEM – Democratas
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MPL – Movimento Passe Livre
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU – Organização das Nações Unidas
PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCO – Partido da Causa Operária
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PEN – Partido Ecológico Nacional
PFL – Partido da Frente Liberal
PGT – Partido Geral dos Trabalhadores
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL – Partido Liberal
PL – Projeto de Lei
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PNE – Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPL – Partido Pátria Livre
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional

PROS – Partido Republicano da Ordem Social
ProUni – Programa Universidade para Todos
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSN – Partido da Solidariedade Nacional
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PST – Partido Social Trabalhista
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde
SD – Solidariedade (partido político)
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UOL – Universo Online
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 DEMOCRACIA LIBERAL OU LIBERALISMO DEMOCRÁTICO	19
1.1 OUTRAS POSSIBILIDADES, OUTRAS DEMOCRACIAS	20
1.1.1 A democracia socialista.....	22
1.2 PILARES DA TEORIA DEMOCRÁTICA LIBERAL: A TEORIA DAS ELITES	24
1.3 A DEMOCRACIA LIBERAL.....	29
1.4 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO LIBERAL.....	38
1.5 LIBERALISMO X DEMOCRACIA.....	40
2 O INÍCIO DO FIM DO BRILHO DA ESTRELA: O PROCESSO DE DESLEGITIMAÇÃO DO PT E DOS VOTOS DIRECIONADOS AO PARTIDO	46
2.1 AS BASES ELEITORAIS DO PT E SUA CAMINHA AO CENTRO	48
2.2 AS REELEIÇÕES DO PARTIDO DOS TRABALHADORES À PRESIDÊNCIA E A CRÍTICA AO “VALOR” DO VOTO.....	54
2.3 RAÍZES DA DEMOCRACIA E CIDADANIA BRASILEIRA	62
2.4 ANTIPETISMO E ANTICORRUPÇÃO NÃO SÃO SINÔNIMOS.....	68
3 FORA DILMA, FORA PT: QUAL DEMOCRACIA ESTÁ PRESENTE NAS RUAS?	74
3.1 AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS ANTICORRUPÇÃO E ANTIPETISTAS	75
3.2 QUAL É A DEMOCRACIA PRESENTE NAS RUAS?	88
3.3 O CONCEITO DE DEMOCRACIA EM MOVIMENTO	93
3.4 A ONDA VERDE-AMARELO.....	105
3.3.1 O processo de crescimento da Direita.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS.....	128

INTRODUÇÃO

Recentemente o cenário político latino-americano, esteve relacionado ao fenômeno denominado “onda rosa” (F. P. SILVA, Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço 2015) ou “maré rosa”¹ (PANIZZA 2006), expressões que se referem ao fato de partidos políticos progressistas e de esquerda chegaram ao poder em vários países da região. Fenômeno que se destaca ao compararmos a história política pregressa latino-americana, caracterizada por regimes oligárquicos, ditaduras e governos democráticos de caráter conservador (SILVA, 2015). No Brasil esse período se inicia com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência em 2003, tanto no primeiro mandato como no segundo contou com alto índice de aprovação popular, possibilitando que o Partido dos Trabalhadores ganhasse com Dilma Rousseff mais duas eleições consecutivas.

No entanto o longo período em que o PT esteve à frente do governo Federal de forma estável parece ter chegado ao fim, o partido que tem sido associado de forma mais enfática a corrupção desde 2005, durante os primeiros três mandatos contou com alta popularidade, o que se deve principalmente ao crescimento no nível de consumo das classes menos favorecidas (COIMBRA, 2007). Contudo desde 2014 ano de eleição presidencial houve o crescimento de uma campanha antipetista com adeptos dentro e fora da esfera política.

O antipetismo se mostrou de forma mais expressiva a partir do período em que antecedeu o segundo turno das eleições presidenciais (5 à 26 de outubro de 2014) e manteve uma onda de crescimento o que possibilitou a formação de amplas mobilizações sociais em 15 de março de 2015 em todo o Brasil (posteriormente houveram outras mobilizações com o mesmo intuito – em 12 de abril e 16 de agosto de 2014). Nesse sentido essas manifestações intensificaram a polarização política

¹ Hugo Chávez pelo partido Movimento V Republica (MVR) em 1998. Em 2000, Ricardo Lagos, do Partido Socialista do Chile (PSCh). No Brasil, em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Nestor Kirchner elege-se, 2003, na Argentina. Tabaré Vázquez, da Frente Ampla (FA), em 2004 no Uruguai. Em 2005, Evo Morales, do Partido Movimento ao Socialismo (MAS) na Bolívia. Em 2006, Rafael Correa, pelo movimento Pátria Altiva e Soberana (PAIS) Equador. Em 2006, Daniel Ortega pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) na Nicarágua. No Paraguai, Fernando Lugo, elegeu-se através da *Alianza Patriótica por el Cambio* (APC). Em 2009, Mauricio Funes, da *Frente Farabundo Martí para a libertação Nacional* (FMLN) é eleito em El Salvador.

entre antipetistas e pró-petistas como também entre defensores de um modelo político mais progressista e de outro lado defensores de um Estado neoliberal ortodoxo principalmente no período eleitoral.

Concomitante ao aumento do antipetismo e da militância principalmente virtual contra os partidos e movimentos de esquerda, cresce também o auto reconhecimento de sujeitos que simpatizam com a direita. Essa situação é recente no Brasil, já que este espectro político foi fortemente ligado ao regime ditatorial. Nesse sentido a direita, escondia-se sobre a legenda de centro, fenômeno que foi designado como a “direita envergonhada”, fato que ao longo do tempo acabou enfraquecendo, principalmente devido à chegada de novos eleitores que não tiveram contato com o período da ditadura, como também em decorrência das mudanças nos quadros partidários e do surgimento de novas lideranças políticas (SANTOS, 2014).

Esse contexto do ressurgimento da autodeclaração das posições de direita, aliadas aos quadros de corrupção ligados ao PT (centro-esquerda), passa a dar uma conotação positiva e valorativa a alguns posicionamentos neoliberais e conservadores, presente em alguns quadros da sociedade civil e de partidos políticos ligados a direita. O movimento que esteve nas ruas e nas redes sociais contra o PT e o governo Dilma, contou com adeptos que levantavam a bandeira da anticorrupção, nesse sentido, os movimentos que levaram as ruas faixas e cartazes pedindo o impeachment de Dilma Rousseff em 2015, tinham entre eles grupos que buscavam chamar atenção para alto índice de corrupção política no país. Nesse sentido as mobilizações aqui referidas são designadas por alguns autores como Tatagiba et al. (2015) como movimentos à direita, no sentido em que as ações promovidas não estão ligadas à esquerda e se posicionam em seus atos de protestos contrários a ela.

O antipetismo e a anticorrupção ganharam força, utilizando as falhas morais do Partido dos Trabalhadores, dado os casos de corrupção citados como originados ou organizados pelo PT, como o Mensalão e o Petrolão. Além disso, outro ponto de fortalecimento desses movimentos esteve sobre a estagnação econômica da classe média em comparação à ascensão da nova classe trabalhadora e o aumento da inflação.

O fortalecimento das mobilizações à direita no Brasil, possui uma ligação com as Jornadas de Junho de 2013, pois foi nesse momento que indivíduos puderam

forjar/fortalecer os quadros interpretativos de ação, que tiveram o papel de classificar, nomear e ligar diversos descontentamentos, dando a eles significados mais amplos (TARROW 2009). Como também foi o momento em que a sociedade civil e política percebe a incapacidade do governo de atender a todas as pautas colocadas na rua, nesse sentido a direita passa a utilizar dessa ferramenta para enfraquecer ainda mais o governo.

Com o objetivo de investigar as manifestações à direita, buscamos desenvolver esta pesquisa limitando o período de tempo entre o segundo turno eleitoral de 2014 e 15 de março de 2015. Nesse sentido as manifestações selecionadas seriam as que não foram iniciadas pela esquerda, e que possuem como temas principais a anticorrupção e o antipetismo².

A problematização foi motivada pelo aumento de manifestações e mobilizações sociais contra o governo federal, o que poderia indicar um maior envolvimento popular na esfera política e gradativamente um aprofundamento democrático, sinalizando a mudança para uma democracia inclusiva e participativa, no sentido em que a participação pública proporcionaria aos cidadãos uma maior consciência política. Desta forma nosso questionamento esteve sobre qual conceito de democracia está presente nas manifestações antipetistas e anticorrupção? Para o desenvolvimento dessa questão, traçamos alguns objetivos específicos: 1) investigar, dentro das teorias democráticas, as principais características do modelo atual de democracia, a democracia liberal; 2) entender os motivos que proporcionaram uma longa administração petista como também o crescimento dos descontentamentos e da oposição pública e política que culminou nas manifestações antipetistas e anticorrupção; 3) entender quais elementos que convergiram para a formação das mobilizações antigoverno. O objetivo geral consiste em entender qual conceito de democracia está presente nas mobilizações à direita.

A relevância social deste trabalho está relacionada a contemporaneidade do tema, além de estar relacionado a uma das principais pautas jornalísticas atuais (os escândalos políticos relacionando o PT) que preenchem os espaços dos jornais

² Por uma questão objetiva, foram analisados os eventos que se desenvolveram na cidade de São Paulo. Além disso, foram levadas em conta a observação empírica relacionada às redes sociais virtuais e a visita às páginas no Facebook, como Movimento Contra a Corrupção e TV Revolta, as duas maiores páginas de oposição contra o governo, nas quais as sondagens foram feitas principalmente no mês de outubro de 2014.

televisivos, impressos e digitais. Em relação ao meio acadêmico, existem poucos trabalhos desenvolvidos que relacionam as manifestações à direita e abordam sua relação com a democracia; uma das coletâneas que reúnem os principais artigos sobre o tema é o livro *Direita, volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (2015), organizado por Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel e Gustavos Cotas, e publicado pela Editora Perseu Abramo, o qual reúne os artigos mais bem fundamentos sobre o tema em questão.

Esta pesquisa se pretende de caráter explicativo, visto que buscamos analisar e interpretar as manifestações à direita como parte componente do modelo de governo democrático. Para isso, buscamos identificar quais fatores contribuíram ou induziram para a formação das manifestações e como estas se relacionam e são influenciadas pelo modelo democrático atual. A pesquisa também busca aprofundar o conhecimento sobre a realidade atual, se pautando na análise dos acontecimentos e procurando determinar suas causas no âmbito social e político. A técnica utilizada para o seu desenvolvimento consiste na pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros e artigos publicados sobre o tema e teorias que deram fundamentação para a análise, foram utilizadas também notícias jornalísticas publicadas principalmente em jornais de formato digital. Além disso, nos utilizamos da observação assistemática e não participante, que a contemporaneidade ao tema e o espaço nos possibilitaram.

Neste trabalho a pesquisa se dividiu em três etapas que corresponde aos três capítulos. No primeiro deles, intitulado *Democracia Liberal ou Liberalismo Democrático*, exploramos o conceito hegemônico de democracia, a democracia liberal. Iniciamos apontando a existência de outras teorias democráticas com a intenção de enfatizar a ideia de que existem outras correntes democráticas, por conseguinte, outras possibilidades de governos democráticos em que a participação seja mais intensa e aprofundada, com caráter mais popular e mais próximo ao ideal democrático. Logo em seguida, perpassamos pela Teoria das Elites, que se caracteriza como as bases teóricas do pensamento democrático liberal; buscamos também descrever o processo de aproximação entre o pensamento liberal e o pensamento democrático, para em seguida discutirmos brevemente sobre a participação nesse modelo de democracia. Ao final, evidenciamos como o liberalismo em sua associação com a democracia tem muito mais força, principalmente quando o capitalismo sente-se ameaçado; sendo assim, a democracia nesse modelo sempre irá ceder ao liberalismo.

No segundo capítulo, intitulado *O início do fim do brilho da Estrela: o processo de deslegitimação do PT e dos votos direcionados ao partido*, buscamos evidenciar o processo de aproximação do Partido dos Trabalhadores ao centro do espectro ideológico entre direita e esquerda e a primeira vitória presidencial deste partido, que ocorre em 2002, após seu caminho político de moderação. Em seguida, exploramos os fatos relacionados aos escândalos de corrupção vinculados ao partido em 2005, durante esse processo ocorre uma troca nas bases eleitorais do partido, em decorrência disso evidencia-se uma agressiva campanha direcionada aos votos relacionados ao PT, principalmente ligada à argumentação de que os votos ao partido, que provêm em sua maioria das classes pobres, são também votos de pessoas mal informadas que não são incapazes de fazer uma escolha consciente. Em seguida, por meio de uma breve explicação acerca da formação da cidadania brasileira, fazemos uma relação entre a cidadania política entre as classes menos privilegiadas e a deslegitimação do voto. Terminamos o capítulo abordando o tema em relação as manifestações que trazem em seu interior o antipetismo e a anticorrupção, apontando que esses assuntos apesar de fazerem parte das mesmas mobilizações não convergem sob a mesma finalidade.

O terceiro capítulo *Fora Dilma, Fora PT: Qual democracia está presente nas ruas?*, no qual pretende-se analisar as mobilizações sociais dirigidas contra a presidente Dilma Rousseff, a corrupção e ao Partido dos Trabalhadores, observando a relação entre a democracia liberal e o perfil das manifestações. Nessa seção da pesquisa abordamos também a questão do crescimento da direita no Brasil e suas possíveis motivações, as quais tendem a manter uma linha de aproximação com os acontecimentos acima analisados.

1 DEMOCRACIA LIBERAL OU LIBERALISMO DEMOCRÁTICO

O debate sobre democracia é composto por várias linhas de discussões que não chegam a um consenso, ou seja, é permeado por vários discursos com distintas conceptualizações. No entanto, a corrente que tem conquistado mais espaço é a denominada “elitista-pluralista”; esta é caracterizada como uma corrente hegemônica³ ou dominante e representada principalmente pelos estudos de autores como: Schumpeter, Downs, Sartori e Bobbio, entre outros (SILVA, 2015, p. 51).

Sem dúvida, ao apontarmos uma corrente majoritária sobre democracia – o que não a classifica como a melhor, mas como a que possui a maior aceitação no meio político, econômico e acadêmico –, marca-se a existência de outras correntes, as “contra-hegemônicas” ou minoritárias, que são representadas principalmente pelas teorias que defendem uma maior participação no regime democrático.

Neste capítulo, pretende-se a discussão sobre o conceito de democracia, principalmente o formulado pela corrente elitista-pluralista, ou seja, a democracia em sua versão em conjunto com o liberalismo. Porém, além de nos voltarmos às características deste, que utiliza a democracia como método e não como um fim em si mesmo, buscaremos evidenciar que a democracia liberal é apenas uma alternativa política ao modelo democrático, e não a única, como o imaginário político hegemônico tende a frisar.

Na busca de um entendimento mais profundo em relação ao modelo democrático vigente, abordamos brevemente uma das correntes de pensamento pré-democrático que está na base do pensamento democrático liberal, denominada “teoria das elites”, para em seguida perpassar pela evolução do pensamento liberal democrático até o seu modelo descritivo atual. Sob os alicerces teóricos revisados até aqui, passamos a formular algumas considerações sobre esse modelo democrático, que após a queda do Muro de Berlim veio a ser divulgado sob a imagem do modelo político mais desenvolvido e considerado Universal, isto é, que serviria como o modelo a ser seguido por todas as nações.

³ O conceito de democracia hegemônica e contra-hegemônica é emprestado de Silva (2015). Em suas palavras, a “noção de ‘hegemonia’ e ‘contra-hegemonia’ (em sentido gramsciano) [é utilizada] para me referir ao peso de correntes da teoria democrática, enquanto muitos autores preferem utilizar termos mais amenos ‘majoritárias’ e ‘minoritários’” (F. P. SILVA, Democracias Errantes 2015, 51). Desse modo, o pesquisador demonstra a sua posição de que não considera os debates sobre a democracia nem “neutros” e nem “descritivos”.

1.1 OUTRAS POSSIBILIDADES, OUTRAS DEMOCRACIAS

O estudo de Gabriel Vitullo (2012) se destaca por desenvolver uma compilação e classificação sobre ideias e autores que trabalham com teorias democráticas mais inclusivas e participativas, as quais ele divide em três grupos: *democracia participativa*, *deliberativa* e *cívico-republicana*. Buscamos, a partir do seu estudo, expor resumidamente os modelos de democracia contra-hegemônicas sem nos ater às críticas ou aos problemas que podem vir a surgir em cada modelo, mas com o foco em desenvolver um panorama sobre a existência de outras concepções democráticas, entre as quais incluímos também a concepção democrática socialista de orientação marxista.

Iniciamos pelas teorias que se concentram em torno da chamada *democracia participativa*. As principais discussões surgiram na década de 1960 (VITULLO 2012), época que foi marcada pelo surgimento de protestos, avanço e disseminação das ideias feministas, antirracistas, entre outras manifestações que marcavam preocupações com as minorias e os excluídos, momento em que o espírito de participação e exposição de ideais e demandas passou a ser mais facilmente revelado e discutido em âmbitos como universidades, escolas, fábricas, entre outros espaços. O pensamento teórico participacionista surgiu justamente para dar o suporte teórico às práticas que vinham sendo adotadas por grupos que passaram a reivindicar o atendimento de suas demandas, buscando colocar no centro das discussões democráticas a “participação como um valor fundamental” (VITULLO 2012, 11). Segundo os autores classificados nessa corrente, a participação estaria além de um sistema político, mas funcionaria como um meio para a transformação dos indivíduos, a partir de valores, crenças e ações. Sendo assim, a democracia participativa tem como ideal uma nova forma de conceber a sociedade, que está moldada nos âmbitos da democracia liberal. Nos moldes desse modelo, a participação deveria superar os espaços políticos tradicionais e a democracia deveria passar a acontecer de forma prática também nas escolas, em ambientes de trabalho, na vizinhança, entre outros.

Em síntese, o ideal da democracia participativa é que a democracia passe a significar mais do que apenas a escolha de elites a cada dois ou quatro anos, ou seja, vislumbram-se atividades que sejam capazes de tornar cotidiana a democracia

direta, em diversos âmbitos da vida social, e que os próprios indivíduos possam participar das decisões que afetam as suas vidas, sendo que um dos objetivos é que todos os cidadãos desenvolvam comprometimento no sentido de participar de forma ativa nas elaborações de projetos com vantagens aos membros de toda a comunidade. Essa corrente defende ainda que a possibilidade de os cidadãos estarem envolvidos em decisões que afetam suas vidas de uma forma direta seria em si o principal incentivo para que se mantenham sempre informados e busquem desempenhar de forma responsável suas tarefas ligadas à política. Além disso, o indivíduo nesse tipo de democracia desenvolveria um nível maior de tolerância e solidariedade, mostrando interesse e preocupação em relação às instâncias além das suas. Entre os principais autores dessa corrente Vitullo classifica: Crawford Brough Macpherson, Carole Pateman, Peter Bachrach e Robert Dahl principalmente em seus últimos trabalhos.

O segundo modelo descrito por Vitullo é a *democracia deliberativa*, que passa a ser discutida concomitantemente ao surgimento das discussões sobre a democracia participativa, no entanto, é apenas na década de 1980 que aparece de forma mais elaborada (VITULLO 2012, 51). Esse modelo consiste na discussão de forma aberta e ampla sobre decisões e caminhos a serem tomados e que envolvam a participação aberta de toda a sociedade. Nessa corrente, os interesses propostos pela sociedade devem ser expressos juntamente com explicações lógicas e racionais, mas, além disso, as propostas devem focar principalmente no bem comum, no que é bom para todos; sendo assim, as discussões se pautam em buscar escolhas sobre as decisões públicas que visem aos interesses gerais. Nesse modelo, os cidadãos seriam extremamente ativos, pois deveriam reunir-se permanentemente para o ato da deliberação, que seria permeado por troca de argumentos na tentativa de convencer o outro. Além do mais, as propostas e as defesas para tais decisões não poderiam se basear apenas em opiniões pessoais, mas estarem embasadas em razões que visem ao coletivo.

A democracia deliberativa possui uma visão sobre a natureza humana diferente da democracia liberal, pois o indivíduo nesse tipo de democracia não tomaria decisões visando aos próprios interesses. Ela também defende que a discussão pública, sobre os interesses públicos, acaba por tornar mais éticas as escolhas realizadas, pois abre o espaço para que todos possam reconhecer os temas de outras perspectivas e acabem levando a visão do outro em consideração

no momento da escolha. Entre os principais autores deliberacionistas estudados por Vitullo estão: James Bohman, Joshua Cohen, John S. Dryzek, Cass Sustein, Carol C. Gold, David Miller, John Keane e Carlos Nino.

Outra corrente que se ocupa do pensamento democrático é a *cívico-republicana*, que tem como uma de suas influências a prática democrática clássica de Atenas e Esparta. Essa vertente tem como objetivo central desenvolver o republicanismo, de forma que a cidadania ocorra em um sentido profundo e de modo contínuo. Em relação ao voto no republicanismo, acredita-se que as pessoas deveriam responder de forma pública pela decisão tomada, de modo que esta possa ser justificada e discutida, excluindo-se o comportamento de anonimato diante do voto, como uma forma de prevenir a ocorrência de votos equivocados. As principais diferenças entre esse e os modelos anteriores é que os autores do republicanismo-cívico buscam marcar a diferença entre os espaços públicos e privados.

A diferença em relação ao participacionismo é que no modelo cívico-republicano a participação em assuntos pequenos e pontuais não é tão valorizada, e busca-se enfatizar a participação nas decisões macropolíticas. No entanto, ambos os modelos valorizam a participação como um fim em si mesmo. Em relação à democracia deliberativa, a diferença desse modelo se encontra no ponto em que a valorização da expressão dos cidadãos sobre as suas opiniões vai além, pois passa a abordar com mais ênfase o ato da escuta e a apreciação das falas de um modo mais enfático que a anterior. Nessa corrente, o foco se dá nos estudos de três autores: Benjamin Baber, Sheldon Wolin e Hannah Arendt.

1.1.1 A democracia socialista

Não é novidade que o pensamento marxista tem em relação à democracia liberal várias críticas; uma das principais está relacionada com a falsa ideia de “liberdade”, que para o marxismo deveria englobar tanto a liberdade econômica quanto a política. Para a democracia liberal, a liberdade política é representada pelo sufrágio universal, que tem como essência ser a ferramenta por meio da qual ocorre a escolha da elite política. A crítica se faz principalmente sobre esse modelo

restritivo de participação, que dificilmente envolve outras decisões além dos nomes a quem o poder do Estado é delegado.

O outro ponto de crítica se volta à liberdade econômica liberal, que defende “que todos os seus membros sejam igualmente livres para concretizar suas capacidades” (MACPHERSON, 1978, p. 9). A crítica marxista alega que nesse modelo a sociedade está dividida em duas partes, sendo que uma grande parcela se encontra excluída da possibilidade de usufruir dessa liberdade. “A liberdade de apropriação de grandes meios de produção como propriedade privada, implica a existência de uma classe social a vender a sua força de trabalho” (MANDEL, 1978, p. 141). A liberdade de desenvolvimento econômico e acumulação de bens se dá por meio da exploração do trabalho do outro, a liberdade de uns (acúmulo de bens e dinheiro) implica a restrição de outros. Todos são livres para comprarem carros de luxo, no entanto, a margem dos que podem escolher se querem ou não comprar é muito restrita.

Para Coutinho, a democracia no socialismo, além da socialização dos meios de produção, deverá prevalecer também na socialização dos “meios de governar”, ou seja, com a constante participação no meio político, um autogoverno das massas (COUTINHO, 1979, p. 38).

É nossa convicção que a democracia de massas (a expressão é de Ingrao) que deve servir de superestrutura à transição para, e à construção de, uma sociedade socialista tem de surgir dessa articulação entre as formas de representação tradicionais e os organismos de democracia direta; essa articulação, como dissemos, deve promover a síntese dos vários sujeitos políticos empenhados na transformação social uma síntese que – respeitada a autonomia e o pluralismo dos movimentos de base – seja a portadora da hegemonia dos trabalhadores sobre o governo da sociedade como um todo. O que se propõe, em outras palavras, é a constituição do “autogoverno dos produtores associados”, a que se referiam Marx e Lênin (COUTINHO, 1979, p. 39).

Mandel (1978, p. 151-152), a respeito da democracia do proletariado, acrescenta que já em seu início o Estado começará a deixar de existir, pois o que se prevê é a autogestão e administração feita pelos cidadãos. Os trabalhadores, organizados por meio de conselhos, farão parte de forma ativa do poder. Além disso, será extinta a carreira política, a partir da introdução de “rotação obrigatória” em todas as esferas, e se fará a eleição dos juízes. Os meios de comunicação serão de propriedade coletiva e estarão a serviço daqueles que os reivindicarem. Com o espírito de defesa da liberdade, serão desenvolvidos meios de comunicação e

organização que venham a desempenhar o papel de dar expressão às minorias, como também à oposição, sendo que nenhum grupo deva ficar excluído das liberdades democráticas.

Assim, considerando os exemplos de democracia acima expostos, ressaltamos que essa breve exposição teve o intuito de promover uma contraposição à ideia enfática de que existe apenas um modelo de democracia possível, o modelo liberal. A concepção democrática hegemônica mundial está condicionada à estrutura desse modelo, que em si tolhe a possibilidade de distintas organizações.

1.2 PILARES DA TEORIA DEMOCRÁTICA LIBERAL: A TEORIA DAS ELITES

O enfrentamento entre o elitismo e a democracia é tão antigo que podemos buscar exemplos na Grécia antiga. Platão, em *A República*, reprova a condição de igualdade política existente entre os cidadãos na *pólis*, pois defende que o equilíbrio social está resguardado sob as desigualdades humanas intrínsecas. Para ele, um modelo político perfeito seria aquele em que a *pólis* fosse governada por sábios e filósofos, conhecedores amplos da moral (HOLLANDA, 2011, p. 8-9). A ideia de ter o povo presente e ativo no governo sempre foi incômoda: não só nos tempos antigos, mas também na atualidade, a ideia de uma democracia que retoma os princípios gregos de igualdade entre os homens é vista como algo fora da realidade, um projeto inalcançável.

Além disso, a democracia liberal tem condicionado o homem contemporâneo ao quase nulo exercício democrático, com a sua participação basicamente restrita ao período eleitoral, no qual o cidadão escolhe entre os candidatos previamente selecionados pelos partidos. Isso ocorre porque as bases democráticas estão fundadas em pensamentos pré-concebidos sobre a natureza do homem e da sociedade, são pensamentos construídos em um período anterior aos governos democráticos e defendem que a plena democracia seria impossível. Essa corrente de pensamento é conhecida como a “teoria das elites” e seus principais representantes são Mosca, Pareto e Michels, os quais concordavam com a ideia de que a desigualdade sempre estaria presente na sociedade, principalmente a

desigualdade política, pois a existência de uma pequena classe dominante e de uma extensa classe dominada seria uma constante, de modo que almejar um governo em que a sociedade geral é atuante nas decisões políticas é algo inatingível (MIGUEL, 2002, p. 485).

Ainda que haja diferenças nas concepções dos representantes da referida corrente, Hollanda (2011) demonstra que uma das visões convergentes de Mosca, Pareto e Michels era de que a democracia em sua forma liberal não estava ligada com os princípios de “soberania popular, igualdade política e sufrágio universal” (HOLLANDA, 2011, p. 10), ou seja, estava longe da sua forma idealizada, existindo então apenas no discurso e não em realidade. Seguindo a lógica dessa corrente, toda forma política estaria condicionada à formação de pequenas elites que submetem a maioria da população a sua dominação.

Gaetano Mosca (1858-1941) nasceu na Sicília, graduou-se em Direito na Universidade de Palermo e assumiu em Roma o cargo de revisor parlamentar da Câmara dos Deputados. As principais conclusões da sua obra dizem respeito ao que ele considera uma constante Universal: o comando está sempre nas mãos de um pequeno grupo, que chama de classe dirigente ou classe política. A explicação para isso estaria no fato de que a organização de uma minoria é muito mais simples, já a organização de uma maioria seria inatingível, a não ser que dentro do grupo da maioria se formasse um grupo minoritário (MOSCA, 1896).

Em sua teoria, Mosca não afirma que as minorias sejam as mais preparadas ou qualificadas, mas traça três pontos que justificariam a Na democracia liberal, a riqueza seria um ponto que formalmente estaria extinto, mas em realidade ainda continuaria tendo influência. Os marcadores sociais não se fariam presente no discurso político, dessa forma, a verdadeira razão pela qual alguém faria parte da elite seria ocultada por meio da retórica, o que segundo ele ocorreria de três formas: a primeira liga a sua autoridade a uma vontade sobrenatural de fundo teológico; a segunda está baseada na vontade de escolha da nação, ou seja, recorre aos princípios democráticos e racionais; a terceira seria um híbrido das duas primeiras (HOLLANDA, 2011).

Vilfredo Pareto (1848-1923) nasceu na França, a origem de sua família era de aristocratas italianos, ainda na juventude retorna com a família à Itália e gradua-se em engenharia em Turim. A sua principal obra é o *Tratado de sociologia geral* (1916), que é constituída sobre o pressuposto de que praticamente todas as ações

humanas são irracionais. Dessa forma, o que se julga como razão para as ações seria apenas justificativa, que ele chama de “derivações”; o que realmente guiaria as ações humanas seriam partículas imutáveis de personalidade, os “resíduos”.

Em sua investigação, Pareto reconhece 52 formas de resíduos. No entanto, os resíduos pertinentes para ele são apenas dois: “instintos de combinação” e “permanência dos agregados”, que correspondem a grupo I e grupo II e podem ser vistos como traços de personalidade. A tensão entre esses dois grupos segundo o autor estaria presente ao longo de toda a história humana, por meio de movimentos de oposição e complemento, que corresponderiam à formação das sociedades. Como reforça Miguel (2002), as pessoas que Pareto inclui no grupo I são marcadas por traços como “conciliadoras e astutas” e as do grupo II caracterizam-se como “intransigentes e violentas” (MIGUEL, 2002, p. 492).

Pareto (1966) considera que a humanidade é composta de sujeitos diferentes uns dos outros: há homens melhores que outros, na forma física, moral e/ou intelectual. Desse modo, a elite seria composta por seres humanos que utilizam o máximo de suas capacidades. Em todos os ramos de atividade existiria uma elite, desde a classe de ladrões, mendigos, prostitutas, empresários e advogados, entre outras. Nesse sentido, a leitura de sociedade de Pareto divide a população em dois grupos: um inferior, a não-elite, e outro superior, que por seu lado o autor subdivide em dois: a “elite governante” e a “elite não-governante” (PARETO, 1966, p. 73).

Os dois grupos que interessam à sociologia política de Pareto, a elite governante e a não-governante, fazem constantemente uma rotatividade que tem grande influência no equilíbrio social. Esse fenômeno é denominado “circulação das elites” e descrito da seguinte maneira: os grupos de elite e elite governante acabam se misturando, a partir de locomoções e trocas; nesse movimento, ao adentrarem ao campo da elite governante os novos indivíduos trazem consigo cultura, pensamento e modos de agir do seu grupo anterior.

No movimento de circulação, o grupo “superior” possui indivíduos com excelentes qualidades para continuar fazendo parte desse grupo, como também outros que em relação a estes não possuem requisitos necessários e podem continuar a ocupar cargos na elite governante como também serem excluídos dela. Pareto considera que as aristocracias não são permanentes, elas por diversos motivos desaparecem ou morrem. Isso ocorre porque a elite governante acaba perdendo total ou parcialmente os resíduos que a levaram a conquistar o poder;

dessa forma, a necessária renovação da classe dominante não ocorre somente em número como também em qualidade, com a entrada de novos membros das classes inferiores portando consigo novos resíduos (ou da classe I ou da classe II). Em outros termos, a aristocracia é renovada com a saída de seus membros inferiores e a entrada de novos indivíduos. Esse movimento, segundo Pareto, é necessário porque sem ele a sociedade ruiria junto com a classe dominante. Um dos elementos que perturbariam o equilíbrio das classes governantes seria a “acumulação de elementos superiores nas classes inferiores, e, inversamente, de elementos inferiores nas classes superiores” (PARETO, 1966, p. 78).

Para que um governo seja equilibrado, é necessário que ele tenha à sua disposição tanto pessoas que possuam qualidades do grupo I quanto do grupo II. Em um primeiro momento, haverá um governo formado majoritariamente por indivíduos da classe I, em decorrência disso haverá um acúmulo de pessoas da classe II fora do posto de elites governantes, mas com desejo de alcançá-lo; quando a pressão se torna extremamente grande, surge uma revolução, o que leva as pessoas da classe II ao poder, e esse seria um movimento contínuo. Forma-se, assim, uma dupla circulação das elites: a primeira é aquela em que os melhores fora da elite governante entram no grupo do poder e aqueles que perdem ou possuem baixas qualificações deixam este grupo; a segunda é a circulação revolucionária.

A circulação das elites seria para Pareto imutável na história humana. Nesse sentido, todas as transformações políticas seriam em síntese uma repetição do que já ocorreu antes, e o que se destaca é a elite e a contra-elite, pois a população em geral não influencia no processo histórico. Em relação ao uso da força, ordenada principalmente pelos sujeitos da classe II, o que Pareto faz é a tentativa da naturalização e a legitimação dos atos repressivos da força exercida pelo Estado. O que a sua teoria busca é demonstrar que não existe a possibilidade de se constituir nenhum Estado baseado objetivamente no modelo democrático. Em síntese, o trabalho de Pareto defende são constantes como: a existência de um grupo ínfimo de governantes, e o processo contínuo de rotação entre os componentes deste grupo, e que a população em geral não influi nos rumos da história.

Outro teórico que pertence a essa corrente de pensamento é Robert Michels (1876-1936), que, nascido na Alemanha, estudou em diversas universidades europeias, na Itália, em 1902, aproximou-se das ideias socialista e, de volta à Alemanha, seguiu junto ao grupo social-democrata na ala mais à esquerda do

partido. Na sua formação, ele sofreu influências de autores como Mosca, manteve contato próximo com Max Weber e produziu cerca de 33 livros e tantos outros ensaios. Hollanda (2011) argumenta que Michels em sua perspectiva de estudo sociológico se assemelha a Pareto, pois para ele a ciência seria uma ferramenta neutra da qual se utiliza para investigar a realidade. Michels fundamenta suas reflexões sobre a experiência e investigação que experimentou no Partido Social Democrata Alemão. O seu estudo de maior destaque está no livro *Sociologia dos Partidos Políticos*, publicado primeiramente em 1911, no qual evidencia a sua decepção em relação ao partido socialista. Para Michels, todo e qualquer tipo de organização política está fadada à burocratização e a massa jamais conseguirá se organizar sem que existam líderes para dirigi-la. A principal tese de Michels pode ser sintetizada pelo que ele denomina de “a lei de ferro das oligarquias”⁴, isto é, quanto mais as organizações políticas se desenvolvem e mais ganham adeptos, mais se distanciam das motivações que as fundaram e passam a se oligarquizar, pois a ordem depende de um pequeno grupo que a organize.

[...] a sociedade não pode existir sem uma classe ou “política” ou “dominante”, e que a classe dirigente, embora estejam seus elementos sujeitos a freqüentes renovações parciais, constitui o único fator de eficácia suficientemente durável em toda a história do desenvolvimento humano. De acordo com essa colocação, o governo, ou se preferirem, *o Estado não pode ser outra coisa do que a organização de uma minoria [...]. A maioria é dessa forma permanentemente incapaz de autogovernar-se.* Ainda quando o descontentamento das massas culmina numa tentativa vitoriosa de arrebatar da burguesia o poder, no fim, contesta Mosca, isso só acontece nas aparências; sempre e necessariamente se eleva das massas uma nova minoria organizada que se coloca no nível de classe governante. *Portanto, a maioria dos seres humanos na condição de eterna tutela se acha pela trágica necessidade predestinada a se submeter à dominação de uma pequena minoria, e se deve contentar em ser o pedestal de uma oligarquia* (MICHELS, 1966, p. 102, grifo nosso).

Para o autor, o crescimento dos partidos, principalmente dos partidos operários, leva à burocratização como também ao afastamento dos homens que passam a fazer parte da elite diretiva partidária das massas governadas. Os representantes passam a agir por meio das suas próprias escolhas, abandonando as bases, deixando de ser os representantes do povo, para ser os seus “superiores”. Para ele, o poder é conservador e corrompe os ideais socialistas, pois quanto mais o partido socialista amadurece menos revolucionário ele se torna. O partido acaba

⁴ Na tradução de Arthur Chaudon, esse termo encontra-se como “a lei de bronze”.

tornando-se um fim em si mesmo, e deixa de ser um meio. O que seria um fator determinante para isso é que os quadros de funcionários que compõem o partido são preenchidos por ex-operários que, ocupando as funções burocráticas dentro do partido em que ascenderam socialmente, acabam por trocar a revolução pela estabilidade individual e familiar. Em síntese, o que Michels propaga em seus estudos é que o poder como uma instância conservadora será sempre o lugar da oligarquia e nunca da democracia.

Verifica-se que, nessa corrente teórica, independentemente das diferenças entre os seus pensamentos, os autores possuem em comum a certeza da impossibilidade de que algum dia venha a existir um governo da maioria. O pensamento elitista em relação à democracia é aprofundado por Joseph Schumpeter (1883-1950), autor que adota esse argumento como um dos alicerces fundamentais da sua teoria; além do mais, a corrente democrática que ele representa torna-se parte do senso comum, ou seja, a concepção elitista pluralista de democracia é em si a mais difundida.

1.3 A DEMOCRACIA LIBERAL

Quando se fala em democracia, existem duas concepções que funcionam como as principais referências: a primeira é etimológica, ligada à origem grega da palavra, que significa "governo do povo"; e a segunda está relacionada ao processo eleitoral com sufrágio universal, ou seja, a escolha dos líderes políticos. No entanto, para Luiz Felipe Miguel (2014) esses dois aspectos são entre si incompatíveis, pois retomando o exemplo da democracia clássica não havia eleições para a escolha dos líderes e a seleção ocorria através do sorteio; nesse contexto todos os cidadãos eram vistos como iguais, independentemente dos aspectos sociais ou físico, desde que fossem considerados cidadãos livres. A contradição entre as duas principais ideias de referência está no fato de que, na democracia liberal, o povo não governa e, diferentemente da democracia grega, as grandes decisões não são tomadas juntamente com o povo, mas em salas fechadas.

A partir do imaginário criado sobre o que é democracia, pode-se ressaltar que em realidade a democracia liberal está muito distante da organização política

baseada na igualdade de todos os cidadãos, em que os indivíduos, independente do lugar que ocupem na sociedade, possam fazer parte efetivamente das decisões políticas. Para os teóricos clássicos da democracia, ela é constantemente classificada como uma referência ao “governo do povo”, o que Schumpeter (1961) nega em sua análise, com a afirmação de que o povo não governa, mas aceita ou não as elites governantes.

As raízes da democracia liberal em uma explicação simplificada estariam relacionadas às sociedades de mercado capitalista. No entanto, se levarmos em consideração teóricos como John Stuart Mill e outros liberais democráticos, pode-se dizer nas palavras de Macpherson que isso “não necessariamente” ocorre, pois em um período que estava entre o final do século XIX e início do século XX estes foram testemunhas de uma sociedade “empenhada em garantir que todos os seus membros sejam igualmente livres para concretizar suas capacidades”. Há que ressaltar que a democracia liberal é construída sobre pilares contraditórios, como relembra o autor, “pois o ‘liberal’ pode significar a liberdade do mais forte para derrubar o mais fraco de acordo com as regras do mercado; ou pode significar de fato igual liberdade para todos empregarem e desenvolverem suas capacidades” (MACPHERSON, 1978, p. 9).

Dentro da teoria do Estado, o liberalismo é moderno, já a democracia é um tipo de governo existente desde a antiguidade. O pensamento grego desenvolveu diversas tipologias de governo, dentre eles a democracia, “definida como governo de muitos, dos mais, da maioria, ou dos pobres [...], em suma, segundo a própria composição da palavra, como governo do povo, em contraposição ao governo de poucos” (BOBBIO, 2000, p. 31). Para Bobbio ainda, por mais que se diferenciem a democracia dos antigos e a dos modernos, com o passar dos séculos, o significado valorativo que se refere ao “governo do povo” ainda é mais estimado do que o governo dos poucos.

O que se denomina atualmente como um estado liberal-democrático teve ao longo da história, entre a democracia e o liberalismo, inúmeros problemas até consolidar-se como é contemporaneamente. O conceito de liberalismo classifica o tipo de Estado, que “tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social” (BOBBIO, Liberalismo e democracia 2000, 7) (BOBBIO, 2000, p. 7); já o conceito de “democracia”, que se refere a uma entre as inúmeras formas de governo, remete à

interpretação de que o poder está na mão do povo, ou de muitos, ou seja, em contraposição a governos em que o poder está na mão de poucos. Desse modo, Bobbio descreve que um Estado liberal não é em si um estado democrático, pois se observam ao longo da história vários Estados liberais nos quais os governos eram bastante restritos, reservados ao alcance apenas dos detentores de propriedade. Desse modo, o Estado liberal clássico, em sua evolução, passou por um processo de democratização no qual a ampliação do sufrágio universal foi expandindo-se ao longo do tempo.

Buscando desvendar o processo de desenvolvimento da democracia liberal, recorreremos ao estudo que Macpherson (1978) desenvolve no livro *A democracia liberal: origens e evoluções*, no qual compila as principais ideias que fundaram o pensamento democrático liberal em suas fases evolutivas. Tais fases foram associadas pelo autor a modelos, sendo que o Modelo 1 é denominado de “Democracia Protetora”; o Modelo 2, de “Democracia Desenvolvimentista”; e o Modelo 3, de “Democracia de Equilíbrio”.

O modelo 1, a “*Democracia Protetora*”, é formado principalmente a partir das reflexões de dois autores – Jeremias Bentham e James Mill –, que conceberam o homem “como um maximizador de utilidades” e a sociedade “como um conjunto de indivíduos com interesses conflitantes” (MACPHERSON, 1978, p. 30). Bentham sistematizou a teoria que veio a se denominar como “Utilitarismo” e defendia que “O único critério defensável de bem social era a maior felicidade do maior número [...]. No cálculo da felicidade líquida total da sociedade, cada indivíduo devia ser contado como um” (MACPHERSON, 1978, p. 31). Essa premissa foi ainda aplicada a outros pontos factuais, como a ideia de que todo indivíduo, por questão de natureza, tenta aumentar sempre o seu prazer, de forma ilimitada, tendo os bens materiais a função de servir como base de medida para se mensurar o nível de felicidade.

No entanto, a teoria de Bentham defendia que a “segurança” deveria perpassar a ideia de “igualdade”. Para ele, a segurança da propriedade, do trabalho e de bens era extremamente importante para garantir o incentivo a continuar produzindo. Dessa forma, leis que visam à “igualdade” contribuiriam para destruir o incentivo à produção. Utilizando-se desse argumento, ele defendia que apenas assim o homem teria garantias de que o fruto do seu trabalho estaria protegido.

A justificativa de Bentham estava no entendimento de que o homem concebido em sua teoria era muito mais sensível a perdas do que a ganhos, ou seja, o

sofrimento causado por uma diminuição em sua fortuna ou propriedade era muito maior, em comparação à felicidade que se obteria ao aumentar suas propriedades. A teoria de Bentham estava intimamente ligada a pressupostos burgueses, fundada em uma sociedade de mercado capitalista. O modelo de governo na democracia protetora existiria, então, com o principal propósito de proteger os cidadãos contra o governo e garantir o livre mercado (BRANDÃO, 2006).

Bentham, em seus escritos mais maduros, passou a defender a extensão a homens adultos, preferencialmente chefes de família, ainda que convencido de que o sufrágio universal não fosse prejudicial, já que entendia que os pobres não usariam o voto para ameaçar os proprietários tentando nivelar a sociedade; entendia que por um tempo era necessário fazer algumas exclusões como um processo de experiência. James Mill era favorável ao sufrágio universal e considerava que o homem que não tivesse poder político poderia efetivamente ser oprimido por aqueles que o tivessem; nesse sentido, o voto serviria como uma arma de “autoproteção”.

O modelo 2, a “*Democracia Desenvolvimentista*”, surge quando os pensadores liberais passam a considerar duas mudanças nas sociedades capitalistas: a primeira era que, em meados do século XIX, a classe trabalhadora passou a ser considerada um risco para a propriedade privada; a segunda estava associada ao olhar dos liberais mais sensibilizados, que viam as condições de trabalho e vida da classe operária como desumanas. Em especial esses dois tópicos passaram a ser as principais dificuldades dentro da teoria democrática liberal, as quais não foram superadas.

John Stuart Mill passou a observar que a postura militante crescia em meio aos trabalhadores, em consonância com a grande capacidade de organização desta classe diante do grande número de sindicatos e os inúmeros jornais da classe operária. Desse modo, para ele as camadas mais pobres não seriam detidas ou caladas por muito mais tempo. “Os pobres escaparam dos cordéis e não mais podem ser governados ou tratados como crianças”⁵. O modelo de democracia de Stuart Mill também ressaltava o caráter protetor da franquia universal do voto. No entanto, o que se diferencia nessa nova vertente de pensamento democrático liberal é a ideia de que o homem é capaz de moralmente se desenvolver e melhorar as

⁵ Escrito por Stuart Mill em 1848 e publicado na *Political Economy*.

suas capacidades, com a possibilidade de chegar a uma sociedade mais igual e livre.

Nessa corrente não só o homem é descrito de outra forma como também a sociedade. Mill entendia que uma boa sociedade deveria incentivar e permitir que todos os homens se desenvolvessem e explorassem todas as suas capacidades. A democracia era vista como uma ferramenta que contribuiria para o desenvolvimento do homem e o alcance de uma sociedade mais igualitária e livre; ou seja, nesse modelo, a democracia é vista como um dos meios de se processar o desenvolvimento moral humano.

A democracia desenvolvimentista de Mill foi o conceito de democracia utilizado pelo governo estadunidense nos primeiros anos do século XX, assim como foi também o modelo exposto durante a I Guerra Mundial para o mundo. A existência da democracia desenvolvimentista estava condicionada à existência de outra sociedade, como também exigia uma evolução moral de homem. Tanto o modelo 1 como o 2 não faziam parte da realidade, pois até o fim do século XIX nenhum país tinha o sufrágio masculino adulto, ou seja, esses modelos pretendiam demonstrar como a democracia deveria funcionar, e não como ela era realmente.

O terceiro modelo, a “*Democracia de Equilíbrio*”, é também conhecido como elitista pluralista. Macpherson (1978) considera que os três termos conferidos aos modelos seriam o ideal para descrevê-lo: é pluralista porque a democracia deve se fazer presente em uma sociedade plural; elitista no sentido de que a sua função consiste em escolher grupos administradores; e de equilíbrio pois deve manter “certo equilíbrio entre a procura e a oferta de bens políticos” (MACPHERSON, 1978, p. 81).

Esse modelo foi formulado por Joseph Schumpeter em 1942 no livro *Capitalismo, socialismo e democracia*, resumido em apenas três capítulos, e teve a intenção de mostrar-se mais realista do que os anteriores. Schumpeter em seu trabalho inverte a lógica do modelo clássico de democracia, no qual o povo teria de forma clara e racional uma opinião formada, não só sobre a política, mas sobre todas as questões que envolvem a sociedade, e escolheria representantes que estariam encarregados de executarem as suas vontades. Ainda nesse modelo a escolha do representante político está em uma ordem secundária, pois o que se encontra definitivamente em primeiro plano é o poder do eleitor de decidir sobre os assuntos relacionados à política.

No modelo de democracia elitista pluralista, os papéis estariam da seguinte

maneira: “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva de votos” (SCHUMPETER, 1978, p. 327-328). O eleitorado passa ao segundo plano, e os políticos ao primeiro; em síntese, o que cabe ao povo não é resolver problemas políticos, mas escolher os indivíduos que competem pelo seu voto.

Schumpeter crítica o conceito de “vontade geral” descrita por Rousseau, a qual seria uma vontade clara que emana do povo. Para ele esta não pode existir em um plano real. Ainda que pudesse existir uma vontade comum entre os cidadãos, existiriam infinitas formas de concebê-la e entendê-la. A dificuldade de se encontrar ou definir-se uma vontade geral está no fato de que existem inúmeras vontades individuais e, mesmo que estas sejam semelhantes entre si e o governo tente satisfazê-las, esse ato ainda pode não ser de todo o que o povo deseja.

Além desse aspecto, a teoria schumpeteriana trata de analisar a capacidade da “independência da vontade do eleitor, seus poderes de observação e interpretação de fatos, e capacidade de tirar, clara e prontamente, inferências racionais de ambos” (SCHUMPETER, 1961, p. 312). Para ele, a racionalidade que um cidadão possui sobre assuntos diários não se faz presente quando o assunto é política. A racionalidade pode até estar presente em alguns assuntos que digam respeito à vida pessoal e familiar do cidadão, no entanto, quando se trata de assuntos que estão ligados à política nacional e internacional, fica totalmente alheia. Sendo assim, ele classifica o homem comum como desatento à realidade e com um senso de responsabilidade diminuído em relação à política, pois o cidadão sente que a responsabilidade sobre isso está dividida em torno de toda a nação e, desse modo, não busca desempenhar um grande esforço em relação a questões que abrangem o tema. Esses pontos são utilizados por Schumpeter para explicar a “ignorância” do homem comum em relação à política.

O autor enfatiza ainda uma debilidade racional em relação às massas. No seu entendimento, quanto maiores forem, existe uma maior oportunidade de exploração por grupos que podem ser de políticos, de idealistas, de economistas etc. Ele defende que, como a *natureza humana na política* é muito moldável, pode-se assim por meio da manipulação criar-se uma vontade geral. Não se trata, assim, de uma vontade pura, mas de um ideal construído artificialmente, correspondendo à vontade do povo no estilo do modelo clássico.

A teoria de Joseph Schumpeter é considerada não uma das tantas correntes da democracia, mas é como descreve Miguel (2014, 49) "é um divisor de águas, pois, a partir dela, qualquer estudioso da democracia tem que se colocar, em primeiro lugar, contra ou a favor das teses schumpeterianas". A importância é tal, que os principais autores que tratam do conceito de democracia foram influenciados por ela como Sartori, Dahl e Downs. Enfim a teoria que se auto denomina de democracia, acaba por dominar todos os regimes que se utilizam de eleições, e o fazem no sentido de impedir ou minimizar aumento da participação ativa dos cidadãos, mostrando que o seu caráter é altamente conservador (MIGUEL, A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo 2002).

O que se percebe no trabalho de Schumpeter é que ele de forma exitosa consegue modificar o entendimento do conceito de "democracia, que por séculos foi considerado o governo do povo e confundido e correlacionado com o conceito de aristocracia, não no sentido de governo na mão dos melhores, mas o poder na mão de pequenas elites políticas. Isso vai além da subversão do conceito, quando o desdobramento do seu trabalho intelectual sufoca o ideal de democracia, vendendo a imagem de que a melhor forma de governo, a mais justa, já é uma realidade, mas que existe em determinados moldes. Em relação à participação do povo, esta se dá de forma restrita por meio do voto, com a escolha entre dois ou três grupos com chances viáveis de vitória política.

Nesse sentido, trata-se do ato de delegação de poderes e autonomia que o povo concede à elite política, por meio da "transferência de poder pela qual um mandante autoriza um mandatário a assinar em seu lugar, a agir em seu lugar a falar em seu lugar" (BOURDIEU, 2004, p. 188). Na democracia liberal, o representante – no caso, o político – tem poder sobre quem lhe concedeu o mandato, ou seja, ele age e toma decisões e faz escolhas que nem sempre condizem com o desejo e os interesses do mandatário, ele se utiliza do poder para sobrepor os interesses daqueles que lhe concederam "o poder" (BOURDIEU, 2004, p. 188).

Em todo caso, a democracia liberal se apresenta como uma alternativa melhor, mais inclusiva e com mais direitos que os governos autoritários, mas ainda assim está muito longe do que se defendia até o século XIX sobre democracia, pois as "democracias" atuais aceitam as desigualdades sociais e colocam os interesses

econômicos acima dos interesses populares. Desse modo, não se perde apenas pela anulação da participação popular – pois o homem comum passa em geral a participar da política de forma restrita, apenas nas eleições –, perdemos também no sentido de que os interesses assegurados são os interesses do capital e tantos outros interesses da elite política, os esforços para assegurar “o bem do povo”, mesmo que sem a consulta popular, não estão nem perto de se tornar prioridade, se colocam muito distantes do ideal democrático mais inclusivo.

Outro teórico influente na construção do conceito de democracia na teoria elitista pluralista é Robert Dahl. Em suas reflexões teóricas, ele chegou à conclusão de que a democracia existente estava muito distante do ideal democrático; sugeriu, então, que esses regimes atuais fossem chamados de *poliarquias* (LIMONGI, 2005). Robert Dahl (2005) teve uma importante função dentro da ciência política quando desenvolveu a sua teoria sobre a Poliarquia. Além disso, desenvolveu uma análise sobre a transição de regimes na literatura especializada. Até então não se falava sobre o tema da passagem de um tipo de estado para outro. O que se tinha era um pessimismo em relação ao desenvolvimento da democracia em países subdesenvolvidos, tendo uma forte defesa de que os países pobres estariam fadados ao autoritarismo.

Para Dahl (2005), o desenvolvimento de um sistema político que permita a oposição e a competição entre governo e oposição é sem dúvida uma das características da democracia. Mas o autor faz uma ressalva: a democratização e o desenvolvimento de uma oposição não são em si a mesma coisa. Ele considera democracia a ininterrupta resposta do governo às “*preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais*” (DAHL, 2005, p. 25, grifo nosso). Para ele a democracia, ainda que de forma idealizada, seria o modelo de governo que responde a seus cidadãos de forma integral ou o mais próximo possível disso. Para Dahl (2005), o que se deve considerar como uma democracia estaria em um tipo de regime que combine um alto direito à contestação pública e um amplo direito à participação. No entanto, em termos reais, Dahl não considera que exista nenhum sistema do mundo totalmente democratizado. Por essa razão, ele nomeia os sistemas mundiais como poliarquias, isto é, regimes relativamente democráticos, pois foram regimes de certo modo popularizados e liberalizados, tornando-se inclusivos e abertos à contestação pública (DAHL, 2005, p. 31).

Entendendo que o sistema denominado democracia é um sistema idealizado e ainda não alcançado em sua forma plena, o caminho em direção à democracia deve ser visto a partir das transformações históricas. Em relação à democracia liberal, a sua primeira transformação foi “de hegemonias e oligarquias competitivas em quase-poliarquias” (DAHL, 2005, p. 33). A segunda transformação esteve ligada às transformações das quase-poliarquias em poliarquias plenas, que na Europa ocorreram das décadas finais do século XIX até o fim da Primeira Guerra Mundial. A terceira onda ou fase de democratização está ligada ao processo do Estado de bem-estar, que foi interrompido pela Segunda Guerra Mundial e, segundo Dahl, retomou seu percurso no final dos anos 1960, o que estaria ligado ao aumento de reivindicações pela construção de instituições sociais com mais diversidade e mais democráticas.

Para Dahl, quando ocorre um realimente de regimes hegemônicos e oligarquias competitivas em direção à poliarquia, tem-se consequentemente um aumento de oportunidades de contestação, tendo um maior número de pessoas expressando suas vontades as quais devem ser levadas em consideração pelos representantes políticos. Em relação aos governantes, esse processo de transformação traz uma maior possibilidade de conflitos e também uma maior possibilidade de que estes sejam substituídos por outros indivíduos que correspondam aos interesses de novos grupos que foram incorporados ou se formaram na arena social e política. Já os oponentes políticos do governo podem enfrentar conflitos tanto com os representantes quanto com os indivíduos ou grupos que passaram a substituir no governo.

Pode-se concluir que os custos da tolerância exercida pelo governo são menores quanto menor forem os conflitos nas trocas de governo; sendo assim, esse governo tem uma maior segurança. E quanto mais alto são os custos de uma supressão que o governo possa ter ao reprimir a sua oposição, aumenta a segurança desta oposição. Nesse sentido, o cenário que apresentará uma segurança mútua tanto para o governo quanto para a oposição tende a gerar e preservar oportunidades de participação popular, de classes e partidos políticos para se posicionarem e contestarem o governo.

Segundo Moises (2008), a literatura que analisou os processos de democratização recente os caracterizou como um fenômeno multidimensional. As abordagens feitas principalmente por Shumpeter, de forma mais minimalista, e Dahl,

mais procedimentalista, serviram como base para vários autores da ciência política na busca de uma definição de democracia. Estabeleceu-se, assim, que a democracia é um regime composto de “competição, participação e contestação pacífica do poder” (MOISES, 2008, p. 13). Nesse sentido, para se afirmar que um regime seja de fato democrático, não basta apenas a eleição política por votos, mas é necessário contar com os seguintes pontos:

- 1) direito dos cidadãos escolherem governos por meio de eleições com a participação de todos os membros adultos da comunidade política; 2) eleições regulares, livres, competitivas e abertas; 3) liberdade de expressão, reunião e organização, em especial, de partidos políticos para competir pelo poder; e 4) acesso a fontes alternativas de informação sobre a ação de governos e a política em geral (MOISES, 2008, p. 14).

Para Moises (2008), a análise de Schumpeter pode entrar na classificação da “falácia eleitoralista”, na qual a definição atribuída à democracia está voltada ao método eleitoral que sobrepõe outros aspectos do regime. Desse modo, com o olhar lançado para a competição entre as elites políticas, pode-se fatalmente acabar desconsiderando, por exemplo, que, apesar de uma nação contar com eleições, estas eleições podem não ser livres. A corrente minimalista também não prioriza em sua análise instituições como o parlamento e o judiciário, que podem funcionar aquém de um sistema democrático. Dahl observa esses pontos fracos da teoria de Schumpeter e busca complementá-la, mostrando que os governos democráticos possuem uma *responsabilidade em relação à preferência de seus cidadãos* e que esse ponto faz referência à garantia das liberdades individuais, como também à organização da sociedade de várias formas, em movimentos sociais, em partidos políticos ou em grupos de interesse, de modo que possam se expressar e disputar espaço político livremente.

1.4 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO LIBERAL

Até este momento em nossa discussão sobre a democracia liberal, podemos constatar que de fato ela não é tão democrática como o imaginário nos permite acreditar. A ideia de um “governo do povo”, do cidadão comum como protagonista,

tendo representantes que trabalham pelo seu bem-estar em primeiro lugar, está mais para uma ideia ficcional do que para uma descrição dos modelos atuais de democracia. Ainda que muito distante do que seria o ideal de democracia, não podem ser negados os pontos democráticos deste modelo, como a abertura no espaço de participação e reivindicação. No entanto, esses espaços não garantem que os apelos populares serão ouvidos ou considerados.

O processo de democratização em muitos países acabou por permitir a ampliação da cidadania, concedendo de certo modo uma proteção aos cidadãos contra eventuais ações arbitrárias por parte do governo (TILLY, 2010). A ampliação dos direitos democráticos acabou também inibindo ações violentas e rebeliões, isso se dá em decorrência do “empoderamento dado ao povo, que está representado através do voto, [...] permitindo associações e reuniões que visem tratar de interesse populares” (TILLY, 2010, p. 150), ao mesmo tempo em que indica ao cidadão que as mudanças e as insatisfações deveriam preferencialmente ser manifestadas por meio da participação na escolha dos representantes políticos, ou seja, em uma democracia é preciso buscar uma forma mais ordeira e mais “democrática” de exercer a cidadania.

A democracia liberal mostrou-se influente em relação às mobilizações sociais e aos movimentos sociais, pois como argumenta Miguel (2014) o direito ao voto concedeu aos grupos marginalizados uma grande conquista, mas ao mesmo tempo beneficiou a manutenção das instituições políticas. O sufrágio universal passou a neutralizar as “reivindicações mais radicais, em especial do movimento operário, deslegitimando formas mais eficazes de mobilização política” (MIGUEL, 2014, p. 71). Qual seria a necessidade de manifestações violentas quando pode-se manifestar por meio do voto de forma democrática? As eleições trazem para o seio da democracia um sujeito individualizado, que se conscientiza do seu voto secreto e individual. Esse comportamento reduz possíveis identidades coletivas e diálogos entre vários grupos, ações que são essenciais para atos políticos dos que estão sob dominação.

Outro dos desafios que as democracias contemporâneas apresentam está relacionado com a questão de novas inclusões de pautas políticas e o aumento de participação. Em um relatório direcionado à Comissão Trilateral sobre a “ingovernabilidade” das democracias, Samuel Huntington a classifica como uma consequência do grande número de demandas sociais, que estão ligadas às

mobilizações sociais, que acabam por sobrecarregar os governos democráticos. Essa conclusão estaria atrelada, por exemplo, ao que ocorreu com a entrada dos negros no cenário político dos EUA, em decorrência das ações do movimento pelos direitos civis. Para Huntington, a estabilidade deve vir antes da igualdade e da autonomia, o que significa em suma a manutenção de uma minoria no poder, pois a participação social demasiada pode causar os conflitos sociais (MIGUEL, 2014, p. 70-71).

O argumento de Huntington de que o aumento de participação política acaba por aumentar a tensão dentro do sistema político não é inverídica, mas isso não ocorreria em decorrência do aumento de demandas, mas por conta do conflito de interesses que aparecem nessas situações em que grupos que até então não se posicionavam na esfera política passam a fazê-lo. A democracia liberal, ao longo do seu processo de adaptações pelos estados-nações, trouxe consigo novos grupos para a arena política, os quais passaram a ter o direito à participação e à contestação. Tais grupos passaram, então, a ser representados por partidos políticos, movimentos sociais e grupos de interesse. Muitos dos grupos políticos, além da participação por meio do voto, passam a usufruir das oportunidades políticas geradas pelos governos democráticos e suas evoluções. Tais eventos sociais se tornaram presentes rotineiramente nas democracias, principalmente devido ao maior custo que a repressão apresenta em democracias. O Estado permite algumas manifestações não por concordar plenamente com o direito à livre prática das ações coletivas, mas pelo alto custo da repressão. Isso não quer dizer que as ações coletivas e manifestações ocorram sem repressão, ou de maneira facilitada. Elas são impulsionadas pelo entendimento dos grupos sociais de que as suas demandas representam legitimamente uma vontade de um grupo ou da sociedade e que devem não apenas ser ouvidas, mas também atendidas dentro de uma democracia.

1.5 LIBERALISMO X DEMOCRACIA

Pode-se afirmar que contemporaneamente tem se difundido que os princípios da democracia liberal ocidental são universais. Essa ideia ganhou mais força e

adeptos com o fim da Guerra Fria, que simbolizou para as forças políticas ocidentais a vitória da democracia liberal sobre o comunismo (e não o capitalismo sobre comunismo, pois a cultura política ocidental hegemônica passou a considerar o comunismo como sinônimo de opressão, supressão das liberdades individuais e governos autoritários e não como modelo econômico). Esse fato histórico seria a comprovação de que os princípios da democracia liberal seriam superiores a outros valores. Tal concepção não esteve só vinculada ao discurso político internacional norte-americano, como também foi respaldada por vozes acadêmicas, como a de Fukuyama (1989, 1992) e Santos (2010).

Com o fim da URSS, a possibilidade de novos governos comunistas ou socialistas foi percebida como praticamente extinta. A derrota da União Soviética foi tida como o fim de qualquer obstáculo à expansão do capitalismo, tanto o livre mercado, como a democracia liberal baseada nos pilares da “liberdade individual e da soberania popular” foram argumentos que se fortaleceram principalmente utilizando-se das teses da “incompatibilidade estrutural do totalitarismo com o desenvolvimento de uma economia apoiada no setor privado, e a capacidade pacificadora da democracia, tanto no âmbito interno da nação, como no âmbito internacional” (AYERBE, 2002, p. 26-27). Essas teses ainda estão apoiadas em outras ideias como: a partir da globalização não se terá acesso apenas a hábitos de consumo e comportamento das sociedades industrializadas, mas também o acesso à informação, ou seja, a democracia liberal, diferente dos regimes autoritários, impossibilitará a censura de informação e a população, por meio daquela, se encontrará cada vez mais instruída e, conseqüentemente, mais exigente em relação aos seus direitos políticos (AYERBE, 2002).

No período que o pensamento liberal apontou como o “fim da história”, ele foi marcado pela ampla divulgação dos valores institucionais da democracia liberal, que pregava a *liberdade* e a *prosperidade*. Apesar de observarmos que em geral o processo de liberalização em seu conjunto econômico e político não foi capaz de mudar a realidade em vários países no mundo, em relação à distribuição de renda e à minimização da pobreza, ainda assim é tido não apenas como o único possível, mas até mesmo insuperável em suas qualidades reais por qualquer outro modelo já pensado.

Uma das principais políticas internacionais norte-americanas foi a de exportar não só o modelo econômico neoliberal, mas garantir também a expansão

do modelo democrático liberal aos países que viviam sob ditaduras militares. Segundo Maria Helena Santos, o governo norte-americano reconhece como missão a expansão da democracia liberal e se vale para isto de alguns axiomas:

- (1) Os valores e princípios da democracia liberal ocidental são universais, isto é, todos os povos do mundo desejam tornarem-se democráticos. Portanto, a promoção da democracia é para o bem da humanidade.
- (2) Democracias não lutam entre si. Portanto, exportar democracia significa promover a paz mundial. Aqui democracia é ligada à segurança global.
- (3) A promoção da democracia faz o mundo mais seguro e mais próspero para os Estados Unidos. Aqui democracia é ligada à segurança e aos interesses americanos (SANTOS, 2010, p. 160).

Com a vitória do “Mundo livre”, alguns teóricos como Giddens (2001) afirmam que não só chegou ao fim a luta entre o comunismo e a democracia⁶, mas a luta entre a direita e a esquerda perdeu força. A esquerda precisaria buscar novos caminhos, em relação às políticas social-democratas, para conseguir ter uma influência no mundo atual, precisaria mudar a visão em relação ao capitalismo e os mercados, como originários dos problemas nas sociedades modernas.

A opção para a esquerda então seria a “Terceira Via”, a qual, segundo Giddens, é uma política de esquerda (mas que agrada a direita). No entanto, com os acontecimentos políticos, a linha entre direita e esquerda mudou, sendo marcada por uma nova cultura política, que encara a divisão entre direita e esquerda muito mais como uma “diferença de valores”, do que realmente como uma preocupação com “questões como controle dos meios de produção ou papel do governo na reforma social” (GIDDENS, 2001, p. 48).

Na ciência política, existe a tese de que a esquerda na política representa a mudança e a direita a manutenção do *status quo* (BOBBIO, 1995) (SEGRILLO, 2004). Desse modo, o fim do mundo bipolar seria o ambiente propício para que as mudanças econômicas e sociais seguissem os padrões estabelecidos pelo pensamento liberal, e a esquerda em sua nova versão, mais enfraquecida, não mediria mais forças contra o capitalismo, mas estaria nesse novo espaço de forma subordinada. Não discordamos de Giddens (2001) quando afirma que a esquerda mudou, mas não concebemos que ela tenha deixado de existir ou, ainda, tenha se aproximado tanto da direita que possa se fundir a esta. As concepções de direita e

⁶ Os soviéticos utilizavam o termo comunismo em correlação dicotômica com o capitalismo. Já na parte ocidental o termo “capitalismo” não era utilizado como autorreferência; empregava-se a expressão “Mundo Livre”, por exemplo, e não “Mundo capitalista” (ANDERSON, 2005).

esquerda são diferentes interpretações de mundo e modos de conceber as relações humanas, independente dos acontecimentos históricos, são modos de pensamento e comportamento político inextinguíveis.

Quando utilizamos os termos “direita” e “esquerda”, recorremos à conceitualização desenvolvida por Bobbio para expor nosso entendimento acerca dessas duas esferas. Sendo assim, o bloco ligado à *direita* é tido como aquele que dá prioridade à manutenção da tradição, coloca o individualismo como mais importante que a igualdade e o crescimento econômico acima dos direitos do trabalhador; o bloco ligado à *esquerda* busca antes de qualquer coisa libertar seus semelhantes das cadeias que a eles são impostas como as de raça, casta, classe, entre outras, demonstra preocupação com os princípios da igualdade no mercado e direitos sociais e civis (BOBBIO, 1995).

Utilizando-nos desses conceitos, apontamos que a democracia liberal, apesar de ambidestra, é muito mais favorável ao pensamento da direita e mais hostil a ideias da esquerda, ou seja, ela se mostra muito mais como um modelo conservador das instituições e dos estratos sociais do que impulsionadora de mudanças. Em todo o seu conjunto de regras, os ganhos sociais e a inclusão da participação política das classes trabalhadoras não vieram tão facilmente; a expansão do sufrágio universal foi conquistada após muitas décadas de contrariedade das classes proprietárias, pois estas temiam a participação política da maioria.

Utilizando como exemplo o Estado Brasileiro e o golpe de 1964, momento em que a população se mostrava organizada em movimentos operários e do campo, reivindicando tanto a reforma agrária, como a extensão do sufrágio aos analfabetos, o que a classe dominante (proprietários e governantes) temia é que a reforma agrária e a extensão do sufrágio universal colaborariam também para o fim dos “currais eleitorais”. Para travar o desenvolvimento e a extensão de uma democracia não controlada pela elite, foi formulado em 1964 pelo empresariado nacional com incentivo da embaixada norte-americana, por meio das forças armadas brasileiras, o golpe militar, a fim de exterminar organizações políticas, amordaçar movimentos sociais de esquerda, enfim, constituir-se um golpe em relação às reformas sociais e contra a democracia em seu formato mais “democrático” e inclusivo, pois o que se pretendia era a manutenção de uma democracia limitada, a conservação dos latifúndios e as desigualdades sociais principalmente no campo (TOLEDO, 2004).

A entrada dos governos militares no Brasil impede o desenvolvimento de uma democracia restrita para possivelmente uma mais profunda e ampliada. Como lembra Florestan Fernandes (1980, p. 113 apud TOLEDO, 2004, p. 14), cessam “o início da consolidação de um regime democrático-burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras (mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político”. Essa interferência no curso político amordaçou as organizações e grupos de trabalhadores tão fortemente que se faz sentir décadas depois, principalmente quando observamos cada vez menos manifestação de trabalhadores e sindicatos ou lutas por direitos trabalhistas. O que perdeu força não foi o ato do protesto, mas o reconhecimento de legitimidade da luta do trabalhador, como indivíduo que merece muito mais do que apenas sobreviver. Toda a luta por mais direitos e garantias dentro do mercado econômico não é apenas deslegitimada pela mídia ou pela elite empresarial, mas pela própria categoria dos trabalhadores.

Em síntese, o que buscamos apontar com este exemplo é que a expansão do sufrágio não ocorreu de forma simples e pacífica e que na formação dessa concepção democrática o liberalismo tem muito mais força do que a democracia. Tanto que nos exemplos latino-americanos os regimes democráticos liberais abriram mão da democracia sufocando-a quando esta vivia uma possibilidade de ser ampliada e deram prioridade ao liberalismo, como forma de manutenção do *status quo*, evitando que os trabalhadores influenciassem nos rumos políticos e econômicos do país.

O processo de redemocratização foi aberto no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 no Brasil, apenas quando a ameaça de outro modelo democrático e econômico se mostrava inviável. Os processos de redemocratização na América Latina estiveram associados ao modelo econômico neoliberal, atualmente o pensamento econômico hegemônico. O que se tem a partir desse novo modelo é a desregulamentação do mercado, a flexibilização das regras trabalhistas, a privatização do patrimônio público e o enfraquecimento do poder dos sindicatos entre outras organizações populares, ou seja, as redemocratizações foram recolocadas em associação ao neoliberalismo, que enfraquece a democracia e as possibilidades de contestação (ANDERSON, 1995).

Para John Weeks, atualmente o campo da política não pode mais ser separado do econômico, pois o que se tem visto é que as grandes empresas

utilizam-se da política e dos Estados nacionais para se fortalecer e manipularem as situações do mercado mundial em favor próprio. Consequentemente, com o enfraquecimento dos sindicatos, há o fortalecimento do capital financeiro, que sem nenhuma força de oposição considerável (como existiu nos anos de Guerra Fria) se utiliza dos meios de comunicação para influenciar diante dos debates políticos, como também nos processos de eleição. A ideologia neoliberal, que se autoafirma como garantidora de mercados livres e homens livres, acaba por ceifar cada vez mais a liberdade (WEEKS, 2014).

2 O INÍCIO DO FIM DO BRILHO DA ESTRELA: O PROCESSO DE DESLEGITIMAÇÃO DO PT E DOS VOTOS DIRECIONADOS AO PARTIDO

Brilha Uma Estrela⁷

Passa o tempo e tanta gente a trabalhar
De repente essa clareza pra votar
Sempre foi sincero de se confiar
Sem medo de ser feliz
Quero ver você chegar
Lula lá, brilha uma estrela
Lula lá, cresce a esperança
Lula lá, o Brasil criança
Na alegria de se abraçar
Lula lá, com sinceridade
Lula lá, com toda a certeza pra você
Um primeiro voto
Pra fazer brilhar nossa estrela
Lula lá, muita gente junta
Valeu a espera
Lula lá, meu primeiro voto
Pra fazer brilhar nossa estrela
(Hilton Acioly)

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002 à presidência com a eleição de Lula foi um fato inédito na recente democracia brasileira: assume a presidência um operário oriundo de um partido de origem externa ao parlamento, com ligação a sindicatos e a movimentos sociais, o qual se assemelha muito ao partido de “massas” descrito por Duverger (1980). No entanto, o caminho percorrido pelo PT até 2002 para lograr esse feito foi o de moderação política, alinhando-se à centro-esquerda no espectro político entre direita e esquerda.

A composição social desse partido em sua fundação foi novidade no cenário político brasileiro. O que chamava atenção era a sua proposta política e sua organização interna: ainda nos primeiros anos o partido apresentava uma negativa em se alinhar a matrizes ideológicas divergentes das suas. O PT se autointitulava como socialista e democrático, no entanto, não declarava abertamente suas posições ideológicas mais amplas, defendia a presença de novos atores na política institucional a partir da representação política orgânica (AMARAL, 2010).

Ainda que moderado em seus discursos e propostas durante a campanha do ano de 2002 em comparação às campanhas anteriores⁸, a eleição de Lula significou

⁷ Jingle da campanha presidencial de Lula em 1989.

⁸ 1989, 1994 e 1998.

para os seus eleitores e para todos que acompanharam a caminhada política do PT uma renovação na conduta administrativa do país, por se tratar de um político com uma trajetória diferente dos demais. O período de otimismo e confiança que esse partido passou a inspirar principalmente na classe média foi interrompido pela vinculação de atos de corrupção ao Partido dos Trabalhadores, que ocorreu em meio ao primeiro mandato.

Em maio de 2005, foi divulgada pela revista *Veja*⁹ uma denúncia de corrupção envolvendo os Correios. A reportagem vinculava a cúpula do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com os principais responsáveis pelo esquema. Sendo pressionado pela mídia, Roberto Jefferson revela em seis de junho de 2005 ao jornal *Folha de São Paulo* uma rede de corrupção organizada a partir do PT, que tinha como objetivo principal pagar mensalmente um valor médio de 30 mil reais para deputados da base aliada para que votassem a favor do governo. O dinheiro usado para esses pagamentos provinha de desvios de empresas públicas¹⁰.

A mídia televisa e impressa deu grande destaque às denúncias de corrupção e nomeou tais episódios de “mensalão”. Segundo Leher (2005), essa questão passa ainda a ser mais explorada pelo Partido da Frente Liberal (PFL)¹¹ e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com vistas a explicitar ainda mais a ligação do governo Lula com os escândalos de corrupção, caracterizando-o como um governo corrupto, amoral e incompetente, e utilizar esse cenário como material de autopromoção para as próximas eleições, em que tinham como candidato à presidência Geraldo Alckmin.

Esse contexto exerceu grande influência sobre o eleitorado brasileiro, mudando as bases eleitorais que o PT teve ao longo das candidaturas até a eleição de 2002, período em que possuía uma grande simpatia entre as camadas médias, a qual foi abalada principalmente após notícias de corrupção em 2005. Em 2006, os votos direcionados ao PT tiveram origem nas camadas sociais mais baixas, essas novas bases se mostraram ainda vigentes em 2010 e 2014.

⁹ Revista *Veja* edição 1906 – ano 38 – n. 21 25 de maio de 2005, editora Abril.

¹⁰ O escândalo do mensalão foi um marco da política nacional, abalando a confiança na integridade do Partido dos Trabalhadores, um moralismo dúbio, pois a culpabilidade recaiu principalmente sobre o partido e a personalidade do Presidente Lula, e com uma intensidade muito menor sobre aqueles parlamentares e partidos que aceitaram participar desse jogo político e dar apoio ao governo sob a condição de receber uma “mensalidade”, mostrando falta de ética e senso cívico.

¹¹ Em 2007, o partido trocou de nome e passou a se denominar Democratas, com a sigla (DEM).

2.1 AS BASES ELEITORAIS DO PT E SUA CAMINHA AO CENTRO

A primeira candidatura de Lula à presidência foi em 1989 (SINGER, 2012). Naquela ocasião, chegou ao segundo turno na disputa contra Fernando Collor de Mello. As bases de apoio a Lula estavam concentradas entre as classes mais altas: entre os entrevistados com renda maior que 10 salários, Lula possuía o apoio de 52%; já Fernando Collor 40%. Entre as faixas de renda de até dois salários mínimos, quem estava à frente era Collor, com a intenção de voto de 51% dos eleitores, enquanto Lula contava com 41%¹² (SINGER, 2012).

Desde a primeira campanha política à presidência, Lula demonstra o seu anseio em ganhar a simpatia e os votos das classes de menor renda, mas o conservadorismo popular e o receio com a esquerda continuaram a ser vencedores nas eleições de 1994 e 1998. A vitória política petista chegou em 2002, a qual foi possibilitada pelo processo de moderação do partido. Quando o PT foi fundado, em 1980, mostrava-se como um partido diferenciado dos outros que se tinham até então no Brasil, com alto grau de organização interna, chamando a atenção também pelo nível de coesão e disciplina que seus membros apresentavam, em comparação a outros partidos, que eram institucionalmente mais fracos e com menos enraizamento social. A partir da década de 1990, o PT começou a apresentar algumas mudanças organizacionais, como também em seu espectro ideológico (AMARAL, 2010).

A principal mudança do partido ao longo do tempo foi a sua caminhada direcionada para o centro, o que pode ser visto no seu comprometimento em cumprir com os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ainda em 2002. Com o processo de moderação ao longo dos anos, houve uma menor vinculação do ideal socialista às políticas do partido, de modo que passou a dar ênfase a projetos concretos do cotidiano e, na econômica, não rompeu com o neoliberalismo. Um dos pontos que mais diferenciou o partido do seu início para como se apresenta atualmente foi o processo de profissionalização que estendeu às suas campanhas eleitorais, como também às políticas públicas, que passaram a ser planejadas por especialistas e não mais por militantes. Houve ainda a flexibilização das alianças

¹² Esses resultados têm como fonte pesquisa realizada pelo Ibope entre 13 e 16 de dezembro de 1989. Os dados que aparecem aqui foram retirados do livro *Os sentidos do Lulismo*, de André Singer (2012, p. 224).

partidárias, no entanto, o partido manteve seu caráter dinâmico de participação das bases em decisões internas e sua proximidade com sindicatos e movimentos sociais (AMARAL, 2010).

Além de todo esse processo descrito sobre a moderação do partido, que com essas mudanças significativas passou mais confiança não só aos eleitores, como também ao mercado internacional e à mídia, a postura mais moderada e a soma das consecutivas campanhas de Lula para a presidência foram pontos que o transformaram em um candidato forte e potencialmente inclinado à vitória em 2002.

Assim como o PT, o PSDB também foi um partido com presença contínua nas eleições presidenciais. Para Limongi e Cortez (2010), a visão em conjunto das eleições no Brasil tem uma estrutura fixa: o PT e o PSDB, entre todos os partidos, foram os únicos a concorrer em todas as eleições pós-governos ditatoriais. Desse modo, pode-se considerar que o modelo de eleições presidenciais tem sido bipartidário, e tanto o PT como o PSDB são tidos como protagonistas das eleições, pois, desde 1994, eles estão ora um, ora outro, em primeiro lugar nas eleições presidenciais¹³.

Esse cenário demonstra a falta de uma “terceira força” (LIMONGI, CORTEZ, 2010, p. 23), ou seja, fora os candidatos do PT e do PSDB existem apenas coadjuvantes na corrida eleitoral. Isso se dá devido ao fato de que os outros partidos políticos nacionais não dão continuidade nas disputas eleitorais, salvo as eleições de 2014, que contaram com um terceiro nome forte, o de Marina Silva, que concorreu pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). O fortalecimento dessa “terceira força” se deve justamente ao fato de ela já ter se candidatado nas eleições de 2010 pelo Partido Verde (PV); assim, viu o seu nome ganhar força no primeiro turno das eleições de 2014, participando verdadeiramente do jogo eleitoral. Em relação ao PT e ao PSDB, não se pode afirmar que o eleitorado tenha uma preferência apenas por esses dois partidos, pois eles não possuem um enraizamento social profundo. O que ocorre é que na maioria das ocasiões foram os únicos a lançar candidatos relevantes.

¹³ Sendo que em 1989 o PT ficou em segundo lugar e o PSDB em quarto.

O PSDB chegou à presidência em 1994, graças às alianças com uma coligação composta pelo PFL (atualmente DEM). Essa coligação levou o PSDB para o espectro mais próximo da direita, além de ter exercido influência a respeito das conquistas de votos na região Nordeste. Em 1998, o PSDB adicionou como aliado à sua campanha o Partido Progressista Brasileiro (PPB)¹⁴, também à direita. Já na vitória eleitoral do PT em 2002, este partido faz sua caminhada para o centro ao se aliar com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Com esses exemplos, Limongi e Cortez (2010) afirmam que: as eleições acontecem pelas opções dadas por dois blocos de partidos, encabeçados pelo PT e pelo PSDB. E essas coligações levam em consideração os componentes regionais, como o DEM e o PSB, que possuem grande força no Nordeste e pouca visibilidade no Centro e no Sul do país, no entanto, o PSDB nesta conjuntura depende bem mais do DEM do que o PT do PSB, pois tal partido sempre demonstrou força política no Nordeste.

Como se percebe, após a redemocratização brasileira os partidos que mais se destacaram nas campanhas presidenciais foram o PT e o PSDB. Inclusive após o escândalo do mensalão, que ligou o PT ao desvio de dinheiro público, este partido continuou recebendo grande quantidade de votos e alcançou a reeleição presidencial em 2006, um ano após o epicentro do escândalo. O motivo para a reeleição, segundo Coimbra (2007), se deu pela grande base eleitoral que foi constituída ao longo das candidaturas nacionais. Como coordenador de pesquisas da Vox Populi, ele buscou mensurar o tamanho desta base eleitoral, a partir de uma identidade política, como “lulistas”¹⁵, “não-lulistas”¹⁶ e “independentes”¹⁷. Nas pesquisas feitas em 2006 pelo referido instituto, pode-se constatar que os três segmentos apresentavam praticamente a mesma percentagem. Ou seja, o lulismo possui um terço dos eleitores, no entanto, não pode vencer uma eleição com eles, o que implica dizer que precisa dos eleitores independentes.

Na opinião de Coimbra (2007), Lula venceu a segunda eleição devido à situação econômica favorável, mesmo que tenha perdido intenções de votos com os

¹⁴ Em 2003, muda a sigla para PP, isto é, Partido Progressista.

¹⁵ Pessoas que ao longo do tempo se comprometeram com uma escolha política a respeito da figura política de Lula nas eleições que ele disputou ao longo dos anos.

¹⁶ Pessoas que, ao longo das eleições em que Lula concorreu, nunca votaram nele e jamais votariam.

¹⁷ Podem votar ou não em Lula, baseados na situação em que estão vivendo, e não possuem uma fidelidade partidária.

eleitores decepcionados com os escândalos de corrupção, os quais foram substituídos pelos que até então não eram seus eleitores, como mulheres de baixa renda, o principal público beneficiário do Bolsa Família. No entanto, a importância desse programa não pode ser supervalorizada, nem subestimada; para Coimbra (2007), o programa apenas confirmou a atenção maior que o presidente havia prometido aos pobres. Além disso, o que também influenciou o eleitor teria sido a origem humilde do então presidente, que se mostrava mais sensível a causas ligadas à miséria. Outra influência a ser destacada foi o aumento real do salário mínimo e os preços controlados dos alimentos e outros produtos de consumo popular, o que gerou um aumento da sensação de poder de comprar da classe mais baixa.

André Singer (2012) traça uma reflexão acerca da mudança da base eleitoral do PT desde a sua primeira entrada na corrida eleitoral em 1989 até 2010. A partir de dados coletados em entrevistas de intenção de votos cruzadas com a renda dos entrevistados, ele afirma que na eleição de 2002 o voto dado a Lula não estava ligado a nenhum estrato social, no entanto, em 2006 os eleitores de classes mais baixas escolheram manter o mesmo governo. A parcela de votos entre 2002 e 2006 foi praticamente idêntica, o que houve foi um deslocamento de votos, que levou a segunda eleição a concentrar-se nas faixas de baixíssima renda. Já no segundo turno das eleições de 2006, o que chama a atenção é que entre as faixas de renda de até um salário mínimo Lula tem 74% das intenções de voto, tendo sobre Alckmin uma diferença de 48 pontos, e na faixa de mais de um a dois salários mínimos possui uma intenção de voto de 67%, com uma vantagem de 34 pontos sobre o outro candidato. Já entre os entrevistados de renda mais alta, o candidato que obtém vantagem é o do PSDB.

Tabela 1 - Renda familiar em salários mínimos (votos em %)¹⁸

	Mais de 10	Mais de 5 a 10	Mais de 2 a 5	Mais de 1 a 2	Até 1	Total
Lula – PT	37	53	62	67	74	62
Alckmin – PSDB	63	47	38	33	26	38

¹⁸ Pesquisa realizada pelo Ibope entre 24 e 25 de outubro de 2006. Base: válidos, pesquisa disponibilizada no site www.ibope.com.br.

Para Coimbra (2007), a vitória de Lula teve como um dos motivos a sensação dos eleitores de renda baixa e média de que o seu poder de compra e consumo aumentou, tanto em relação a alimentos, como em relação à construção civil e a passagens aéreas. Outro fator estaria também na facilitação do acesso ao ensino superior por meio de programas como o ProUni e o aumento de vagas nas universidades federais, o que causou uma boa impressão em relação ao governo. Tais pontos superaram as queixas com relação a saúde, educação e segurança, e foram levados em conta pelos eleitores que precisavam de algum motivo para o voto. No entanto, os motivos mencionados acima não influenciaram no voto, por exemplo, dos anti-lulistas.

Em estudos realizados na área de Ciência Política tentando explicar o porquê da reeleição de alguns candidatos, foi constatado que o eleitor leva em consideração “o desempenho do governante quando decide reelegê-lo, que o estado da economia, no nível nacional, é fundamental para explicar o voto e que a identificação e rejeição partidárias são determinantes importantes” (PEIXOTO, RENNÓ, 2011, p. 305). Nos últimos anos, o Brasil passou por uma significativa mudança na área econômica como a diminuição na desigualdade social e de pobreza. Esse cenário, seguindo o raciocínio descrito acima, pode ter sido o que beneficiou Lula nas eleições de 2006 e Dilma nas eleições de 2010 e 2014.

Peixoto e Rennó (2011), em uma pesquisa realizada sobre as eleições presidenciais do ano de 2006, apontam que a corrupção no primeiro turno afetou uma pequena porção do eleitorado, já no segundo turno os eleitores que viam a corrupção como um problema nacional passou a ter um peso ainda menos significativo que no primeiro turno. Rennó qualifica o voto dado a Lula em 2006 como um voto “*retrospectivo*”, ou seja, um voto que faz uma avaliação de retrospectiva, que pode ter levado em consideração o bom desempenho econômico do Brasil, entre outros pontos gerais.

Para Peixoto e Rennó (2011), os votos direcionados ao PT se deram pela “percepção de mobilidade social do eleitor. O eleitor sente a melhora econômica do país em sua vida e traduz isso como sensação de que sua vida e sua situação econômica melhoraram” (PEIXOTO, RENNÓ, 2011, p. 306). Para esses autores, não existe uma classe em si que apoia o governo, mas na verdade a percepção de ascendência social e melhora pessoal da situação econômica e o aumento do nível

de consumo. Tal argumento rebate a tese de Singer (2012), que defende que as classes mais baixas se reconhecem e se identificam com Lula, um dos motivos pelos quais passam a votar no PT.

Arquer (2013), no mesmo sentido que Peixoto e Rennó (2011), traça uma análise sobre as eleições de 2010, nas quais Dilma Rousseff concorreu à presidência da República. Para ele, o voto retrospectivo teria sido em si uma “avaliação do governo anterior, avaliação da economia, do programa Bolsa Família e a avaliação de políticas públicas” (ARQUER, 2013, p. 2). Sendo assim, os eleitores que avaliaram de forma positiva o governo têm mais chances de continuar votando no PT.

A proposta eleitoral de Dilma para as eleições de 2010 foi pautada na continuidade do governo de Lula, que tinha um alto índice de aprovação: 93,9% o consideravam um governo Bom ou Muito Bom¹⁹. Desse modo, Dilma, sendo uma candidata nova para a população, tinha o benefício de estar ligada a um governo com grande aprovação popular e com ótimos índices econômicos. A satisfação do eleitorado estava ligada ao aumento do salário mínimo, diminuição do desemprego, aumento do poder de consumo e percepção de ascensão de classe social. Para Arquer (2013), há vinculação entre o voto ao PT e o Bolsa Família, visto que, mesmo que os eleitores do PT em sua grande maioria não participem do programa, conhecem pessoas que são beneficiárias e passam a demonstrar satisfação com a existência deste.

Observamos até aqui que, para além dos discursos negativos em relação ao governo do PT, os escândalos de corrupção acabaram por afastar alguns eleitores do partido. Também se notou o desenvolvimento de uma severa antipatia em relação ao déficit moral do partido. No entanto, surgiram outros pontos que aproximaram outra faixa de indivíduos ao longo da última década. Tais eleitores passaram a considerar mais os feitos e ganhos sociais do que o processo de que o partido do PT se valeu para garantir governabilidade (mensalão).

¹⁹ Dados coletados de ESEB, 2010.

2.2 AS REELEIÇÕES DO PARTIDO DOS TRABALHADORES À PRESIDÊNCIA E A CRÍTICA AO “VALOR” DO VOTO

Após os escândalos de corrupção política envolvendo o nome do Partido dos Trabalhadores, a amoralidade do partido foi explorada principalmente por meios de comunicação que são consumidos extensivamente pela classe média, como revistas e jornais, que intensificaram a crítica à postura do partido. As notícias veiculadas pela televisão também foram o modo pelo qual muitas pessoas que não possuem ou não possuíam acesso a outros meios de comunicação passaram a se informar sobre as notícias relacionadas à corrupção. A partir de 2006, ano em que o PT conseguiu a sua reeleição presidencial, críticas surgiram em relação aos votos que reelegeram um partido “corrupto”: alegou-se que isso se dava em razão da falta de informação e discernimento das classes pobres, que foram beneficiadas pelo governo e preferiram continuar com este partido em vez de buscar partidos políticos mais éticos.

Todas as críticas dirigidas ao partido convergiam e se fortaleciam no tema da corrupção, tema que gerou acusações tanto dos que se colocavam contra como dos apoiadores do partido. A indignação de quem se colocava contra o partido assim como dos que estavam a seu favor teve como argumento o benefício das classes sociais mais pobres: os antipetistas alegavam que os benefícios sociais de origem federal funcionavam como compra de voto, os pró-petistas argumentavam que o que passava a incomodar a classe média era a diminuição da pobreza.

Esse tema trouxe à tona a questão setentrional do país, pois a partir de 2006 houve um aumento do número de votos ao PT nas regiões Norte e Nordeste do país, conseqüentemente este dado passou a ser utilizado como um fortalecimento das alegações de que o partido tinha conseguido maior apoio entre as camadas mais pobres. Para Singer (2012), que defende a correlação entre renda e voto, em 2006 teria ocorrido um duplo realinhamento, o qual estabeleceu uma separação política entre ricos e pobres. Para ele, esse fenômeno tem um potencial duradouro e seria uma consequência do “Lulismo”, que surgiu em sintonia com o reposicionamento político. O desencadeamento desse processo que separa “ricos e pobres” estaria ligado à relação que Lula estabeleceu com as classes mais pobres, sobretudo os beneficiários de programas voltados para a distribuição de renda e a melhoria de condições de vida, os quais teriam respondido o apoio por meio do voto

nas eleições de 2006. O fenômeno do Lulismo ainda foi possível, segundo ele, pelo alto grau de miséria e desigualdade entre as classes sociais no Brasil. Por mais brandas que sejam as mudanças aplicadas no país, elas ainda assim tiveram um grande efeito, principalmente do ponto de vista do “subproletariado” (SINGER, 2012, p. 21).

Na opinião de Singer (2012), o Lulismo separa os eleitores de baixa renda dos eleitores de rendas altas, tornando o PT e o PSDB representantes desses dois polos. Sob essa lógica de pensamento, o PT é a “representação de uma fração de classe”, que, ainda que componha grande parte da população brasileira, não foi capaz de forjar antes da chegada de Lula à presidência a sua própria organização (SINGER, 2012, p. 52).

Há outras interpretações, como a de Cesar Romero Jacob, citada por Sennet (2012), que compreende a reeleição de Lula em 2006 também com uma divisão do eleitorado brasileiro em duas partes, mas não o caracteriza primordialmente pela renda, senão pelo “esclarecimento político”: caracteriza um grupo como o mais instruído, apto a pensar criticamente e politizado, tanto que pode julgar de forma mais esclarecida o melhor candidato. Esse suposto grupo de eleitores esclarecidos viveria predominantemente no Sul e no Sudeste. Já a parte da população mais pobre e, conseqüentemente, com pouco estudo e sem tempo para ler jornais e revistas, com baixo nível de criticidade, estaria presente principalmente no Norte e no Nordeste do país.

Esse era o entendimento dos defensores desse pensamento, ao se depararem com a eleição de 2006, logo após os escândalos do mensalão, e observarem que o PT e o seu candidato à presidência da república haviam vencido a eleição, apesar da extensiva cobertura midiática dos escândalos, que não deixava margem para dúvida a respeito da atuação do partido como o articulador dos atos ilícitos. Foi principalmente a partir desse contexto que o voto ao PT passou a ser deslegitimado, classificado como incoerente e ruim para o país, pois provinha de pessoas inaptas, com baixo julgamento crítico, que acabaram reelegendo um governo corrupto para manter seus benefícios pessoais – como, por exemplo, “Bolsa família” ou outro tipo de “vantagem” recebida do governo federal. Esse tipo de justificativa elitista ainda é vigente e foi largamente utilizado após a vitória política de Dilma em 2014, com a tentativa de deslegitimar os votos direcionados ao PT,

caracterizando-os como incultos ou de alguma maneira “comprados” por subsídios do governo.

Lula foi reeleito depois de uma disputa acirrada no primeiro turno graças às camadas populares localizada nas faixas E, até dois salários mínimos, e D, de dois a cinco salários mínimos, e que pela primeira vez desde a democratização, reuniram-se majoritariamente em torno de um candidato localizado à esquerda do espectro político-ideológico. (SENNET, 2012, p.242)

A reeleição de Lula foi tratada por intelectuais liberais como resultado da sua face populista, com facilidade maior de convencer o eleitor com menor instrução e baixa renda, manipulando-o com a compra do voto por meio de programas sociais, nos quais tal eleitor estaria incluído. Desse modo, a reeleição do PT foi interpretada como “o que há de mais arcaico na sociedade brasileira, segundo uma espécie de ‘mandonismo clientelista’ em nível federal” (SENNET, 2012, p. 242).

Teses como estas colaboram para a sustentação de um senso comum veiculado pela mídia, o qual constrói uma imagem de que os eleitores que votam ou votaram no PT seriam pessoas menos escolarizadas, desprovidos de um maior discernimento político e por isso continuariam votando, apesar de toda a corrupção exposta, em troca de benefícios oferecidos por meio de obras públicas e projetos de distribuição de renda.

Para Bolívar Lamounier²⁰, Lula se reelegeu porque prometeu à classe C uma estabilidade econômica. Na sua visão, a nova classe média não dedica ao PT uma fidelidade partidária, mas vota nesse partido porque o enxerga como a escolha mais conveniente. Se for prejudicado pelo governo, esse segmento social deixará de apoiá-lo. Lamounier também acredita que os eleitores dessa nova classe emergente não estão totalmente ao lado do governo porque

Com a emergência social vem uma maior percepção de realidade. Viver em um ambiente econômico mais estável também contribui para que as pessoas se tornem mais realistas. Com isso, elas deixam de esperar a ajuda permanente da providência divina ou do Estado (LAMOUNIER, 2010, p. 19).

Tal posicionamento traz em si a conotação também preconceituosa e elitista, no sentido de que atribui às classes baixas a certeza de uma ignorância política e

²⁰ Em entrevista concedida à revista Veja, em 24 de fevereiro de 2010.

de que apenas a ascensão social poderia dar a essas pessoas um esclarecimento para o voto. Nesse sentido, este tipo de pensamento remete aos primeiros regimes liberais, vigentes entre os séculos XVIII e XIX, que concediam direito ao voto apenas a parte restrita da sociedade, geralmente os homens de posses (COUTINHO, 2002).

Ainda sob o prisma de que o PT representaria uma classe, a dos mais pobres, o instituto Datafolha, em outubro de 2014, a pedido da Folha de São Paulo, realizou a pesquisa de opinião que se pautou sobre alguns pontos que os candidatos Dilma (PT) e Aécio (PSDB) estariam mais aptos a representar. Nessa pesquisa, se constatou que a opinião de 57% dos entrevistados via em Dilma a candidata que defenderia os pobres e 56% acreditavam que Aécio defenderia os mais ricos²¹.

Tabela 2 - Candidato que defenderá os mais pobres

Dilma – PT	57%
Aécio – PSDB	26%
Nenhum	8%
Não sabe	6%
Os dois	3%

Tabela 3 - Candidato que defenderá os mais ricos (em%)

Dilma – PT	17%
Aécio – PSDB	56%
Nenhum	12%
Não sabe	12%
Os dois	7%

Ao analisar os resultados acima, observa-se um imaginário construído em torno do Partido dos Trabalhadores e a sua predileção pelas classes mais baixas, ou seja, a população demonstra que os que possuem menor renda se sentem beneficiados pelo governo do PT, já os que possuem maior renda sentem-se desfavorecidos em relação às outras classes. Esse imaginário foi desenvolvido e cultivado por formadores de opinião principalmente de cunho liberal, e que passou a servir a ambos os lados da disputa, a favor e contra o PT (para o primeiro grupo um partido do povo; para o segundo: falta de criticidade dos eleitores baseados em ganhos pessoais).

Leonardo Avritzer (2014) faz uma interpretação do resultado da pesquisa feita pelo Datafolha em relação à divisão da classe média nas eleições presidenciais de 2014. Na pesquisa, a referida classe foi dividida em três grupos: alta, média e baixa.

²¹ Pesquisa realizada pelo Datafolha, dados retirados da reportagem do Portal G1 de notícias – publicado em 21/10/2014 por André Nery e visitado em 23/05/2015.

Avritzer mostra que no segmento com os rendimentos mais altos foi predominante como escolha política o candidato Aécio Neves, que teria 67% dos votos. A candidata Dilma possuía a preferência nos outros dois grupos do segmento, na média com 52% e na baixa com 53%.

A interpretação desse episódio é de que a classe média nacional tradicional se mostrou atípica em comparação às europeias e norte-americanas, sendo que a diferença principal está no fato de que a classe média brasileira tem dois elementos que em si pertencem a lados opostos; um deles seria o fato de ter acesso a bens de consumo, como eletrodomésticos, carros e tecnologia, comum a toda a classe média; e o outro seria o facilitado acesso a mão de obra doméstica a baixo custo e abundante. A classe média tradicional brasileira até recentemente possuía a sua disposição também um acesso a saúde e a educação privada de boa qualidade. Hoje esses são setores tumultuados com a chegada de novos usuários, pois houve um aumento do acesso nestas áreas, principalmente devido ao crescimento da chamada nova classe média, que corresponde a 50% da população brasileira com uma renda familiar entre um mil e quatro mil reais.

Dentro desse novo prisma econômico, a tradicional classe média brasileira se viu afetada pelas mudanças que trouxeram muitos brasileiros a uma ascensão social, no entanto, o que mais a afetou foi a grande inflação nos serviços domésticos nos últimos anos, com cerca de 104% de aumento entre os anos de 2004 e 2014. Além disso, houve também o aumento dos preços relacionados à alimentação, que acabaram pesando no orçamento. Para Avritzer (2014), somado ainda à perda de status, o aumento de preços coloca a classe média tradicional cada vez mais distante das classes mais altas e marca uma aproximação com a nova classe média em ascensão. Isso em si explicaria, segundo ele, a grande rejeição da classe média alta ao PT principalmente no Estado de São Paulo e em outras capitais do Sul e do Sudeste, onde está mais concentrada a referida classe social.

Dentro dessa rejeição ainda existiriam dois discursos: o mais sutil seria o preconceito contra os Estados do Nordeste e as pessoas que ascenderam recentemente de classe, passando a consumir pela primeira vez alguns bens como carros e viagens; e o segundo, de caráter mais violento, estaria posicionado contra os programas de transferência de renda e os setores mais pobres. Para Avritzer, ambos os discursos são antimodernos, visto que evidenciam um desejo de voltar no tempo em busca do status perdido.

Sennet (2012) afirma que a tendência à escolha entre partidos e candidatos estaria relacionada à autopercepção de classe e às mudanças econômicas recentes observadas. O referido autor faz uma crítica direcionada a pensadores liberais que tendem a considerar legítimas opiniões e escolhas políticas da classe média tradicional, baseados no argumento de que a legitimidade se fundaria no costumeiro e tradicional acesso a uma educação formal de qualidade, a livros e a eventos culturais, que as classes mais afortunadas tiveram a possibilidade de usufruir.

Dentre estas e outras peculiaridades, a opinião da classe média teria mais legitimidade e coerência no meio público em comparação a opinião das classes subalternas, assistidas e "mantidas" pelo governo por meio do programa "Bolsa Família", o qual serviria de troca para o voto. Esse programa seria um dos símbolos de que a fome pode falar mais alto que a razão. Desse modo, a classe média, em sua posição crítica em relação ao PT, entende que está tentando livrar o Brasil de um péssimo governo, o fazendo de forma altruísta, pelo bem da nação e não por interesses pessoais. Constrói-se, então, o entendimento de que o voto da classe média, além de bem-intencionado, é um voto moralmente superior (SENNET, 2012).

Sennet (2012) entende que tal postura é assumida porque a classe média, em seus valores democráticos de contestação política, dá maior importância para a falta de ética na administração pública, ou seja, para os métodos de governança utilizados pelo PT, os quais o levaram, por exemplo, a distribuir o mensalão aos deputados da oposição como incentivo para a colaboração nas propostas políticas apresentadas pelo governo. Já as classes mais baixas mantêm a ênfase nos resultados alcançados pelo governo e não em seus métodos.

A avaliação negativa ao "Bolsa Família", veiculada principalmente na imprensa, na interpretação de Sennet (2012), teria surgido porque a campanha contra o PT baseada nos escândalos de corrupção não surtiu o efeito esperado, que seria o impeachment de Lula ou sua derrota política. Em decorrência disso, veio também a depreciação do voto popular e o que ele chama de "racismo de classe" (2012, p. 250).

O lulismo, longe de ser um indício da alienação ou da venda mercenária do voto por causa do Bolsa Família e de outros programas de cunho popular, representa uma manifestação mesma dos conteúdos cognitivos, morais e estéticos incorporados no *éthos* do trabalho e na racionalização de uma ética do sofrimento. Não compreender esses elementos significa se recusar a ver as motivações morais e democráticas por trás dessa adesão: o que

não implica uma adesão desinteressada, porque as tomadas de posição política nunca o são, para qualquer classe. Porque por outro lado, atribui amoralidade às classes populares porque estas estão mais preocupadas com a diminuição da desigualdade social no país do que com a corrupção [...] a ideologia burguesa da “pureza” quer negá-lo porque quer negar, com isso, a exploração que está por trás dessa pureza. Assim, os batalhadores que não recebem Bolsa Família defendem o programa não apenas porque talvez algum parente ou amigo recebe o benefício. De fato, há um pressuposto compartilhado intersubjetivamente entre os batalhadores de que o Estado deve “ajudar os pobres” independente da riqueza que produzem e dos interesses do capital (SENNET, 2012, p. 251-252).

Assim, a divisão entre “ricos e pobres” pode ser, ao contrário do que julgam algumas frentes, não um sinal de alienação das classes baixas, mas de esclarecimento político destas. Elas podem estar dando sinais de que a percepção que possuem acerca da própria realidade e das mudanças que observaram em suas vidas, em suas comunidades, com o acesso a bens de consumo e educação, tem tido maior peso e consideração do que escândalos políticos comentados na mídia.

Outra interpretação sobre a divisão dos votos é de Bezerra (2014), que defende outra explicação para os resultados das eleições presidenciais brasileiras, na qual não se faz referência a um autorreconhecimento de classes ou ideologia, mas à intenção de se eleger “o menos prejudicial” e evitar a eleição do outro, o oponente. O referido autor utiliza a teoria do “veto útil” para explicar o contexto político brasileiro, em que a defesa e a busca dos eleitores se deu como forma de evitar a eleição do outro, do “inimigo”: *“além do engajamento nas bocas de urna física e principalmente virtual, os eleitores foram às urnas com propósitos préalinha(va)dos em torno da possibilidade única de impedir a concretização de algo que não desejavam para si e/ou para o país”* (BEZERRA, 2014, p. 18 grifo nosso).

Esse episódio do “veto útil” pretende impedir o voto no candidato A ou B, mas também em um 3º candidato que estaria mais longe da vitória eleitoral; mais ainda, apresentaria a possibilidade de atrapalhar os resultados dos dois principais candidatos. Desse modo, o veto não se restringe ao voto, mas também contempla um determinado comportamento que não deve ser passivo em relação ao que representaria a vitória do outro candidato/ inimigo. O candidato eleito carrega consigo não só características positivas, para aquele que o escolheu, mas também leva em si a negação do outro.

Nesse sentido, o outro, o inimigo, estava sendo continuamente apresentado na mídia como o protagonista de novas corrupções; ele era o Partido dos

Trabalhadores, representado na disputa por Dilma Rousseff. Quando a sua vitória é divulgada, os votos recebidos em seu favor são tidos como:

[...] ignorante, acomodado, atrelado, submisso, um voto pequeno, simplório, de baixo valor para o Brasil. Já o voto em Aécio Neves classificado como independente, bem intencionado, visionário, maduro, um voto robusto, qualificado, de grande valor para o Brasil. Quem votou em Dilma, na avaliação de parte considerável, da grande mídia nacional, votou de qualquer maneira, por votar, no máximo fez um cálculo egoísta em torno de privilégios individuais. Quem votou em Aécio, ao contrário, o fez de maneira consciente, com certeza de que precisava dar a sua contribuição para o país, o cálculo foi altruísta, pelo bem da coletividade (BEZERRA, 2014, p. 20).

O que aproxima as análises de Bezerra e Sennet é a identificação de que existe um voto a se considerar e outro, o da maioria, a se tomar por prejudicial, conforme ideologia defendida de forma implícita ou explícita pela mídia. Nesse sentido, o que se percebe é uma crítica ao sufrágio universal e a ideia de que uns possuem maior capacidade para votar do que outros. Se considerássemos a crítica que aponta certa incapacidade das massas em escolher o seu candidato político, tenderíamos a retroceder no campo da democracia.

Alguns intelectuais como Leher (2014) não aderem apenas a uma divisão de classes nas últimas eleições presidenciais no Brasil, mas acreditam que parcialmente exista uma luta entre a esquerda e a direita, marcada principalmente na eleição de 2014. A parcialidade de verdade estaria no fato de que a direita estava ao lado de Aécio e a esquerda, numa busca de evitar a vitória deste, esteve ao lado de Dilma, uma posição, por exemplo, que foi assumida pelo MST. No entanto, essa tese de polarização ocultaria o fato de que o PT e o PSDB estariam reivindicando a ordem do capital e que se eleitos gestariam de forma competente o capitalismo dependente. Tal posicionamento tenta demonstrar que nem tudo está na superfície aparente, pois o PSDB não foi apenas o partido escolhido pelos ricos, já que a percentagem destes na sociedade brasileira é de 3% e o partido recebeu uma votação expressiva; e que nem mesmo o PT só recebeu votos dos mais pobres e dos estados mais pobres, como os da região Nordeste. O que observamos até este momento, principalmente a partir das relações entre renda e preferência por candidatos do PSDB e do PT, é que existe uma tendência entre as rendas muito altas e rendas muito baixas na escolha do candidato. Mas entre as classes de renda média não existe um condicionante determinante.

As discussões giram em torno do seguinte questionamento: por que, apesar das denúncias que envolvem o PT em escândalos de corrupção amplamente divulgados e por um longo período de tempo, o partido ainda está na presidência? Para a oposição e a ala antipetista da mídia, uma das estratégias consistia em intensificar as notícias e provas sobre as falhas éticas do partido a fim de evitar a reeleição da Dilma em 2014.

Além de ter sido incorporada às manchetes, o novo escândalo envolvendo a cúpula do PT ao “Petrolão”²², dias antes do segundo turno presidencial em 2014, também ganhou destaque na Revista Veja²³, que antecipou para sexta-feira a edição que chegaria apenas no domingo à casa dos leitores com a seguinte capa: “*Eles sabiam de tudo*”, acusando Lula e Dilma de serem cúmplices e terem conhecimento dos desvios de dinheiro público. As últimas denúncias antes da eleição passaram a funcionar como material de reforço argumentativo aos antipetistas, mas não tiveram influência, por exemplo, junto àqueles que já tinham decidido o voto, ou seja, a faixa dos já convictos antipetistas nesta ocasião específica não teve grandes alterações. No entanto, a oposição logrou encontrar um caminho que se mostrou mais eficiente para a deslegitimação do PT, que foi colocar o partido no caminho das políticas neoliberais, isso se somando às manchas éticas fez crescer nos últimos tempos o número de insatisfeitos com o partido.

2.3 RAÍZES DA DEMOCRACIA E CIDADANIA BRASILEIRA

Nos países da América Latina, o poder econômico sempre esteve impreterivelmente ligado a outros modelos de poder; a utilização do termo “classes sociais”, para Florestan Fernandes (1977), sempre foi ambíguo, pois pode servir “para designar ‘grupos de status’, através dos quais se dissimulam interesses de

²² O escândalo do Petrolão está relacionado a vários partidos, sendo que o PP é o partido que tem o maior número de suspeitos envolvidos, seguido do PMDB, do PT, do PSDB e do PTB. Tal esquema foi organizado para desviar dinheiro da Petrobras utilizando-se de contratos superfaturados. O dinheiro era usado para compra de votos, troca de favores políticos e financiamento de campanhas. Dados consultados no site do Jornal ZH, publicado em 06/03/201, disponível em <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/03/saiba-quem-sao-os-politicos-citados-pela-operacao-lava-jato-4713029.html>>. Acesso em 13/10/2015.

²³ Revista Veja, edição: 2397, ano 47, número, 44, de 29 de outubro de 2014 (essa edição foi distribuída antecipadamente no dia 24).

classes, formas de dominação de classe e conflitos de classe, que só podem ser manejados a partir de cima” (FERNANDES, 1977, p. 177). Agregue-se a isso o fato de que nesta parte do continente os estamentos não foram totalmente extintos, pois nas “classes” ainda se fazem presentes como heranças do período colonial, alimentados pelas tradições, pelo orgulho e saudosismo ibérico e pela apatia das massas, comportamentos persistentes que colaborariam para a reprodução da desigualdade social. Desse modo, as classes sociais na América Latina para Florestan Fernandes nada mais seriam do que resultados de uma “formação histórico-social típica” (FERNANDES, 1977, p. 178).

As antigas estruturas sociais coloniais não foram extintas e sim mantidas pelas condições da dependência e pela praticamente inexistência de alternativas de outro tipo de desenvolvimento autossustentado. Sem alternativa econômica, os privilegiados sociais continuaram com o mesmo status, não houve uma autocorreção de classes, mas uma persistência contínua. Seguindo essa interpretação, Florestan afirma que na América Latina “umas classes sociais são mais classes que as outras” (FERNANDES, 1977, p. 179). Essa regulação das classes é imposta pelo tipo de capitalismo presente, como também é percebida pelas classes dominantes que buscam preservar o *status quo*. “As classes sociais falham, no sentido de preservar e intensificar os privilégios de poucos e de excluir os demais” (FERNANDES, 1977, p. 181).

Seguindo os argumentos de Fernandes (1977), as classes no Brasil se basearam principalmente em formações históricas. As classes altas são formadas pelos herdeiros dos colonizadores, que mantiveram ao longo dos séculos o papel de detentores das terras e de outros meios de rendimento, além do prestígio social, mantendo não apenas os *privilégios* econômicos, mas um alto nível de controle sobre o poder político, econômico e social no país.

Para Weffort (1984), os erros contemporâneos da política brasileira são frutos de uma tradição passada, principalmente no que concerne a nossa política, que em si nunca foi de fato democrática, pois foi entendida na maioria das situações históricas como privilégio de alguns “oligarcas e assemelhados” (WEFFORT, 1984, p. 25). O modelo democrático no Brasil em seu contexto histórico foi incapaz de forjar um espaço público onde as massas possam se fazer presentes, pois a democracia praticamente sempre esteve a serviço das classes dominantes. Além de ter sido vista e entendida como privilégio, a democracia brasileira de forma ambígua

pretendeu ser concomitantemente democrática e a autoritária, a exemplo de Getúlio Vargas (Estado Novo, 1937-1945) e do General Figueiredo (governo de transição para abertura democrática, 1979-1985) no fim do regime militar. O processo democrático foi descrito por Alain Touraine (apud WEFFORT, 1984) entre os anos 1930 e 1960 como uma “democratização por via autoritária”. Esse tipo de formação histórica concede ao brasileiro o conceito de democracia apenas como instrumento, ou seja, como um meio, uma forma de se chegar ao poder.

Tal concepção de democracia como ferramenta para Weffort está ligada ao liberalismo e ao conservadorismo presente nas oligarquias da República Velha. O liberalismo que esteve ligado ao latifundiário (o detentor histórico do poder econômico e político) sempre foi um liberalismo privatista, sendo capaz de conceder apenas a liberdade econômica, no entanto, ainda limitada, pois estava concedida apenas aos proprietários. Por isso, a liberdade política em sua função história no Brasil surgiu como meio de manutenção dos privilégios dessa classe (WEFFORT, 1984).

Um dos traços marcantes da história social e econômica do Brasil está sobre a centralidade rural que protagonizou por um longo tempo no âmbito social e econômico do país, influenciando na construção do que Teresa Sales (1994) denomina uma “cidadania concedida”. Essa cidadania concedida é o embrião da cidadania brasileira, que esteve ligada “à não-cidadania do homem livre e pobre, o qual dependia dos favores do senhor territorial, que detinha o monopólio privado do mando, para poder usufruir dos direitos elementares da cidadania civil” (SALES, 1994, p. 2). No período em que a sociedade brasileira esteve baseada na exploração escravista, os homens livres e pobres estavam sempre disponíveis para cumprir as vontades dos latifundiários, viviam sob a sua guarda e sob a sua “dáviva”. A “política da dáviva” resistiu ao fim da escravidão, esteve no período coronelista e se faz presente em nossa realidade.

A cultura da dáviva expressa as desigualdades sociais brasileira em relação à questão do “mando-subserviência”, ela esteve presente em todo o território brasileiro e substituiu os direitos de cidadania liberais. Assim, as relações de mando e subserviência que são os pilares da cultura da dáviva e colaboram para a *perpetuação das desigualdades*, as quais têm se fixado principalmente em duas direções: a migração ou “fuga” do trabalhador rural; e a sua reificação, ou seja, o automatismo e a passividade que tomam conta de todas as situações dos que

permanecem em seu local de origem ou ainda sobre aqueles que buscam novamente se realocar (SALES, 1994). O homem que vivia sob as regras da cultura da dádiva foi uma das partes que auxiliou em sua manutenção; ao não confrontar o seu opressor, via duas opções: ou migrar constantemente para escapar dos mandos e da subserviência, ou permanecer e manter-se em um estado passivo e reificado.

A fuga ou a reificação como opções do homem livre e pobre²⁴ ocorreram porque ele dependia dos favores e da boa vontade do latifundiário dono das terras, detentor não só dos meios de produção, como também dono do poder exclusivo do mando. A ruptura com esse modelo de cidadania concedida de forma mais ampla ocorre no Brasil apenas na década de 1960, com a grande migração do trabalhador do campo para a cidade. No entanto, existe uma continuidade desse padrão de comportamento em relação à cultura política no Brasil, o que pode ser comprovado a partir da análise da estrutura agrária nacional, que está fundada sobre enormes latifúndios e que através das mudanças dos regimes e pactos do poder continua praticamente intocada.

Com o fim da escravidão e o início da República no Brasil, o liberalismo como doutrina exerceu pouca influência sobre a instauração dos direitos de cidadania. Durante a Primeira República, ficou instituído o tipo de política coronelista, que consistia na troca de favores entre o poder público, o que se tinha como sustentador desse sistema era a “reciprocidade” tanto dos chefes locais e coronéis como dos “currais eleitorais”. O principal compromisso dos coronéis era dar total apoio aos candidatos; e quando eleitos estes deveriam dar total liberdade aos coronéis e chefes locais para nomeação de funcionários públicos. Antes da República, o poder estava ligado ao domínio da terra; após a sua instauração, o domínio da terra passou a prestar submissão aos favores concedidos por ela. O processo de recebimento de favores funcionava como um processo de reforço da cidadania concedida, pois era a partir dos votos capitalizados pelos coronéis que os favores seriam concedidos. Essa organização era a herança do período do “monopólio do mando” (SALES, 1994, p. 12).

²⁴ Aos homens livres e pobres, em 1888, passam a se juntar os ex-escravos. Um dos modos de fugir dessa subserviência seria a constante mobilidade espacial característica no trabalho rural brasileiro. Sales (1994) chama a atenção para a relação entre tentativa de se livrar dessa subserviência e a mobilidade espacial como talvez um dos principais motivos que influenciou o não acontecimento da reforma agrária no Brasil.

Em relação a esse modelo de concessões e trocas (que beneficiavam não os interesses da nação, mas interesses pessoais e dos apadrinhados), existe por parte da população pobre a sensação de que os “poderosos” desejam a continuidade dessa condição. A pobreza em si não seria apenas o caso das limitações econômicas, mas estaria ligada também à condição de submissão tanto social quanto política. Nesse sentido, a pobreza seria a justificção para obter os favores. Essa seria uma das heranças (pobreza-submissão), uma das marcas da República Velha.

Sales, retomando a ideia do homem Cordial descrito por Holanda (1984 apud SALES, 1994), afirma que se faz presente no Brasil ainda o *fetichismo da igualdade*, que serve como mediador entre as relações e “contribui para que situações conflitivas frequentemente não resultem em conflitos de fato; mas em conciliação” (SALES, 1994, p. 15). Sendo assim, nos espaços geográficos onde existe uma maior desigualdade social, o fetichismo da igualdade está mais presente. O que a autora afirma é que homens e mulheres mais pobres são muito mais cordiais no trato, o que se deve à condição histórica de subserviência e pode ser exemplificado a partir das relações de trato observadas no Sul e no Norte do país.

Em relação às condições históricas de classe, como observa Florestan Fernandes (1977), na América Latina e especificamente no Brasil preservaram-se muito mais os estamentos do que as classes sociais, o que manteve grande parte da população nacional por séculos distante da cidadania social e política. Sendo assim, os direitos a cidadania foram vistos por muitos de nossos antepassados como algo “concedido”, dado por “boa vontade” pelo Senhor ou pelo patrão. Mas os direitos à proteção e a poder trabalhar na terra “cedida” dependiam de trocas: enquanto a parte mais fraca abdicava de sua condição humana, os senhores cediam migalhas em formas de bens materiais, que serviam para manter a reprodução do trabalhador, o qual deveria oferecer de bom grado seus serviços, lealdade e submissão.

Em relação ao discurso depreciativo sobre as classes menos favorecidas e a escolha do voto, além da passionalidade que o assunto desperta, não tanto pela parte dos que são “acusados”, mas por parte dos “acusadores”, pode-se fazer referência ao conceito de cidadania concedida defendido por Sales (1994). Destacam-se, então, dois pontos. O primeiro que embasa o argumento acompanha o imaginário por parte das classes altas e médias de que os “pobres” são fiéis

àqueles que lhes fornecem o abrigo e o pão de cada dia, a gratidão e a fidelidade é construída sobre o medo e a insegurança das perdas do benefício.

O segundo ponto pode estar como condicionante do motivo da passionalidade que envolve o argumento; é o sentimento de que os “patrões” (empregadores das classes médias) perderam a influência sobre os seus subalternos quando estes já não precisam mais se submeter a qualquer tipo de trabalho²⁵ ou a situações que os desagradem para conseguirem condições mínimas materiais para sobrevivência²⁶ (principalmente devido ao amparo dos programas sociais e direitos trabalhistas). O ressentimento está sobre a figura do “novo senhor” (Partido dos Trabalhadores): a ideologia dominante não leva em consideração ou ainda lhe desagrada a autonomia que os programas sociais têm fornecido às classes mais pobres, pois quando se entrega apenas o que comer tira-se a fome momentânea, mas quando se oferece o subsídio em forma de dinheiro, ou oportunidades de formação profissional, proporcionam-se escolhas e possibilidades, isto é, a cidadania.

Ainda que principalmente o programa Bolsa Família não forneça uma renda, apenas um complemento baixo, ele concede aos seus beneficiários cidadania e a liberdade de escolha, de alimento, de roupa, como também a possibilidade de planejar o futuro da própria vida, conquistando uma maior liberdade pessoal, desde escolhas triviais a escolhas de ordem moral. A miséria em sua forma absoluta priva o sujeito de escolhas simples, da possibilidade das escolhas pessoais, dos desejos de como se quer viver a própria vida (REGO, PINZANI, 2013).

A revolução Burguesa no Brasil não cumpriu com sua função que seria a de estabelecer um regime democrático, pois mais do que isso a burguesia nacional buscou estabelecer a produção capitalista, ou seja, o plano principal nunca foi o

²⁵ É comum ouvir em qualquer roda de conversa entre pessoas das classes médias, a respeito de como é difícil achar atualmente pessoas que “queiram” trabalhar com serviços domésticos como mensalistas ou diaristas. As opiniões mais comuns são: “hoje em dia já não querem mais trabalhar, fazem tudo de qualquer jeito, só pensam em receber”, “ninguém mais gosta de trabalhar duro, querem, moleza e serviço fácil”. No serviço doméstico no Brasil foi muito comum a troca de trabalho por comida, roupa e um lugar para morar, ou serviços de diarista por troca de roupas usadas, um prato de comida e algum trocado. O trabalhador doméstico nunca teve suas necessidades e seus direitos discutidos e levados a sério pela classe média, a quem geralmente prestava serviço; essa classe “empregadora” sempre se viu como quem contribuía beneficentemente para a vida dessas pessoas, lhes ofertando a oportunidade do subsustento.

²⁶ Além do programa Bolsa Família, o governo do PT está vinculado a outros, como Programa Universidade para Todos (ProUni), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

desenvolvimento de uma democracia burguesa, mas sim da implementação do capitalismo (BORON 2003, 26).

2.4 ANTIPETISMO E ANTICORRUPÇÃO NÃO SÃO SINÔNIMOS

A ideia do antipetismo em superfície aparente se reveste do argumento da moralidade e da luta contra a corrupção, no entanto, a revolta legítima contra os atos ilícitos para com a nação não é capaz de forjar o ressentimento que envolve o antipetismo. Em essência, ele se alimenta das forças que se colocam contra a corrupção e a falta de ética, mas em realidade a revolta e o rancor têm outra causa. Esse movimento não surgiu em decorrência dos atos corruptos vinculados ao PT, mas é em si uma face do pensamento liberal e conservador que nutre uma inimizade com o que o pensamento original de fundação do PT representa. O antipetismo fez-se aparente após as falhas éticas do partido, mas já existia antes disso, pois as suas críticas têm raízes no pensamento conservador e elitista que desde o império luta pela preservação e manutenção das desigualdades sociais, como meio de proteção das classes altas.

Dessa forma, o antipetismo em seu formato conservador se coloca contra as mudanças abruptas na sociedade, que reconfigurou principalmente algumas características das classes mais pobres promovendo a inclusão das classes C e D, principalmente por meio do aumento do consumo e pelo seu “reconhecimento como sujeito político” (TATAGIBA et al., 2015, p. 25). Esses cidadãos que estavam à margem, os “excluídos”, passaram a ter uma grande importância devido ao apoio por meio do voto que passaram a dar ao governo federal, configurando um grupo que fornece suporte eleitoral ao governo enquanto este mantiver políticas que se mostrem mais favoráveis às classes desprivilegiadas.

Vemos assim, como, desde 2005, tem sido construída a visão de que os governos petistas são os mais corruptos da história republicana, e esse foi um terreno fértil para o florescer do antipetismo, que no plano das emoções se constitui em importante leitmotiv da revolta. Mas, o "Fora PT" tem ainda outra fonte que corre paralela ao seu engate com o tema da corrupção: as políticas sociais do governo voltadas à inclusão das classes C e D. O *antipetismo está alinhado com nossa cultura política desigual e hierárquica*, que se manifestou de forma veemente na oposição a programas tais como o Bolsa Família, as cotas para negros, o Mais Médicos, o ProUni, a

legislação trabalhista para as empregadas domésticas, dentre outros (TATAGIBA et al., 2015, p. 24-25, grifo nosso).

O antipetismo está ligado ao processo de deslegitimação do PT. Além disso, ele utiliza-se dos argumentos para classificar toda a esquerda, relacionando os projetos econômicos que envolvem o aumento do Estado, por meio da promoção da educação e da saúde pública de forma ampla, a não privatização de empresas públicas, entre outros. O antipetismo se coloca contra o PT por ser uma força de “esquerda” relevante no Brasil; sendo assim, pode-se afirmar que se outro partido de esquerda estivesse no poder há mais de uma década o discurso teria o mesmo tom. Nas palavras de Veríssimo (2015), “está no DNA da classe dominante brasileira, que historicamente derruba, pelas armas se for preciso, toda ameaça ao seu domínio, seja qual for sua sigla”.

O discurso e a oposição antipetista são marcados pelo pensamento elitista e neoliberal. A ideologia neoliberal que os estrutura é formada por um misto de conservadorismo na ordem comportamental e liberalismo em relação ao mercado. O seu principal ideal é buscar sempre favorecer o lucro e a competição sem a intervenção do Estado. Essa ideologia teve grande capacidade de explicar a crise por que o mundo passou nos anos 70. Atribuiu a culpa aos governos nacionais que promoviam políticas de desenvolvimento econômico, controle de crescimento e recessão e as políticas de bem-estar-social (MORAES, 2002).

Para essa ideologia, o Estado de Bem-Estar Social consiste em um dos maiores causadores dos problemas econômicos, tais como os custos com políticas sociais e o seu impacto sobre economias nacionais, causando inflação e endividamento. Esse vem a ser o mesmo discurso contra as administrações petistas. O neoliberalismo difunde o ideário de que é no mercado que está o motor da produção e de riqueza, da eficiência e da justiça. Já a intervenção do Estado sobre as iniciativas privadas é concebida como uma intromissão desnecessária que ocasiona uma deformidade no padrão dos três eixos: “riqueza, eficiência, justiça” (MORAES, 2002, p. 15).

A ideologia neoliberal acaba por acusar os Estados nacionais de uma inibição ao crescimento econômico, com as exigências de proteção, direitos e garantias trabalhistas. O Estado aparece como um “desmotivador” para os empreendedores e induz o trabalhador ao comportamento “aproveitador” e “desleixado”, pois esse tipo de trabalhador não está preocupado com a sua estabilidade, já que tem as

proteções trabalhistas e, além disso, pode usufruir das garantias sociais do Estado. Em relação a esse ponto, uma das acusações ao governo do PT está na “manutenção” de uma grande faixa de dependentes do Bolsa Família, sem “incentivar” a sua saída do grupo de beneficiados, formando uma faixa de trabalhadores que atrapalham a competitividade no mercado de trabalho.

Ainda que o PT nos seus primeiros três mandatos não tenha sido ortodoxamente neoliberal, também não fez uma ruptura definitiva com o modelo; ao longo desses anos o manteve de modo flexibilizado. Isso porque o velho modelo tenta sobreviver a qualquer custo, e um novo modelo encontra dificuldades para tentar substituí-lo. O Brasil demonstrou uma flexibilização, dando continuidade a um ciclo econômico expansivo em sua economia. A flexibilização do neoliberalismo pelos governos progressistas na América Latina, sobretudo no Brasil, é representada pelas políticas sociais, que são o principal diferencial entre este tipo de governo e as administrações políticas neoliberais anteriores. Desse modo, a administração petista não rompeu como o modelo ideológico do pensamento Único, mas teve um grau de autonomia sobre ele, o que se mostrou incômodo aos agentes do mercado financeiro e ao núcleo neoliberal do antipetismo.

Além da crítica baseada na ortodoxia do neoliberalismo, o antipetismo possui em seu bojo resquícios da ideologia de combate à esquerda socialista e comunista ainda da Guerra Fria. Nas discussões em fóruns na internet e canais das redes sociais, além de faixas que estavam nas ruas nas manifestações de março e abril de 2015 direcionadas à esquerda, encontram-se frases como “Vai pra Cuba”, além de outras manifestações textuais como “Chega de doutrinação marxista nas escolas, basta de Paulo Freire”; “A nossa bandeira é verde e amarelo, nunca será vermelha²⁷” (TATAGIBA et al., 2015). Tais expressões demonstram o esforço que se faz para criar uma aproximação do governo moderado de centro-esquerda ao comunismo, ao marxismo e a outros governos de esquerda. Tanto nas mobilizações de 2015 quanto em outros espaços utilizados para a discussão política, se fizeram presentes referências aos governos da Venezuela e de Cuba, com os quais o Brasil estaria alinhado, entre outros governos progressistas, com o intuito de instalar uma

²⁷ A cor vermelha está associada à esquerda revolucionária comunista e socialista.

ditadura comunista em toda a América Latina, sendo que tal plano teria sido articulado por meio da associação do Foro de São Paulo²⁸.

Acompanhados da ideologia anticomunista e antissocialista, surgiram pedidos de intervenção militar, um dos pontos que mais chamaram a atenção nas manifestações contra o governo em março de 2015: havia cartazes nas manifestações do “Fora PT” que pediam a intervenção das forças armadas e que se fizeram presentes em várias cidades do país, com a intenção de uma maior circulação da mensagem. Muito desses cartazes estavam escritos em inglês, provavelmente na busca de uma “ajuda” internacional para mudar o projeto político do Brasil. O grupo pró-militares é representado principalmente pelo movimento SOS Forças Armadas, ou seja, é um dos grupos dentro dos grupos antipetistas e não representa todos os manifestantes que se reuniram com o objetivo de criticar o governo²⁹ e a corrupção.

Existe uma ala do antipetismo que, mesmo antes da reeleição de Dilma, já propunha que se esta fosse eleita a solução seria um processo de impeachment, como pode ser exemplificado pela coluna do Blog de Reinaldo de Azevedo do dia 23 de outubro de 2014, intitulada *“Dilma e Lula sabiam da roubalheira da Petrobras, diz Youssef. Se for verdade, é matéria de impeachment se for reeleita. Já seria agora, mas não há tempo”*³⁰. A ala a favor do impeachment, durante a campanha de 2014, teve a esperança de que a reeleição não acontecesse. Essa frente trabalhou de forma organizada como também individualmente, por meio de discussões online, em mensagens enviadas por WhatsApp, em manifestações mostrando apoio a Aécio Neves etc. Os discursos que deram corpo à campanha negativa de Dilma estavam alicerçados em argumentos que levavam em conta o aumento da inflação, o escândalo de corrupção denominado petrolão e a agressão dirigida ao eleitor do PT, como um eleitor “ignorante”.

²⁸ O Foro de São Paulo é uma organização que reúne partidos e movimentos sociais de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi criado, em 1990, pelo PT e pelo Partido Comunista Cubano, entre outros.

²⁹ Após as manifestações de 15 de março, representantes do Movimento Brasil Livre pediram liminar para que o Movimento SOS Forças Armadas não partisse das manifestações marcadas para abril do mesmo ano, pois repudiavam a pauta de golpe militar.

³⁰ Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/dilma-e-lula-sabiam-da-roubalheira-na-petrobras-diz-youssef-se-for-verdade-e-materia-de-impeachment-se-ela-for-reeleita-ja-seria-agora-mas-nao-ha-tempo/>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

É importante ressaltar que existe uma diferença entre os grupos que são caracterizados como antipetistas e anticorrupção. Os antipetistas estão contra a esquerda, contra qualquer política proposta pelo partido, independentemente de qual seja, e relacionam a corrupção brasileira atual à presença do PT na política. Já o grupo anticorrupção, que pode fazer parte ou não do antipetismo, entende que o PT é mais um dentre outros partidos corruptos; os que defendem o impeachment o querem por uma questão de “justiça” e de manutenção da integridade democrática.

Ainda que os grupos fundados sob o ideal da anticorrupção compreendam o problema como estrutural, acabam por pesarem de forma mais acentuada a “corrupção do PT”. Isso se dá principalmente em decorrência da frustração e do desestímulo que os escândalos do mensalão proporcionaram em 2005, momento em que o PT ainda contava com grande apoio da classe média e de profissionais liberais. O partido trazia em seu histórico de fundação a participação de grupos populares e progressistas, como movimentos sociais e sindicatos. Diferentemente de outros casos de corrupção, a mancha não esteve apenas sobre o político autor de ato ilícito, mas sobre todo o partido, como se esse episódio tivesse corrompido a história pregressa do partido.

O PT na presidência foi uma promessa de esperança da esquerda, aguardada por mais de uma década desde a primeira candidatura. A partir das suas falhas morais, a direita passou a explorá-las mostrando que o partido do povo dele também rouba; os que antes tinham um apreço pela formação moral do partido guardam o sentimento de traição e desconfiança. A desilusão com o partido ganhou força no pensamento da direita (que seguiu reforçando um caráter “corrupto” da esquerda), cujo modelo de pensamento difundido tem um profundo enraizamento no senso comum, “uma vez que a sociedade capitalista só pode sobreviver se reproduzir sua dinâmica como algo quase natural” (SILVEIRA, 2015, p. 230). Essa tendência nos últimos anos ainda foi fortalecida pelo acesso à internet, por indivíduos de várias classes sociais, de modo que a comunicação tornou-se um meio eficiente para compartilhar informações.

Os grupos antipetistas, principalmente no ano de 2015, passaram a se articular mais intensamente e fizeram isso através da internet, utilizando-se das redes sociais, um meio pelo qual divulgaram manifestos e críticas ao governo, além de organizarem mobilizações, com capacidade de extensão da informação maximizada. A intensidade das mobilizações esteve ligada principalmente à crise

econômica, que levou o governo a dar início a medidas fiscais, aumentando os impostos e diminuindo o investimento em programas sociais, o que acabou por desagradar setores que foram fundamentais para a reeleição de Dilma (MACIEL, 2015).

O combate à corrupção e o antipetismo passaram a ter um formato mais socialmente enraizado a partir de 2007³¹, aumentando a aderência em algumas camadas sociais, principalmente entre as rendas médias e altas, que no entorno da luta contra a corrupção e do antipetismo forjaram uma interpretação para os problemas econômicos e políticos do Brasil. Essa luta não ocorreu no período da administração de Lula devido à impossibilidade de os grupos anticorrupção e antipetistas conseguirem levar as massas às ruas principalmente em decorrência do período de crescimento econômico pelo qual o país passava. No entanto, o governo Dilma que não tem tido um período econômico tão positivo quanto foi o anterior, o que alimenta outras frustrações e dá margem ainda maior para os protestos, que foram acrescidos no ano de 2015 por setores não só da direita ou antipetistas, mas por aqueles que votaram no partido na última eleição e sentiram-se traídos pela nova agenda de prioridades econômicas (TATAGIBA et al., 2015).

A decepção em relação à conduta ética do partido já vem de longa data, no entanto, a decepção em relação às políticas econômicas que foram iniciadas em 2015 desestimulou como nunca os eleitores e simpatizantes do partido. A traição³² por duas frentes mostra que o partido que está atualmente na presidência não se parece em nada com o da campanha política de 1989 e muito pouco com o que ganhou a eleição em 2003. A maior descaracterização do partido foram as medidas de direita adotadas prontamente no início deste último governo, com o objetivo de acalmar a direita e o mercado, que pediam o impeachment. Aconteceu o que já era óbvio: o sentimento antipetista não se dissolveu com as medidas neoliberais e a ala da esquerda que escolheu o governo para fugir de uma administração do PSDB, pré-anunciada como neoliberal ortodoxa, passou de compreensiva e defensora do governo apesar das falhas a potencial crítica.

³¹ Assunto que será abordado no capítulo seguinte.

³² Que é caracterizada pela fidelidade ao mercado e ao capital.

3 FORA DILMA, FORA PT: QUAL DEMOCRACIA ESTÁ PRESENTE NAS RUAS?

No cenário político brasileiro o que tem se destacado nos últimos anos foi o crescimento da rejeição ao governo petista, que desde 2003 ocupa o cargo mais alto da república no Brasil. A esta rejeição, estão relacionadas justificativas como a de que o partido encabeça e possibilita a corrupção dentro da esfera política nacional, acusação essa que já vem sendo destacada pela mídia e pelos partidos oposicionistas principalmente em épocas que antecedem as eleições, desde o ano de 2005 quando houve denúncias públicas de que o PT gerenciava as propinas do “Mensalão”. Esse argumento não foi o suficientemente forte para que o partido perdesse apoio considerável diante da opinião popular, a ele se somaram outras acusações e críticas como, a má gestão de recursos públicos, o incentivo à programas sociais que atrapalham o crescimento e o desenvolvimento do capital, e a utilização destes programas para manter no poder o governo petista, o que funcionaria como uma troca de favores entre os beneficiados e o governo, que continuaria com os programas sociais e os cidadãos assistidos responderiam com o voto.

No entanto o crescimento ascendente de rejeição ao partido dentro da sociedade civil é percebido principalmente a partir das manifestações que marcaram o mês de junho de 2013 em todo o Brasil. Ou seja, o descontentamento com as políticas, a administração e a postura do partido, conseguiu ser expressada e explorada, tanto pela mídia, como por grupos da sociedade civil e políticos nestes atos e partir deles. O fato é que as mobilizações de 2013 que se espalharam pelo território nacional contra o aumento das passagens de ônibus, tem início através da iniciativa do grupo MPL (Movimento do Passe Livre) com caráter anticapitalista e de esquerda; no entanto estas mobilizações foram absorvidas por uma grande multidão, e canalizadas por grupos de centro e de direita e parte relevante da mídia, como manifestações contra a corrupção e a má administração dos recursos públicos (majoritariamente).

A partir deste cenário pretende-se observar e analisar as mobilizações públicas dirigidas contra a cúpula do governo federal brasileiro e ao Partido dos Trabalhadores, buscando entender qual a concepção de democracia que se faz presente nessas manifestações, e quais foram os aspectos políticos, sociais e

mediáticos que fortaleceram e proporcionaram um corpo robusto aos atos em questão.

3.1 AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS ANTICORRUPÇÃO E ANTIPETISTAS

O cenário político brasileiro vive em meio a uma crise de legitimidade, notícias divulgadas através da televisão e da internet apresentam um ambiente bastante conturbado, tanto dentro da esfera política como na social quando o assunto é lideranças políticas. A insatisfação em relação ao governo federal é um dos assuntos mais discutidos nas redes sociais como o *Facebook* e entre grupos que fazem o uso do aplicativo WhatsApp para compartilhar mensagens, fotos e percepções sobre a política e os líderes em questão. Essas tecnologias foram utilizadas como forma de promover e organizar, passeatas e mobilizações contra o governo e contra a corrupção – mais especificamente contra a presidenta da república Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula, ambos do PT –, que se mostram mais intensas a partir do período que antecedeu o segundo turno eleitoral de 2014 e se mantiveram durante o ano de 2015.

Dentre as principais páginas do *Facebook*³³ que participaram mais ativamente convocando as mobilizações contra o governo Dilma e ao PT, estão Revoltados Online³⁴, Movimento Brasil Livre³⁵ e Vem Pra Rua³⁶; outras páginas como TV Revolta e Movimento Contra a Corrupção que em outubro de 2014 eram as com o maior número de seguidores, com o perfil de oposição ao governo. Segundo Santos

³³ Segundo o site *Facebook* em 2014 92 milhões de pessoas, ou seja, 45% dos brasileiros acessam a página mensalmente.

³⁴ Revoltados ON LINE <www.facebook.com/revoltadosonline/> é uma página no Facebook fundada em agosto de 2010, a página se coloca como plataforma de combate a corrupção, em 15 de março, essa página contava com aproximadamente 707 seguidores no Facebook (PENTEADO e LERNER 2015).

³⁵ O Movimento Brasil Livre <www.facebook.com/mblivre/>, se define como uma página apartidária, busca um país mais justo e sem corrupção. O funcionamento desta página é datado do dia 17 de junho de 2013, dia em que houve um grande crescimento das manifestações de junho contra o aumento do transporte público em São Paulo. A página tem a participação de Kim Kataguirí e Fernando Holiday. EM 15 de março de 2015, a página contava com 65,5 mil fãs (PENTEADO e LERNER 2015).

³⁶ A página Vem Pra Rua Brasil <www.facebook.com/VemPraRuaBrasil.org> existe desde 16 de outubro de 2014, ou seja, foi criada doze dias antes do segundo turno das eleições presidenciais. A página prega a eficiência na política e Estado desinchado, de forma geral, demonstrou apoio aos políticos do PSDB, principalmente em 2014, mesmo se colocando como apartidária (PENTEADO e LERNER 2015).

(2014b), existem mais de mil canais no *Facebook* que se colocam contra o PT, contra a corrupção e compartilham pensamentos conservadores e de direita. Entre as principais páginas desse tipo estão: Fora PT, Movimento Brasil Consciente, Organização Contra a Corrupção e Bolsonaro Zuero 3.0, entre outras. Essas páginas compartilham entre si uma abordagem cínica e pessimista em relação ao governo federal, abordam temas como mensalão e má gestão pública dos impostos pagos e acusam o governo de roubo e outras práticas indevidas, além de utilizarem palavras agressivas para fazer referência ao ex-presidente Lula da Silva e à presidenta Dilma Rousseff.

Além das páginas que produzem material antipetista, houve por parte de vários indivíduos uma extensa exposição de posicionamentos preconceituosos nas redes sociais contra “nordestinos, pobres e pessoas com baixa escolaridade”, pois estes direcionariam o voto ao partido que criou o Bolsa Família e, “não sabendo votar”, continuariam a eleger o PT. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, figura influente dentro do PSDB, declarou em uma entrevista concedida ao site UOL: *“O PT está fincado nos menos informados, que coincide de ser os mais pobres. Não é porque são pobres que apoiam o PT, é porque são menos informados”*³⁷, o que gerou, mesmo que não intencionalmente, uma onda ainda maior de acusações e ofensas a ambos os lados, o que apoia e o que se opõe ao partido, destacando-se nessa situação uma intensa desqualificação das capacidades de escolhas políticas das pessoas com renda mais baixa³⁸.

As páginas do *Facebook* antipetistas buscam informações para compartilhar com seus seguidores em *fanpages* de meios de comunicação como Veja, O Globo e Folha de São Paulo, além das páginas do PSDB, de Fernando Henrique, de Aécio Neves, de Reinaldo Azevedo e Ricardo Noblat. Todo o material produzido e compartilhado através de imagens, frases e notícias por meio das páginas oposicionistas no *Facebook* passam a contribuir para a formulação de identidades coletivas, tanto quanto as manifestações nas ruas, que trouxeram a possibilidade de principalmente em torno de quadros interpretativos de se reconhecerem como de

³⁷ Fala do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em entrevista concedida a UOL. A entrevista está disponível na página: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/06/fhc-pt-cresceu-nos-grotoes-porque-tem-voto-dos-pobres-menos-informados.htm>>, acessada em 22/12/2015.

³⁸ Nessa página, foram reunidas algumas declarações que se colocam contra o voto de pessoas menos escolarizadas e com baixa renda, consequentemente concentradas na região Nordeste do país: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/revoltados-eleitores-disparam-contra-nordestinos-no-twitter.42c4dd196b5e8410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>, acessada em 22/12/2015.

direita, conservadores, defensores de um modelo de economia que não sofra intervenção do Estado em contraposição a categorias que foram associadas ao PT como esquerda, comunistas, corruptos e ruim para o Brasil.

No Brasil, após o fim da ditadura militar muitos partidos de direita, com a intenção de buscar um distanciamento histórico do regime, procuraram ocultar a sua filiação ideológica, esse fenômeno foi denominado de “direita envergonhada”. Essa direita teria como referência as ditaduras, seus atos repressivos, autoritários e antidemocráticos. Desse modo, os conservadores passaram a se reconhecer como de centro (QUADROS 2011). No entanto, esse fenômeno foi se enfraquecendo com o passar do tempo, principalmente devido à chegada de novos eleitores que não participaram dos períodos ditatoriais, como também a presença de novos líderes políticos e a formulação de novos quadros partidários (M. A. SANTOS, Cartografia das Redes da Revolta: fluxos políticos de oposição radical no Facebook 2014a). Esses podem ter sido alguns dos motivos que facilitaram, nos anos recentes, grupos sociais e representantes políticos passassem a se reconhecer como adeptos da ideologia da direita, além de utilizarem a díade direita x esquerda para se colocarem como opostos ao PT. Assim, o descontentamento com relação ao governo passou a ser uma questão aglutinadora e referencial que passou a beneficiar partidos posicionados a direita.

Em relação às manifestações que mais se destacaram no período que antecedia o segundo turno das eleições presidenciais em 2014, está a que ocorreu na cidade de São Paulo, mais especificamente na Avenida Brigadeiro Faria Lima, no dia 22 de outubro, quatro dias antes da eleição, simpatizantes do candidato Aécio fizeram uma passeata com faixas que contavam com as seguintes frases: “Dilma terrorista”; “Ai que maravilha, a Dilma vai pra Cuba e o Aécio pra Brasília”; “A nossa bandeira jamais será vermelha”; “Viva a liberdade! Fora o comunismo!”. Isso era o que dizia um dos cartazes em frente ao carro de som, essa manifestação teve a presença de celebridades, como a cantora Wanessa Camargo. O ato contou com a presença de 5 mil³⁹ pessoas segundo fonte da Polícia Militar.

Outro evento com o mesmo intuito de evitar a reeleição de Dilma ocorreu no dia 25 de outubro de 2014, um dia antes do segundo turno das eleições. O evento

³⁹ Dados do portal de notícias UOL. Disponível em <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/22/em-ato-pro-aecio-militantes-xingam-dilma-e-gritam-viva-a-pm.htm#fotoNavId=pr12334301>>. Acesso em: 05/02/2016

foi realizado na Avenida Paulista, sendo que nesse dia foi simulado o velório da então candidata Dilma. Além disso, muitos dos manifestantes levaram para a rua a Capa da Revista Veja com a manchete “Eles Sabiam de tudo”, reportagem que acusava Lula e Dilma de serem cúmplices da corrupção da Petrobrás. Ainda houve vários episódios de hostilidade para com motoristas que passavam de carro com bandeiras do PT. O evento reuniu cerca de 8 mil pessoas⁴⁰. Estes são os exemplos de alguns eventos registrados nas ruas, no meio virtual houve o confronto constante entre defensores da reeleição de Dilma e antipetistas que defendiam principalmente as propostas econômicas que o governo de Aécio Neves (PSDB) representava⁴¹

Parecia que o clima pesado em relação às discussões políticas passaria com o fim das eleições e os ânimos políticos se acalmariam. No entanto, seis dias após as eleições confirmarem uma vitória apertada da candidata Dilma, no dia primeiro de novembro ocorreu uma manifestação⁴² contra a vitória eleitoral Dilma, essa manifestação contou com ampla cobertura jornalística, considerando a atenção dada pela mídia para eventos dessa natureza. A principal reivindicação foi a recontagem dos votos, sendo que entre alguns manifestantes surgiu o pedido de impeachment e outros pediam uma intervenção militar.

Após o resultado eleitoral favorável a Dilma no dia 26 de outubro, as passeatas e manifestações passaram a ser organizada com o objetivo principal do Impeachment da presidenta. No dia 15 de novembro de 2014, uma manifestação reuniu cerca de 10 mil pessoas na Avenida Paulista⁴³. Essa mobilização reuniu também sujeitos que pediam a intervenção militar, os quais estavam vinculados ao movimento SOS Forças Armadas. No evento, foi registrada a agressão contra um homem que estava na paulista usando camiseta vermelha com estampa de uma foice e um martelo. Ainda nesse evento, muitos dos manifestantes proferiram

⁴⁰ Informações retiradas do jornal Folha. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1538341-evento-de-apoio-a-aecio-tem-simulacao-de-velorio-de-dilma-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 05/02/2016.

⁴¹ O Então candidato defendia uma economia que beneficiasse mais os empresários, e que o custo de empregador em relação aos empregados fosse diminuído, sob a justificativa de que o aumento do lucro das empresas incentivaria o maior crescimento econômico, mesmo que pra isso fosse necessário diminuir a segurança e os direitos do trabalhador.

⁴² O protesto contou com a presença de figuras públicas como “Lobão” e políticos como Eduardo Bolsonaro, do PSC-SP, filho do deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), e Paulo Eduardo Martins, também do PSC. Informações disponíveis no site <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml>>. Acesso em 20/12/2015.

⁴³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/11/manifestantes-ocupam-avenida-paulista-em-protesto-contradilma.html>>. Acesso em: 20/12/2015

xingamentos contra os moradores dos prédios que hasteavam bandeiras vermelhas e do PT em suas janelas. Antipetistas gritavam “socialismo não existe”; “vai pra Cuba”; “Quem trabalha, não vota em petralha”. Nessa oportunidade, estavam presentes alguns representantes políticos dos partidos do PSDB e do PSC.

No dia 6 de dezembro ocorreram manifestações que contaram com a presença de cerca de 5 mil pessoas, também na Avenida Paulista em São Paulo. A principal pauta era o impeachment de Dilma. Também estavam presentes grupos a favor da ditadura militar. Nesse dia, José Serra (PSDB) proferiu algumas falas e o ato foi convocado por líderes do PSDB, como o senador Aécio Neves, por meio de um vídeo pedindo a presença dos que defendiam a saída de Dilma e o fim da corrupção⁴⁴, vídeo que foi divulgado por exemplo pela página do Vem Pra Rua, no Facebook.

O ano de 2015 foi marcado por várias manifestações⁴⁵ contra a corrupção e contra o governo Dilma (PT), os quais deram continuidade aos pedidos de impeachment e de renúncia da presidenta que já vinham ocorrendo desde 2014. O maior evento que representa essas insatisfações em 2015 foi o de 15 de março, que reuniu em São Paulo em média 210 mil pessoas, e em todo o Brasil quase um milhão. Nesse evento, como em outros que ocorreram com a mesma finalidade, os manifestantes estavam em sua maioria vestidos de verde e amarelo (praticamente a maioria dos manifestantes pareciam uniformizados com a camiseta da seleção brasileira de futebol), e alguns portavam consigo a bandeira do Brasil. A surpresa desse evento foi seu caráter de direita e extrema direita, organizado por grupos como o Movimento Vem Pra Rua, Movimento SOS Forçar Armadas, Revoltados Online e Movimento Brasil Livre (I. G. SILVA 2015).

O cenário descrito até aqui demonstra um aumento de protestos e passeatas. Em geral, os participantes não faziam parte de movimentos sociais, não eram filiados a nenhum partido político, ou seja, eram pessoas sem nenhum histórico de

⁴⁴ Fonte: Folha. Informação disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1558809-manifestantes-em-sp-protestam-contra-dilma-e-escandalo-na-petrobras.shtml>>. Acesso em: 20/12/2015.

⁴⁵ Além dos atos específicos contra Dilma, houveram outras mobilizações noticiadas amplamente pela mídia que vinculavam a imagem do governo de forma de negativa, como foi o exemplo da greve de caminhoneiros em fevereiro de 2015 em vários Estados nacionais com queixas relacionadas ao preço do frete e a alta do Diesel, as manifestações que trancaram diversas estradas, além de estarem marcadas pelas pautas da categoria, demonstrava um caráter anti governo, no qual todos os transtornos que foram causados pela paralisação no transporte foi vinculado a má vontade do governo federal em negociar com a categoria, houve muitas imagens que circularam na mídia e nas redes sociais aonde faixas em caminhões diziam “Fora Dilma”.

militância política. O aumento de contestação pública pode dar a impressão de que a democracia no Brasil passa por um momento de aprofundamento e intensificação. A descoberta de novas possibilidades do exercício da cidadania e sobre o impacto que reuniões públicas podem exercer certa pressão sobre as pautas políticas, pode servir como novo uma nova ferramenta aos cidadãos, no entanto, para que esses atos sejam um bem social, as discussões devem ser aprofundas e a visão do bem comum deve prevalecer sobre os interesses pessoais e imediatos.

No entanto, ao nos debruçarmos sobre esses eventos e observarmos do ponto de vista do que deveria ser uma caminhada ao aprofundamento democrático, o que se nota é que as manifestações são queixas e insatisfações regidas e determinadas por sentimento de indignação e fúria, sem propostas políticas ou de diálogo. A justificação sobre o não aprofundamento está sobre o fato de que os sujeitos que organizam tais manifestações não as utilizam como espaço para o debate e a construção de uma plataforma entre os envolvidos, mas é apenas um espaço utilizado para demonstrar indignação ao cenário político, sendo que a proposta de alguns envolvido no ato é o impeachment da presidenta.

Constatamos que, nesse cenário de mobilizações, o cidadão brasileiro toma consciência de que a rua é também um espaço de reivindicação, no entanto, inexistem reuniões públicas que envolvam diálogo e troca de ideias entre os participantes. O que tem formado os quadros interpretativos de ação são as notícias de corrupção, sobre a administração do governo, e as páginas presentes no *Facebook* que oferecem material para os usuários compartilharem entre si, sem fomentar a criticidade. O que se tem é a presença de sujeitos individualizados que não dialogam, parecem apenas sinalizar que estão de acordo uns com os outros em algumas pautas, mas não há troca de ideias consistentes. Não trabalham em ações que poderiam gerar propostas a serem levadas ao governo para diálogo.

Uma das primeiras manifestações antipetistas e anticorrupção acontece em 2007, com o Movimento Cansei⁴⁶. Contudo, a ideia de que o Brasil ainda “não deu certo” e que tudo vai mal por conta da corrupção já é uma ideia compartilhada mais fortemente desde a década de 1980, vista principalmente na campanha presidencial de 1989, quando os eleitores colocaram em primeiro lugar questões relacionadas à

⁴⁶ Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros, popularmente conhecido como “Cansei”, que surgiu em São Paulo em 2007, após o acidente envolvendo o avião da TAM, com pautas de reclamação sobre o caos aéreo, educação e segurança.

“honestidade” do candidato, dando mais importância a essa questão do que ao seu programa social ou econômico. A corrupção em si gera desperdício e ineficiência, o que afeta diretamente a qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado. Buscar entender qual é a base ideológica e quais são e como funcionariam os programas econômicos dos futuros candidatos, além de se averiguar quem são os financiadores das campanhas políticas e qual o interesse dessas empresas em investir tanto dinheiro na política, também se faz de extrema importância (TATAGIBA, TRINDADE e TEIXEIRA 2015, 22).

Entre os apoiadores desses eventos contra o governo estão os grandes meios de comunicação, o que se tornou bastante evidente na cobertura das mobilizações entre a segunda metade de 2014 e 2015. O que se observa nos discursos dos grupos que organizaram estas mobilizações é a crítica ao PT e o modelo de intervenção do Estado na Economia, crítica a políticas sociais como Bolsa Família, Mais Médicos e cotas nas universidades públicas, com valorização da meritocracia (um dos alicerces do pensamento liberal). O que muitos analistas chamam de “onda conservadora” está também ligado às bancadas evangélicas e aos partidos conservadores. Posicionam-se contra o aborto e o conceito amplo de família envolvendo casais homossexuais e a legalização das drogas, entre outros (TATAGIBA, TRINDADE e TEIXEIRA 2015).

A população que participa dos movimentos contra o governo se reconhece como um grupo que luta pela democracia, mas contraditoriamente ainda não desenvolveu propostas ou metas que viriam após o impeachment ou propostas que deveriam ser empregadas pelo governo em caso de sua continuidade; as queixas e os protestos se fundam apenas na rejeição. Além disso, o caráter que marca esses grupos de protestos são as ideias pertencentes ao espectro ideológico da direita. Assim como a esquerda, a direita não deve e não pode ser entendida como um conjunto de pessoas que pensam da mesma forma. Ou seja, os grupos que protestam são diferentes entre si e o que os une é o chamado “antipetismo”. Desse modo, pode-se afirmar que os vários grupos que compõem a ala social e política de rejeição ao governo não possuem em comum nenhum projeto social ou econômico plenamente discutido – ponto que mostra a desorganização e principalmente a alienação dos referidos grupos sobre seu próprio objeto de protesto.

As manifestações políticas de 2015 foram as primeiras manifestações amplas organizadas pela direita, desde o período pós-ditatorial no Brasil. Desde as

manifestações das Diretas Já, o campo da esquerda é o que tem aparecido de forma predominante nas ruas. No entanto, esse cenário vem mudando na última década, com protestos e mobilizações menores ligados ao campo mais conservador. Os perfis predominantes dos organizadores de tais protestos são de empresários, brancos, que não estão ligados a movimentos sociais e se declaram apartidários, ainda que os principais articuladores tenham expressiva ligação com as campanhas políticas do PSDB nas disputas estaduais e federal. Nas ações que ocorreram no dia 15 de março de 2015, nas capitais como São Paulo, Porto Alegre e Curitiba, a maioria dos presentes votaram no PSDB nas eleições presidenciais, mas um número muito pequeno mostrou ter predileção partidária. (TATAGIBA, TRINDADE e TEIXEIRA 2015).

Para Pinzani (2013), a desconfiança seria em si uma das características das democracias contemporâneas, mas não no sentido de deslegitimar o regime. O que se tem é o reconhecimento das instâncias estatais e democráticas, no entanto, existe por parte dos cidadãos uma desconfiança sobre a possibilidade do abuso do poder. Essa desconfiança não é apenas característica dos cidadãos brasileiros, ela está e esteve presente em todas as democracias, desde o seu surgimento, favorecendo um processo contínuo de vigilância dos eleitores para com os representantes eleitos. O principal mediador deste estado de constante vigilância atualmente é a mídia, que influencia e acaba por determinar quais os assuntos e temas serão pautas, escolhendo não só o que será dito, como também os fatos que estarão ou não em evidência. Além do papel de informar, a imprensa desempenha função de influência também sobre a formação da opinião pública, não a moldando totalmente, mas com a possibilidade de direcioná-la (A. SINGER, Mídia e Democracia no Brasil 2000-2001).

O ato de vigiar e cobrar clareza e honestidade dos representantes é uma das formas de se exercer cidadania, como também a soberania democrática. No entanto, essa forma de ativismo não deveria estar direcionada apenas aos políticos, mas os cidadãos deveriam estar cientes de que todas as formas de poder precisam ser vigiadas, ou seja, além do poder político o poder econômico também precisa estar sob constante vigilância (PINZANI 2013).

Em relação aos aspectos de vigilância cidadã, Colin Crouch (2004) aponta que podem ocorrer dois tipos de cidadania: uma “cidadania positiva”, que busca desenvolver “identidades coletivas”, traçar interesses, além de formular e definir

exigências para com o governo; e um “ativismo negativo”, que fica restrito apenas ao campo de acusação e lamentação, que busca apenas pressionar a justificação e a prestação de contas dos políticos para com a sociedade.

Quando o tipo de ativismo concentrado sobre a democracia é o do tipo negativo, o regime democrático torna-se exclusivo das elites, pois ainda que a sociedade aponte e acuse as elites quando recebe a notícia de alguma fraude ou corrupção cometida por elas, a multidão é apenas espectadora. A frustração gerada por esses episódios, que no caso brasileiro tem como os maiores exemplos o “mensalão” e o “petrolão”, gera um contexto marcado por desilusão e cinismo em relação à política.

As manifestações contra o governo do PT em 2014 e 2015 utilizam práticas inspiradas em ações da esquerda. As ações de grupos inclinados a direita iniciaram nos eventos de junho de 2013; coletivos com tendências de centro e de direita se sentiram motivados a acompanhar o fluxo das manifestações, no entanto esses novos manifestantes que “pegaram carona” nas mobilizações foram de um número tão grande que acabaram por mudar as características iniciais dos protestos das jornadas de junho. O que trouxe para estes protestos um caráter de oposição ao governo federal em que em seu início não possuía (A. SINGER, Brasil, junho 2013: Classes e ideologias cruzadas 2013, 12-13).

As manifestações que iniciaram contra o aumento do transporte público passaram a ser exploradas pela grande mídia como movimentos contra o governo e contra a corrupção, características que permaneceram posteriormente nas manifestações iniciadas por movimentos alinhados à direita. Singer (2013) chama a atenção para a vantagem de se utilizar a bandeira anticorrupção nessas manifestações, pois esta é uma pauta que adentra e ganha espaço em todas as camadas sociais facilitada pela presença do senso comum. Pois quando uma camada da população se coloca contra a corrupção quem pode ir contra essa bandeira?

As Jornadas de Junho foram marcadas por um misto de ideologias e de grupos distintos, um embaralhado de vozes dissonantes. O que se percebia nas ruas eram diversos cartazes, com diferentes demandas; já as manifestações de março de 2015 eram bem mais direcionadas, estavam contra a corrupção e contra o governo federal, tinham um objetivo comum, que era a retirada de Dilma Rousseff da presidência. Além disso a organização das mobilizações de 2015 contaram com a

força da mídia para divulgar e promover as ações, além da produção de folders, outdoors, vídeos profissionais divulgados no *Facebook* que promoviam o convite para a participação dos atos, entre outros meios que superaram as técnicas utilizadas em 2013, que eram bem mais improvisadas e espontâneas. Abaixo traçamos algumas comparações entre as duas manifestações, no sentido em que julgamos as mobilizações de junho de 2013 como o início do ciclo de protestos desenvolvidos pela direita. Pois foi a partir desse momento que as pautas anticorrupção, críticas ao governo Dilma, como também grupos recém-formados como o Movimento Brasil Livre passaram a se relacionar e a desenvolver quadro de oposição direcionados especificamente ao governo federal.

Tabela – 4 comparações entre manifestações de junho de 2013 e março de 2015.

	Manifestações Junho 2013	Manifestações 15 de março de 2015
Grupos idealizadores das mobilizações	• Movimento Passe Livre (MPL)⁴⁷; • Anonymous Brasil (foi uma das principais frentes de divulgação das convocações iniciadas pelo MPL; propagou vídeos que mostravam o que realmente estava acontecendo durante os atos e a violência sofrida pelos manifestantes; a proliferação dos eventos se deve muito as ações deste grupo).	• Movimento Brasil Livre (MBL)⁴⁸; • Vem Pra Rua (VPR)⁴⁹; • Revoltados On Line⁵⁰;
Grupos que participaram das mobilizações	• MPL; • Anonymous Brasil; • Black Blocks (coletivo de grupos anarquistas que usam a violência como performance; não atacam pessoas, mas símbolos do capitalismo, como lojas multinacionais e bancos); • União nacional dos	• Movimento Brasil Livre; • Vem Pra Rua; • Revoltados On Line; • Movimento SOS Forças Armadas; • A porcentagem dos que participaram pela primeira vez de manifestações é de 74%⁵² (até mesmo os que se vinculam aos

⁴⁷ Movimento de caráter anticapitalista que luta contra a opressão e a exploração tanto na cidade como campo.

⁴⁸ Movimento pró impeachment de Dilma Rousseff; a visão política e econômica que defendem é a do liberalismo econômico; são a favor das privatizações de empresas públicas e acreditam que um dos maiores males do Brasil é a administração política do PT e a corrupção política encabeçada por este partido.

⁴⁹ Neste momento, o grupo VPR se colocava contra o impeachment por falta de embasamento legal, todavia, alertavam que esta posição poderia mudar; eram contra a estatização da Petrobrás, apesar de defenderem a diminuição do Estado; acreditam na meritocracia e organizaram as manifestações como forma de mostrar indignação contra o governo Dilma e contra a corrupção.

⁵⁰ Sua principal luta é contra o Partido dos Trabalhadores, considerado responsável por estar transformando a democracia do Brasil em um regime totalitário. Parte deste grupo já defendeu a intervenção militar para retirar Dilma do poder. Depois de receber críticas adotaram a defesa do impeachment.

	Estudantes (UNE); • Juventude – ligada à partidos de esquerda como PC do B, PSOL, PCO e militantes do PT. • Em entrevista feita no dia 20 de junho de 2013 em diversas cidades, 46% dos entrevistados relatam que esta seria a primeira manifestação de que tomavam parte.⁵¹	movimentos organizadores podem estar na rua pela primeira, já que estes movimentos são relativamente novos).
Principal motivo para os participantes estarem presente nas manifestações	• Transporte público (37,6%) • <i>Contra aumento do transporte público (27,8%);</i> • Ambiente político (29,9%) • <i>Contra a corrupção (24,2%);</i> • Saúde (12,1%) • Contra a PEC 37 (5,5%); • Educação (5,3%); • Gastos com a Copa do Mundo e com a das Confederações (4,5%); • Reação à ação violenta da polícia (1,3%); • Justiça/ segurança pública (1,3%); • Direitos e Democracia (0,6%); • Administração pública (0,8%) • Outras causas (0,8%)⁵³.	• Contra a corrupção (47%); • A favor do impeachment da presidenta (27%); • Contra o PT (20%); • Contra os partidos políticos (14%); • Por mais segurança (6%)⁵⁴.
Foco inicial	• Contra o aumento do preço do transporte público.	• Descontentamento com os escândalos de corrupção e o governo Dilma (PT).
Presença policial	• Houve, por parte do Estado, postura de criminalização dos atos, repressão policial violenta e prisões. Ainda, o Estado passou a fazer convocação para depoimentos, abertura de processos e inquéritos, não bastando mais apenas o pagamento de fianças para a liberação (GOHN, 2014); • Diversos relatos apontam a existência de policiais infiltrados nas manifestações; • Prisão de manifestantes por porte de vinagre – produto utilizado para diminuir o efeito causado pelo gás lacrimogêneo.	• Postura cordial e solícita para com os manifestantes, bem como promoção da segurança dos manifestantes e dos trajetos durante os atos; • 20 Skinheads foram presos na cidade de São Paulo no dia do ato⁵⁵.

⁵² Pesquisa do Datafolha, publicado em 21/10/2014 por André Nery, portal G1 notícias.

⁵¹ IBOPE. Pesquisa manifestantes, 20/06/2013.

⁵³ Idem 5.

⁵⁴ Pesquisa do Datafolha, dados retirados da reportagem do Portal G1 de notícias - publicado em 21/10/2014 por André Nery.

⁵⁵ http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/15/politica/1426458992_617989.html

A mídia hegemônica	• No primeiro momento das manifestações, que estavam fortemente ligadas às pautas do MPL, a grande mídia tratou os atos como vandalismo e distúrbio da ordem. (Protestos dos dias 6,8, 11 e 13 de junho); • Segundo momento de manifestações massivas entre os dias 17 a 21 de junho, momento que as manifestações se espalham por diversas cidades, a mídia continua enfocando o aspecto de vandalismo e passa também a trabalhar o aspecto gigantesco que as manifestações haviam tomado • Tratam as manifestações como se todas as pautas e frustrações fossem direcionadas ao governo de Dilma (Crise econômica, crise política, crise no governo, política corrupta, queda de popularidade da presidenta) (FERES JUNIOR, MIGUEL e BARBABELA 2014), minimizando as críticas feitas ao sistema político como um todo.	• Houve grande divulgação prévia sobre os protestos. Durante o dia 15 de março, toda a atenção da televisão e jornais brasileiros estavam sobre as manifestações; a cobertura se deu desde antes de seu início e, posteriormente, quando as manifestações já haviam se dissipado, foi feita divulgação ostensiva sobre como as mobilizações contavam com a presença de famílias inteiras, que se manifestavam de forma pacífica por um país melhor.
Ideologias presentes	• Esquerda (representada, na primeira fase das manifestações pelo MPL, que luta pelo fim do aumento do preço do transporte e pelo fim da lógica que coloca o transporte público como um produto); • Centro (chama atenção por pautas não muito bem definidas como mais saúde, mais educação, menos corrupção); • Direita (marcaram as manifestações através da expulsão das bandeiras partidárias de esquerda, fazem oposição ao governo federal, utilizam o argumento da corrupção como grande e único mal da nação, além de levantarem a bandeira de “menos impostos” e atos que remetem a ideais nacionalistas (Singer, 2013)⁵⁶.	• Centro marcado por manifestantes que pediam o fim da corrupção de forma geral, continuidade nas investigações da Lava Jato, melhor administração do dinheiro público; • Direita mudança na administração do Estado, menos impostos, privatização das empresas públicas (evitando assim desvios de dinheiro destas empresas por políticos), fim da era petista e início de um novo modelo de governo. A retirada da presidenta deveria ser por renúncia ou por impeachment. Contra as relações políticas e econômicas com países com líderes de esquerda e progressistas, além de condenarem programas como mais médicos. • Extrema direita se manifesta contra o PT, contra políticas sociais progressistas, contra

⁵⁶ As manifestações de 2013 foram marcadas pelas ideologias de extrema esquerda, esquerda, centro, direita e extrema direita e teve participação desde jovens que possuem uma ideologia antipolítica, a exemplo do MPL, como outros sujeitos que defendiam a diminuição de impostos entre outros que gostariam que estes impostos fossem apenas melhor administrados. Dentro das manifestações surgiram bandeiras contra a Copa do mundo de 2014 e contra as Olimpíadas de 2016, não só defendidas pela esquerda, e movimentos como MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) que lutavam contra exclusão social que as construções relacionadas aos eventos intensificavam, mas também por coletivos que se aproximavam do centro e da direita.

		a pluralidade de ideias nas escolas, a favor da intervenção militar, condenam como nocivo toda e qualquer manifestação de pensamento da esquerda, são contra a presença de conteúdos acadêmicos marxistas nas escolas e universidades; • Em pesquisa feita pelo Data Folha no dia 15/03/2015 37% dos participantes se consideravam de centro; 22% de Centro-direita e 25% de Direita.
Nacionalismo	• Houve episódios de expulsão das bandeiras de partidos políticos de esquerda, negando e excluindo a discussão ideológica para valorização apenas do “brasileiro protestando” sem bandeira, sem partido “sem” ideologia; • Repetição de dizeres como “Verás que um filho teu não foge à luta”, “O gigante acordou”, entre outras; • Melhora na educação brasileira, na saúde, deseja o fim da corrupção; • Uso de bandeiras do Brasil, as cores verde-amarelo no rosto em contraposição, aos que utilizavam bandeiras vermelhas.	• Demonstração de desprezo para com líderes progressistas latino americanos, como a figura de Hugo Chávez, presidente Evo Morales, Cristina Kirchner e Fidel Castro. • Condenação das alianças econômicas entre Brasil e Cuba, entre outros países. • Intolerância para com ideologias ou simpatizantes da esquerda, representado pela frase “Vai pra Cuba”, referindo-se de forma agressiva às pessoas que discordavam da posição política destes manifestantes, ou seja, dificuldade de convívio com ideologias diferentes; • De forma contraditória em meio ao nacionalismo exacerbado, surgia a veneração dos EUA por alguns participantes, que pediam a intervenção deste país diante da crise política, além de o terem como exemplo a ser seguido, no sentido de diminuição de impostos, e a valorização do pensamento neoliberal.
Recursos financeiros e das manifestações	• O grupo <i>Anonymous Brasil</i> teve grande importância no processo de promoção e divulgação dos atos de protestos, a divulgação <i>on line</i> se deu de forma voluntária, militante e anônima como forma de apoio as manifestações; • Os cartazes e outros materiais que expressavam as ideias dos manifestantes foram confeccionados com materiais caseiros, geralmente de forma manual; • A convocação para os atos se deu, principalmente,	• Tanto as manifestações de 15 de março como as seguintes contaram com carros de som, materiais gráficos confeccionados por profissionais, como cartazes, panfletos, além de uma “uniformização das vestimentas”: o que mais foi usado foi a camiseta da seleção brasileira de futebol. • Houve o financiamento das manifestações através de doações direcionados ao “Vem Pra Rua”, os quais promoveram postagens pagas no <i>Facebook</i>; além de confecção de vídeos e fotos feitas por profissionais remunerados e contratados pelo

	mediante as redes sociais em que amigos, colegas e familiares convidavam seu círculo social para participarem.	coletivo; • Financiamento também através da venda de produtos chamados de “moda impeachment”, (camisetas, apitos, bonés adesivos entre outros) com preços consideravelmente altos e geralmente vendidos pela página <i>Revoltados On Line</i>; • O MBL relatou que recebeu inúmeras doações de colaboradores, mantidos no anonimato; este financiamento proporcionou a contratação de profissionais para produzirem vinhetas, vídeos e cartazes.
--	---	--

3.2 QUAL É A DEMOCRACIA PRESENTE NAS RUAS?

A reabertura para os governos democráticos na América Latina, surgiu após muita luta e resistência, diante de cenários que geraram repressão e todo o tipo de violência que esteve vigente por mais de duas décadas. Durante os anos de 1980 houve uma intensa onda de ações que buscaram substituir as ditaduras latino-americanas por regimes democráticos. No entanto o momento em que a democracia ressurgiu como regime político, se faz através de um modelo conservador, um tipo de democracia que só existe através do sistema representativo, excluindo todos os cenários extra políticos, ou seja, formalmente a democracia existe sob as estruturas do Estado, e não considera opiniões e ações civis de forma efetiva. Como lembra Boron (Capítulo III. La sociedad civil después del diluvio neoliberal 2003) este modelo é a democracia em seu formato liberal, tanto na periferia como no centro do capitalismo passa a existir sob a estrutura de dominação classista, e que essa por consequência coloca limites diante da possibilidade entre possíveis representantes, sendo assim, é nítido que dentro desta perspectiva democrática algumas classes sociais tenham mais representantes do que outras, independente de qual seja a sua real porcentagem em comparação ao restante da sociedade. Além disso é praticamente nula a possibilidade de um autogoverno da sociedade civil, já que a preocupação maior da democracia liberal é o fluxo do capital e não as pessoas (BORON 2003, 27).

A democracia liberal se instala nos países latino-americanos sem nenhuma resistência da esquerda local, isso se deve ao processo de direitização em relação a

democracia, que ocorreu principalmente com o fim da URSS, passou-se consequentemente a uma excessiva valorização do mercado, e a desvalorização do Estado, o que afeta de forma negativa a sociedade capitalista. A redemocratização da América Latina, vem juntamente com o avanço crescente da ideologia neoliberal, que debilita o Estado, e se alinha ao lado da burguesia transnacional, do FMI, do Banco Mundial, seguido por discursos que ligam o Estado, a ineficiência e a corrupção; neste sentido a solução apontada é o mercado privado, como o substituto do Estado.

Desta forma o modelo de democracia presente nas mobilizações políticas antipetistas e anticorrupção é o da democracia liberal. Apesar deste modelo funcionar de modo a não incentivar a participação popular além do ato do voto, ou seja, condiciona a sociedade a não interferir na esfera política, não podemos deixar de lembrar que uma das características mais marcantes da democracia liberal é a manutenção do status-quo, com o objetivo principal de manter inalterado as estruturas, as instituições e ordem social vigente.

O que está intimamente relacionado ao caráter das manifestações em 2014 contra a reeleição de Dilma e em 2015 pedindo o seu impeachment, (não justificada pela anticorrupção, já que existem outros nomes na linha sucessória à presidência que são suspeitos de estarem envolvidos nos escândalos de corrupção e não recebem o mesmo empenho social) seria o desejo de um modelo neoliberal mais ortodoxo, nesse sentido a mudança no governo seria para a manutenção de estruturas sociais e econômicas tradicionais, no qual durante a última década de governos petistas, viu-se ligeiramente incomodada pelos novos espaços sociais conquistados por algumas camadas das classes econômicas mais baixas, ou seja, essas classes desprivilegiadas passaram a ter acesso a direitos sociais e trabalhistas, que por séculos foram tidos como privilégios .

Os manifestantes presentes nos atos contra o governo Dilma não pediam um tipo de economia mais distributiva e inclusiva, quando rechaçavam a presidenta em exercício, buscavam uma política econômica com maiores benefícios para os donos dos meios de produção e que possibilitassem menos direitos aos trabalhadores. Nesse sentido, buscavam um tipo de economia que mantivesse de forma estável as antigas hierarquias econômicas.

Como já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho o tratado sobre democracia desenvolvido por Schumpeter “Capitalismo, socialismo e democracia”

com a primeira publicação em 1942 é reconhecido por vários estudiosos da Ciência Política como um marco, tido como um estudo neutro, descritivo sobre a democracia. Ao observar os moldes que regem o modelo democrático liberal nos países ocidentais, este modelo proposto por um economista, e que passou a ser tomado por teóricos como um modelo realista, sendo assim não poderia outro modelo ter sido tão bem aceito como este em relação a sociedade em que vivemos, uma sociedade de mercado. Deste modo tanto o modelo de mercado, justificaria como explicaria o modelo do sistema político.

Neste modelo que Macpherson (1978) denomina de “Democracia de Equilíbrio” presume-se que os políticos e os partidos sejam empresas, e os votantes sejam seus consumidores. O modelo político se igualaria ao modelo empresarial, no qual a sociedade, os consumidores, teriam tantas e diversas demandas que nenhuma poderia ter um grande grupo que a defendesse de forma majoritária. Desta forma os partidos, como os grupos empresariais, deveriam produzir bens políticos a serem ofertados, dos quais os eleitores através do voto escolheriam o qual lhes parecesse melhor, deste modo se produziria um governo estável e equilibrado entre a oferta e a demanda, o que segundo os teóricos defensores causaria um equilíbrio político. (MACPHERSON 1978)

No entanto Macpherson defende que este equilíbrio é produzido sobre a desigualdade, pois a sociedade em que este modelo existe e funciona, é uma sociedade desigual.

No mercado político, o poder de compra é em grande grau, embora não inteiramente, o dinheiro – o dinheiro para financiar um partido ou um candidato numa campanha eleitoral, para organizar um grupo de pressão, ou comprar espaço ou tempo nos meios de comunicação de massa (ou mesmo para possuir os meios de massa); mas o poder aquisitivo político abrange também gastos direto de energia em campanhas, organização e participação de outros modos no processo político. (MACPHERSON 1978, 90).

No sentido em que o poder aquisitivo político como no mercado econômico está em grande parte representado pelo dinheiro, o processo não é democrático nem equilibrado. Assim essa soberania do “consumidor”, seria a soberania de alguns consumidores. Daqueles que tem certa influência, e podem despender recursos para fazer pressão sobre suas demandas e serem mais prontamente atendidos (como por exemplo grupos econômicos, donos de meios de comunicação

entre outros). Macpherson ao se referir a apatia, como uma das características presentes nesse modelo, defende que ela seja criada pela desigualdade social, sendo que o modelo é totalmente voltado para favorecer a apatia.

Sob a lógica de mercado, no qual as demandas podem ser mais facilmente adquiridas por aqueles que tem mais energia e meios de consegui-la, ou seja, formulam demandas mais efetivas, estão as das classes socioeconômicas mais privilegiadas, deste modo as classes mais baixas são mais apáticas, esse seria o tipo de equilíbrio e de soberania do consumidor. Em relação a produção das preferências políticas, o fato de que alguns grupos possuem o controle maior sobre recursos, tanto materiais, como simbólicos, acaba por aumentar a influência sobre a formulação das preferências, mais do que outros grupos e sujeitos menos privilegiados (MIGUEL, 2014).

Esse ponto pode se relacionar diretamente com a importância que foi dada as manifestações principalmente de 2015, em relação a cobertura jornalista e aos políticos de oposição ao governo; em relação aos políticos porque tanto as pautas, como a oportunidade de enfraquecer um governo que fazem oposição lhes traria benefícios; em relação aos grandes meios de comunicação estes estão condicionados aos interesses dos grandes capitais, os quais são os principais investidores das publicidades que mantém estes veículos ativos.

Quando Schumpeter descreve esse modelo de democracia como de mercado e altamente concorrencial, na verdade não o é, pois este apresenta características de oligopólio, pois existe um número diminuto dos que oferecem os bens políticos (geralmente neste modelo existem dois ou três partidos políticos com maior possibilidade de chegar ao poder). Sendo assim quando se há tão pouca variedade de ofertas, os políticos e os partidos que estão nesse plano não precisam efetivamente apresentar todas as qualidades e características que deveriam se estivessem efetivamente envolvidos em um contexto com alta concorrência, desta forma os grupos políticos passam a estabelecer o que irão oferecer, ou seja, possuem a possibilidade de criar as próprias demandas (MACPHERSON 1978).

Assim sendo, pode-se inferir pelo modelo de democracia em que nos encontramos, que a partir do segundo mandato de Dilma, que se inicia em um cenário político e social de parcial insatisfação (principalmente pela faixa de eleitores que desejava a derrota da presidenta atual nas urnas) fortalecido pela falta de cumprimento das promessas de campanha – ai desagradando seu eleitores -, a

presidenta em exercício passa a abraçar uma agenda econômica mais ortodoxia, proposta pela equipe política oposta, como forma de acalmar os ânimos do mercado, da mídia e da direita; no entanto, a direita e o mercado não desejavam a aplicação dos seus planos de forma parcial ou à conta-gotas, mas desejam executá-lo livremente. Assim nesse modelo praticamente bipolar, no qual as ofertas políticas se resumem a dois grupos distintos, uma parte dessa elite que não venceu nas urnas, aproveita a oportunidade que se instalou e oferece seu pacote de demandas políticas e a sua execução como salvação em contraposição ao modelo vigente.

Este ponto leva justamente a questão da participação das massas, que geralmente neste tipo de democracia é desencorajada pelo Estado. Em relação as manifestações contra a corrupção e contra o PT, foram amplamente apoiadas pelos grandes meios de comunicação e por líderes de oposição. Utilizando as próprias falhas deste modelo democrático para provocar um desgaste político do atual governo, sendo assim os opositores políticos teriam uma maior chance de alcançar o poder – a crise é provocada porque a democracia liberal não está apta a receber demandas populares, apenas a executar as próprias demandas propostas pela própria elite política, sendo assim as manifestações que ocorreram em junho de 2013 no Brasil mostram que os governos Federais, Estaduais e municipais não tinham capacidade de atender todas as demandas que foram colocadas nas ruas, o que posteriormente veio beneficiar a direita, pois passaram a utilizar da incapacidade do governo de atender as demandas, e a baixa repressão para com as mobilizações posteriores (já que a repressão destas manifestações seria de grande custo ao governo, sendo assim promovendo uma proteção aos protestos e aos seus articuladores) para utiliza-las como método desestabilizar o governo – ou seja, as manifestações sociais à direita foram utilizadas como uma ferramenta para demonstrar publicamente as falhas desse modelo democrático, no entanto, como se fossem as falhas do governo atual.

Quando logo após as eleições de 2014 a presidenta então reeleita propõe a possibilidade de um referendo ou plebiscito para a construção de uma reforma política, os partidos de oposição ao governo, não só rechaçam a proposta, como também à associam ao bolivarianismo e ao totalitarismo. Ao desaprovar a proposta, a direita se fortalece, porque impossibilita que o governo petista venha a ter a possibilidade de responder de forma mais ampla as manifestações do ano anterior.

Protegendo assim os argumentos que estariam presentes nas manifestações contra o governo.

A finalidade das manifestações com o intuito de promover o impeachment da presidenta Dilma, a quem elas beneficiam, e a ideologia presente se fez nítida. Não era por igualdade, não era por justiça social, nem por um ambiente político mais honesto. O grande envolvimento midiático aliada a ideologia hegemônica é uma das justificativas que explica a presença dos que gostariam que estas manifestações fossem contra a corrupção e passaram a pedir o fim de um governo eleito através do voto popular, porque na democracia liberal, podemos afirmar de forma grosseira que o eleitor tem apenas duas opções ou concordar ou discordar em relação a elite política eleita. Desse modo a alternativa apresentada não foi a discussão aberta entre sociedade e governo, ou propostas de um novo rumo na administração, mas a troca da elite governante.

Nesse sentido a promoção do diálogo e de propostas dos grupos sociais para com o governo é remota, pois o sistema democrático atual condiciona a não participação e a não interferência. Para Miguel (2002) essa corrente democrática tem buscado cada vez mais combater a democracia, pois não existe autonomia do povo, nem mesmo a produção das próprias demandas, em vez disso se tem um governo da minoria, com demandas formuladas pelas próprias elites. O que se tem nestas manifestações é a tentativa de legitimar as demandas das elites, transfiguradas como se fossem demandas do povo.

Esta democracia em uma sociedade de classes desigual e de mercado, não poderia ter outro modelo a não ser esse em que população é vista como consumidora, a sociedade como o mercado, e os partidos como oligopólios fornecedores de bens. Como lembra Miguel (2002) atualmente vivemos sobre “democracias domesticadas” que aceitam a ideia de que a igualdade econômica e política entre os homens é impossível.

3.3 O CONCEITO DE DEMOCRACIA EM MOVIMENTO

As manifestações juntamente com as pautas que foram as ruas são o produto da democracia vigente, além disso não só os moldes democráticos, mas também o contexto em que ele está inserido proporcionou uma grande adesão e apoio popular as mobilizações que tinham caráter conservador e de direita. Ao analisar o perfil dos

votos das eleições de 2014 (CODATO, BOLOGNESI e ROEDER 2015), nota-se o aumento de votos concedidos aos partidos conservadores. Esse crescimento pode estar relacionado a uma busca por representantes políticos que demonstrem mais apreço pela moralidade, pelos costumes e pela tradição, pessoas que, como representantes de um comportamento baseado em preceitos morais fixos, passam a sensação aos seus eleitores de serem mais honestas em relação à ocupação do cargo público, diminuindo, assim, a possibilidade de cometer atos ilícitos.

O cenário político eleitoral dos últimos anos, principalmente depois de 2005, foi permeado por discursos que circulam na mídia e em redes sociais que desqualificam os votos direcionados ao PT, principalmente os das camadas mais pobres, por este ser considerado um dos partidos “mais corruptos da história brasileira”. A percepção elitista de que existem votos bons e inteligentes e votos inferiores que poderiam ter um menor valor ou serem desconsiderados, ou seja, que incita a desqualificação da escolha de uma faixa de cidadãos. Mas além deste existem outros elementos que enfraquecem e debilitam a democracia brasileira, um deles seria a discussão pautada incessantemente sobre os aspectos pessoais da vida dos políticos, criando uma compensação para a falha referente às discussões sobre políticas aprovadas ou em trâmite dentro do governo ou em época de eleição sobre as ideologias políticas e a proposta de modelo de governo e política econômica que se pretende adotar.

As discussões sobre política muitas vezes acabam se pautando em assuntos relacionados a vida pessoal do candidato. A importância dada não só à personalidade pública do político, mas a políticas que venham a proteger e a resguardar os direitos tradicionais e conservadores nos últimos anos tem se colocado acima dos interesses de assuntos como políticas de distribuição de renda, diminuição da desigualdade social, melhorias na saúde pública e na educação pública. Além disso, políticas que visam a longo prazo a justiça social e a quebra de preconceitos – conservando o direito à dignidade de grupos étnicos ou raciais, ou grupos com diferentes orientações sexuais, entre outros – nem sempre são abordadas por formadores de opinião de forma honesta, os quais, ao buscarem a aprovação do público, tratam geralmente o assunto sob uma ótica conservadora e sensacionalista.

Na tentativa de analisar esse momento político a nível nacional, em relação à ênfase que se tem dado à imagem pessoal do político, atribuindo-se maior

importância à moral do que às políticas econômicas e sociais, buscamos modelos de análise que podem ser úteis do ponto de vista heurístico para uma aproximação mais profunda à interpretação desta realidade.

Uma tendência nos últimos anos na maioria dos Estados democráticos foi a diminuição da participação e filiação partidária. Isso mostra que cada vez mais as organizações partidárias passam sinais de incapacidade para atraírem a atenção das massas. Além disso, o que se tem visto em muitos países é uma diminuição em relação ao ativismo partidário mesmo entre os antigos filiados, que frequentam cada vez menos as reuniões internas e diminuem a atividade militante. Isso se deve principalmente a uma menor identificação e simpatia partidária. Atualmente os partidos já não conseguem mais mobilizar os cidadãos como outrora, nem possuem mais uma forte presença no meio social, tornando-se mais distantes das bases. No entanto, esse não é um movimento que ocorreu apenas de um lado, mas de ambas as partes, ou seja, houve um distanciamento tanto do partido em relação às bases, como um abandono e desestímulo das bases em relação aos partidos (MAIR 2003).

Um dos motivos que distanciam os partidos políticos de suas bases consiste na dependência partidária dos recursos do Estado. Os partidos políticos brasileiros possuem como sua principal fonte de recurso o financiamento estatal, com exceção dos períodos eleitorais, nos quais os principais partidos conseguem junto a empresas privadas altíssimas doações. Além disso, o Estado é responsável pelo seu acesso aos meios de comunicação, comprando o espaço tanto em épocas de campanha, como em outros tempos, para promoção partidária (RIBEIRO e LEVENGUEN 2013).

Atualmente no Brasil em relação ao período eleitoral não existe regulamento sobre o volume de dinheiro gasto nas campanhas – principalmente provindo de doações empresariais⁵⁷ -, e este em si é um ponto essencial que mostra uma restrição sobre o campo da competição entre forças políticas. Em continuidade e consequência disso, o que se tem são grupos políticos de forma predominante que recebem apoio de grupos que detêm grande poder econômico. Essas circunstâncias

⁵⁷ Empresas que tiveram o nome envolvido nos escândalos da Petrobrás, como Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão, doaram dinheiro às campanhas de Dilma e de Aécio. No entanto, a interpretação de que este dinheiro poderia provir de origem corrupta foi relacionada com a doação feita principalmente para o PT e não para o PSDB, apesar de ambas as doações (ainda que maiores ao PT) terem a mesma origem. Revista Exame (07/05/2015). Disponível em <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/empreiteiras-do-cartel-doaram-r-78-mi-a-pt-e-psdb-em-2014>>. Acesso em: 22/01/2016

em si afetam e influenciam na democracia, acabam por negar uma real abertura ao sistema democrático, de modo que o jogo de interesses na democracia já está dado (MOISÉS 1989).

Outra importante mudança no perfil dos partidos está relacionada às formações identitárias, pois os partidos estão cada vez mais se confundindo entre si. Um dos principais motivos está ligado à deterioração dos antigos perfis dos grupos de eleitores, assim que isso teve início os partidos começaram a compartilhar entre si os eleitores, com uma diminuição de fidelidades partidárias. Os partidos que já foram entendidos como representantes de interesse políticos específicos, entre lados sociais opostos, atualmente já são tidos como um ponto praticamente irrelevante; sendo assim, o que se tem na atualidade é um livre acesso a praticamente todos os indivíduos.

Em geral, praticamente não existem oposições relevantes entre partidos, pois no ocidente o neoliberalismo dominou o campo da política em quase todos os países, servindo como modelo nivelador de ações econômicas e políticas. Isso não quer dizer que houve o fim das ideologias, mas que existe um declínio em relação ao *conflito* ideológico (MAIR 2003, 286). Além de os partidos atuais possuírem maior apoio no Estado do que em meio à sociedade, soma-se a isso “diluição de clivagens ideológicas tradicionais e a redução da margem de manobra para a gestão econômica (em parte pelas restrições fiscais enfrentadas por quase todos os Estados)” (RIBEIRO e LEVENGUEN 2013, 3). Nesse contexto, os meios de comunicação são vistos como uma ferramenta de expressão social entre tantas outras, o que dificulta a possibilidade de um enraizamento social. Dessa forma, os partidos estabelecem-se junto ao Estado, enfraquecendo a ligação com a sociedade e fortalecendo a ligação Estatal.

Essa dinâmica acaba por levar os partidos políticos ao tipo de sistema denominado por Kartz e Mair (2004) como Cartel. Esse sistema funcionaria por meio da constante cooperação entre o governo e a oposição, o que pode ocorrer de forma explícita ou em segredo, principalmente com vistas aos privilégios e recursos estatais, ou seja, recursos que constituem a “sobrevivência” dos partidos.

Em relação à diminuição de oposição real entre os partidos, a que esta na base representativa das ideologias e das ações políticas, pouco mudaria trocando-se o partido à frente de um governo, principalmente devido à fragilidade que esse sistema impõe à democracia, que não ocorre respaldada na “vontade geral”, mas

sob pilares pré-determinados. Tal cenário a nível global tem demonstrado que os cidadãos têm em relação à política um sentimento de frustração, em decorrência da percepção de que as administrações políticas não possuem como principal objetivo atender aos interesses populares.

Em relação a esse contexto, surgem análises como a de Colin Crouch (2004), que considera que a democracia liberal tenha se modificado, passando a denominar-se como “pós-democracia”, considerando que o modelo de democracia está cada vez mais distante do ideal democrático. Vale destacar que o prefixo “pós” tem sido percebido frequentemente na contemporaneidade em muitos debates, como no caso de pós-industrial, pós-moderno e pós-liberal. Tal prefixo não dá uma precisão específica aos termos aos quais ele precede, no entanto, o autor se utiliza deste pela sua associação à ideia de movimento. Para Crouch (2004), mesmo que a democracia atual esteja longe do ideal democrático, isso não significa que vivemos em um momento não democrático.

Por meio da ideologia neoliberal, se popularizou a ideia de que o Estado não é eficiente em comparação, por exemplo, com as grandes corporações e multinacionais; sendo assim, ele deveria seguir o exemplo administrativo das empresas privadas. Nesse sentido, existe uma grande força internacional voltada para que o Estado se comporte como as multinacionais, terceirizando os serviços públicos e fornecendo cada vez mais poderes às empresas. A partir das mudanças que ocorreram no período da globalização e da disseminação das políticas neoliberais, as quais descrevem e qualificam o cenário do capitalismo atual, as democracias passam a responder às grandes empresas, deixando o cidadão comum em segundo plano. Essa seria em princípio a gênese da pós-democracia (voltada mais aos interesses do capital do que da democracia), que considera prioritários os interesses de uma minoria – elite econômica – em relação aos interesses de toda a população.

Os problemas e as questões sociais na pós-democracia passam a ser administrados por meio de uma espécie de sorteio e manipulação por parte das elites governantes em relação às demandas populares. Nesse caso, questões populares são selecionadas e cria-se no seu entorno uma situação apelativa, por meio da qual se intensifica a sua importância, deixando-se à margem outros problemas, aumentando-se o foco apenas em pontos que o Estado esteja disposto a trabalhar.

Desse modo, a pós-democracia seria para Colin Crouch (2004) um mundo em que a política produz as próprias respostas às necessidades do povo, sem o consultar. Busca informação sobre os desejos e os anseios populares pro meio de técnicas de pesquisa de mercado e acaba por condicionar a participação do cidadão, contemplando-a de forma ocasional. Além disso, os aspectos ligados aos processos eleitorais substituem as campanhas que utilizam ideias e projetos por publicidade e marketing (CROUCH 2004, 35).

Nesse novo período democrático, o relacionamento dos cidadãos com o governo se dá por meio das eleições, sendo que o governo eleito desenvolve um relacionamento com as empresas que prestam os serviços públicos privatizados, via regimento de leis e regulamentações. Não existe de forma direta nenhuma ligação entre a sociedade e os prestadores de serviço, o que causa maiores dificuldades no processo de cidadania, quando os cidadãos passam a exigir melhores serviços ou novos meios de execução. No Brasil, pode-se ilustrar tal situação a partir de uma das reclamações mais conhecidas, a dos meios de transportes públicos urbanos, que recebem críticas contínuas em relação a preço, ineficiência e má qualidade; em todos os estados da nação existem continuamente protestos e reclamações a esse respeito e as mudanças, quando ocorrem, são praticamente imperceptíveis, sem que o governo interfira como porta-voz ou ameace as concessões das empresas privadas.

Um dos principais pontos que se observa como características da pós-democracia é a desconfiança em relação aos políticos e às instituições. As campanhas políticas são fortemente construídas por ações publicitárias, os partidos políticos se encontram pressionados por grupos econômicos, os quais possuem liberdade de ação, pois não estão condicionados a duras regras dos Estados e não possuem a atenção e a vigilância da sociedade. A campanha eleitoral e todo o debate que alicerça esse período são controlados e manipulados por equipes de marketing. O que se percebe é que as empresas nem sempre aceitam as condições estipuladas pelos governos e utilizam de seu poder econômico como moeda de troca para forçar os Estados à aplicação de regras mercadológicas que as beneficiem, gerando um alto índice de corrupção. Além disso, na pós-democracia o cidadão se vê diante de dificuldades que o incapacitam de definir seus principais interesses (CARRILLO s.d.).

Nos últimos anos, cidadãos percebem-se sobre um novo contexto democrático, intuem que a política está mais a serviço do capital do que dos cidadãos, entendem que o dinheiro pode comprar convicções e, na busca por gestores políticos honestos, buscam cada vez mais eleger indivíduos que se mostrem dotados de caráter e integridade, na esperança de que os líderes possam fazer um bom governo. No entanto, essas ações deixam de considerar, por exemplo, características impessoais do líder. O que Crouch (2004) chama a atenção é que tais mecanismos econômicos impessoais não são óbvios, mas eles representam escolhas e consequências políticas que podem ser a flexibilização do mercado e privatizações. Além disso, tem-se o agravante relacionado ao exercício do poder; este não ocorre de forma transparente, principalmente quando os governantes são manipulados por grupos que impõem “sua agenda aos governos e, ao mesmo tempo, permanecem nos bastidores, imunes ao escrutínio do público” (PINZANI 2013, 148).

O cidadão no contexto brasileiro exige transparência de seus representantes políticos, mas não age da mesma forma com relação ao poder executivo, os grupos econômicos ou os banqueiros. Esse tipo de situação acaba por impedir que os cidadãos comuns tenham influência efetiva na democracia. A sociedade tende a não vigiar estes grupos, não por falta de interesse, mas porque tais forças buscam sempre desviar a atenção pública utilizando-se de manobras para influenciar as opiniões, contando com ajuda e o com o interesse da mídia para isso. Mostrando escândalos sobre a vida dos políticos, busca vigiar a todo momento a moralidade destes, deixando de lado importantes negociações de empresas e bancos. Exemplo disso são as contínuas manchetes que envolvem o ex-presidente Lula, que mesmo fora do cargo político é o maior porta-voz e figura pública do PT, considerado o “chefe da quadrilha”. Independente da postura dos integrantes de todo o partido, as ações tanto dos parlamentares como da presidenta Dilma são diariamente ligadas à figura pública de Lula, considerado o grande mentor.

[No Brasil] o debate [político dos últimos, tanto na esquerda como na direita] tem se dado a partir de um registro moralizante no qual o problema central aparece reduzido a uma questão de índole pessoal ou da predisposição de determinados grupos à prática do delito. Essa visão contribui mais para despolitizar o debate na opinião pública do que para qualificá-lo. Em tempo: não estamos dizendo que a corrupção não seja um problema e muito menos que a sociedade não deva se mobilizar contra essa prática predatória que privatiza o Estado. A questão é o tom fortemente

despolitizador que o debate sobre a corrupção assumiu no Brasil. Tornou-se lugar comum afirmar, por exemplo, que a corrupção no país é tanta que suga dos cofres públicos o dinheiro que poderia ser investido em políticas sociais, como saúde e educação. Matéria de capa da Revista Veja afirma que nossas perdas com a corrupção estejam na casa de 80 bilhões de reais por ano. Contudo, nem uma palavra é dita sobre outras dragas do erário público: as perdas anuais com a sonegação fiscal chegam a cerca de 415 bilhões de reais, enquanto que a dívida pública consome quase 1 trilhão de reais por ano do Orçamento Geral da União. Mas estes temas não são debatidos pelos jornais mais assistidos e mais lidos do país. Aliás, eles nem mesmo são "temas" ou "questões" (TATAGIBA, TRINDADE e TEIXEIRA 2015, 27).

Ao tratar desse assunto, a mídia acaba por influenciar cada vez mais a desconfiança nas instituições públicas, ligando diretamente a moralidade dos políticos à legitimidade do governo (PINZANI 2013, 148-149). A superação desse momento da democracia seria a formulação de políticas concretas, por meio de grupos de discussão voltados para a percepção sobre as principais necessidades e os pontos que podem ser construídos ou mudados pelos governos e pelas grandes corporações.

Para Nadia Urbinati, a democracia representativa se transformou em uma democracia plebiscitária de audiência (URBINATI, Da democracia dos partidos ao plebiscito da audience 2013b). A forma dessa democracia se dá pela *audiência*, por meio de indivíduos que não compõem um coletivo, pois vivem em espaços privados e, em relação à opinião, atuam como um espectador e receptor de espetáculo criado por técnicos de comunicação e mídia e encenado por "personagens políticos" (URBINATI, Da democracia dos partidos ao plebiscito da audience 2013b, 86). Em nossa realidade social e política, temos grupos ativos de discussão principalmente por meio do *Facebook* e do aplicativo WhatsApp. Tais grupos posicionam-se tanto contra como a favor do governo, abordam questões sobre a personalidade dos políticos e creem veemente que estão falando sobre política, sem dar-se conta de que passam apenas a vigiar os passos pessoais ou de personalidade do representante, maximizando ou focando em problemas específicos, sem conseguir observar o todo.

Além disso, as grandes manifestações nas ruas brasileiras, a favor do impeachment e da volta dos governos militares e contra a corrupção, não mostram grupos políticos organizados – apesar de serem orquestradas por movimentos da sociedade civil –, mas indivíduos solitários; não há debates, discussões ou propostas. É um desfile de roupas verde-amarelo, de grupos de famílias unidos em

uma atividade “social” e pouco política. Provavelmente, a partir do momento em que tais grupos passarem a dialogar em espaços e reuniões públicas sobre assuntos que vão além do “antipetismo”, irão perceber a diferença e as distâncias ideológicas que existem entre eles, mesmo reconhecendo-se como simpatizantes ou partidários da direita.

Nesse modelo de democracia plebiscitária, ocorre a personalização do poder e da política, o que seria um dos pontos que mostram que os partidos políticos mudaram e ocorreu uma diminuição do seu tônus democrático. Os partidos passam a ter uma relação com os cidadãos totalmente voltada para a captação de votos, ocorre uma “democracia ‘dos’ em vez de ‘por meio dos’ partidos” (URBINATI, Da democracia dos partidos ao plebiscito da audiência 2013b, 86). Ocorre nos partidos uma mudança de função, pois estes deveriam mobilizar os cidadãos e os fazer participar da política ao seu lado, criando vínculos identitários e ideológicos, que poderiam servir como meios basilares para a crítica e as interpretações.

O esfacelamento do partido como organização não significa que ele deixa de existir, mas se vê a extinção dos partidos que funcionavam como ponte entre o Estado e a sociedade, um intermediário da democracia representativa. Esse tipo de partido cumpria funções como: controlar o poder dos eleitos, prestar orientações e emitir opiniões. O seu declínio possibilitou a ascensão de partidos *eleitoristas*, os quais têm como principal função buscar a permanência dentro das instituições estatais, de forma muito semelhante ao formato oligárquico.

O partido político se tornou um meio para seguir carreira política. Nos partidos tradicionais, os militantes serviam como preceptores de demandas, no entanto, nos novos partidos a captação dos interesses é feita por sondagens, as quais não servem para melhor atender a sociedade, mas como um método para ganhar eleições. Esse tipo de partido, que Nadia Urbinati (20013b) denomina de *esponja*, é de difícil controle pelos cidadãos ou simpatizantes, de modo que torna as democracias plebiscitárias.

A democracia plebiscitária de audiência é uma afirmação de um modelo de política oligárquica e que abandona o posto de intermediário para colocar seus interesses próprios como prioritários. Nesse modelo partidário, a democracia eleitoral passa a ser dirigida por especialistas em comunicação e candidatos que fazem carreira política, e não mais por líderes ou militantes. É uma política voltada para a mídia e para o “ocular”. Uma das principais faces dessa democracia não são

os cidadãos buscando uma democracia direta, ou maior espaço de participação, mas o povo como eleitor cede lugar ao “povo-juiz”, que não está atento para reivindicações, mas para julgar o líder, utilizando o seu poder de uma forma negativa (URBINATI, Da democracia dos partidos ao plebiscito da audience 2013b, 92).

Não se está afirmando que o fato de vigiar e cobrar sobre a postura dos representantes e o monitoramento constante da imprensa e dos cidadãos não façam parte da democracia. O fato é que nesse modelo democrático o cidadão utiliza do seu poder muito mais para cobrar postura de moralidade do que para vetar políticas, lutar pela defesa dos direitos humanos, entre outras pautas. Uma das formas mais modernas do tipo de política negativa é a política do julgamento: os políticos eleitos não contam com uma confiança nata do povo assim que se elegem, antes de ela ser concedida são demandadas provas e evidências. Para isso, conta-se com o auxílio da imprensa e sua função de monitoramento. No entanto, Urbinati (2013b) chama a atenção para o fato de que, apesar da grande publicidade sobre os passos do cotidiano do político, isso não dá garantias de que o poder desse líder será controlado ou limitado.

Em relação ao cenário político e à influência da imprensa escrita e televisa, são necessários alguns apontamentos. Sartori (1999) afirma que a televisão está mudando tanto o homem como a política. A mudança sobre o homem está no sentido de que, com o surgimento da imprensa escrita, surge o homem que se informa sobre o seu entorno por meio da leitura, o “homem que lê”. Contemporaneamente a imagens se mostram cada vez mais presentes como o meio de divulgar notícias e fatos, o que o transforma no “homem que vê”. Já a mudança sobre a política diz respeito ao papel que a mídia adota para si, isto é, atualmente as informações sobre os partidos não são fornecidas por eles próprios, mas os eleitores se informam sobre os perfis partidários a partir da construção que a mídia faz.

Ao se ter uma imprensa livre para exercer o papel de contestadora tanto em relação a ações como medidas do governo, garante-se o direito à livre expressão e pensamento em uma sociedade democrática. No entanto, o que se percebe nos grandes veículos midiáticos, principalmente revistas e jornais brasileiros, é a tendência a se dar destaque a imagens, fotos e caricaturas. Nos meios de comunicação que se utilizam de textos, o que se tem cada vez mais é a veiculação de escritos curtos, o que caracteriza um perfil de jornal “quase televisão”. Consequentemente, tem-se baixa profundidade no tratamento de temas sérios, em

meios que estariam reservados ao aprofundamento de temáticas não exploradas pela mídia televisiva. O homem que se informa por meio do “vídeo-poder”, como assinala Sartori, faz com que haja uma erosão na cultura escrita, a qual está sendo substituída por uma cultura visual – “homem ocular” –, e o homem que se informa por meio da imagem e da televisão tem cada vez mais dificuldade de abstrair e de problematizar questões (SARTORI 1999).

O maior número de informações disponibilizadas pelos meios midiáticos também não concede mais poder ao cidadão, e sim faz um movimento contrário, como afirma Urbinati: a audiência não controla o líder, apenas sugere ao próprio líder o que o povo não gostaria de ver. A ideia de que, se a mídia e as redes sociais vigiarem constantemente o político, trarão um ambiente de mais transparência, na verdade, não se confirma, pois o que se tem visto é que, apesar disso, as decisões políticas nem sempre estão no meio das discussões propostas pela mídia, porque isso em si não seria tão atrativo ao gosto estético do eleitor/espectador – segundo o entendimento dos que controlam os assuntos veiculados pela mídia.

Enfim, a mídia contribui para uma decadência da democracia, dando centralidade à pessoa do líder e suas qualidades morais, que ganham maior importância do que a formulação de políticas. A política torna-se cada vez mais profissional, funcionando entre trocas privadas e ocultas, e ainda menos preocupada com os cidadãos, o que facilita a corrupção porque, enquanto se foca toda a atenção em um episódio de escândalo envolvendo alguns membros do governo, explorando a sua prudência e competência, deixa-se espaço livre para atos ilícitos de outros grupos poderosos (URBINATI, Crise e metamorfose da democracia 2013a). Cria-se a ilusão de que a mídia a tudo vigia e de que o povo tudo sabe, o que dá espaço para atos ilícitos sem vigilância.

A multidão precisa começar a vigiar todos os poderes, inclusive o poder econômico. Apesar de o discurso neoliberal caracterizar o Estado e sua estrutura como ineficientes em comparação com as empresas privadas, é importante perceber por que o modelo econômico neoliberal se esforça para diminuir o poder do Estado, ou seja, buscando limitar sua arrecadação e diminuindo a sua presença por meio das privatizações, consequentemente minimizando a capacidade deste de assegurar um padrão de vida aceitável aos seus cidadãos. No entanto, se o Estado acaba por interferir no fluxo econômico – interrompendo ou retardando – pré-estabelecido pelos moldes neoliberais, vê-se diante de uma crise econômica (HARVEY 2011).

O nível de complexidade política econômica atual é enorme, ao mesmo tempo em que pode ser explicado de uma forma muito simples: os Estados-nação não são totalmente autônomos; desse modo, administram conforme a vontade externa do capital internacional. No entanto, o agravante está quando mesmo que o Estado cumpra seu papel como engrenagem desse capital e use a sua faixa de autonomia a fim de promover políticas para aumentar a qualidade de vida do cidadão comum, como preservação dos direitos trabalhistas e distribuição de renda, a elite econômica insatisfeita sente-se ameaçada em seu projeto.

Embora a agenda neoliberal tenha sido executada também pelos governos do PT a classe dominante deseja aprofundá-la, e para isso é necessário ocupar o poder executivo mesmo que nesse percurso tenha que protagonizar um golpe institucional. Entretanto, é necessário conquistar as massas e para alcançar esse objetivo a direita conta com alguns aliados importantes como a grande mídia, a maioria conservadora do Congresso Nacional e o próprio governo que ao implementar uma política neoliberal provoca desemprego, redução dos investimentos em educação e saúde que consequentemente alimenta a crise política (I. G. SILVA 2015, 7)

O esforço com o intuito de mudar os rumos da política social e econômica no Brasil afetou de forma acentuada o governo de Dilma Rousseff, passando esse governo a adotar com mais determinação a agenda neoliberal em seu molde mais ortodoxo, o que em si acabou por dar início ao aumento do desemprego e se somou à inflação crescente, aumentando a rejeição entre os eleitores, tanto entre os que optaram pelo PT como o “mal menor” para continuar com uma agenda neoliberal moderada, como também por aqueles que se declaram antipetistas por inúmeros motivos.

A eleição do PT esteve associada ao desejo do cidadão de fugir de uma administração neoliberal inflexível – que seria representada pelo PSDB. No entanto, no início do segundo governo Dilma, surgiram sinais de que a agenda neoliberal ortodoxa estava ativa, principalmente pela escolha de ministros ligados a agendas liberais e conservadoras como Joaquim Levy (Ministério da Fazenda); Kátia Abreu (Ministério da Agricultura); Gilberto Kassab (Ministério das Cidades); Guilherme Afif Domingos (Ministério da Micro e Pequena Empresa); Eliseu Padilha (Ministério dos Transportes) e Armando Monteiro (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio). Tal panorama mostrou explicitamente o perfil do novo governo e a tentativa de buscar novas alianças e abrandar os ânimos já elevados do grande capital.

Não podemos deixar de considerar que a busca por um governo mais próximo aos preceitos neoliberais tem recebido apoio principalmente de partidos conservadores, da mídia e da parte conservadora da sociedade, como a classe média tradicional, que em partes não aceitou bem as cotas nas universidades públicas e os novos direitos trabalhistas direcionados a empregadas domésticas, isto é, políticas que afetaram o modo de vida histórico da classe média brasileira, sem falar ainda no acesso a bens de consumo duráveis das classes C e D, enquanto seu próprio nível de consumo se manteve estagnado.

3.4 A ONDA VERDE-AMARELO

Nessa seção pretende-se buscar uma aproximação dos pontos que influenciaram na formação e na magnitude das mobilizações sociais à direita no Brasil entre outubro de 2014 e março de 2015. Além do caráter liberal da democracia atual, e do processo de direitização que este modelo sofreu principalmente a partir do fim da Guerra Fria, se faz importante entender este fenômeno do crescimento da direita dentro e fora da esfera Estatal, já que durante a última década no Brasil, entre outros países da América Latina houve a ascensão de vários líderes políticos de caráter progressista⁵⁸, como foi o caso da Venezuela, Bolívia, Uruguai entre outros. No entanto a partir de 2010 se notou o crescimento da agenda conservadora na esfera política.

O crescimento dos movimentos e partidos de direita e extrema direita estão em ascensão, não apenas no Brasil, mas também em alguns países da América Latina e na Europa, como a exemplo do parlamento europeu⁵⁹.

Pippa Norris (2005), ao desenvolver uma pesquisa sobre ascensão de vários partidos de direita e extrema direita na Europa e nos Estados Unidos, que têm conquistado simpatia também na América Latina, defende que as ascensões destes partidos acabam por se desenvolver em cenários atípicos ou em meio a crises. Esses cenários são propícios para absorver votos por meio da exploração de

⁵⁸ O conceito “progressista”, segundo Lanzaro (2008) é uma maneira de fazer referência a agrupamentos políticos de esquerda e centro esquerda, ou seja, o termo atribui um sentido mais amplo de conotações dentro do espectro político da esquerda.

⁵⁹ Na composição de partidos do parlamento europeu, destacam-se alguns partidos da extrema direita como o Ukip (Partido da Independência do Reino Unido), a Frente Nacional, da França, e o Movimento 5 Estrelas, da Itália.

descontentamento com os partidos governantes. Para Norris os indivíduos que demonstram mais inclinação e apoio à extrema-direita são majoritariamente indivíduos pertencentes à classe média, o que ela denomina de “pequena burguesia”, além de “trabalhadores qualificados e não-qualificados”, ou seja, não existe uma lealdade partidária ou ideológica relacionada à estrutura de classes (NORRIS 2005, 26).

Em relação ao crescimento da força da direita no Brasil, as instituições políticas passam por um momento crítico, intensificado principalmente após as manifestações de junho de 2013, momento de eclosão de críticas ao governo federal, que tinham um fluxo constante desde 2005. O desagrado em relação a política proporcionou um cenário de grande insatisfação popular direcionada ao governo federal o qual se estendeu também ao PT, que de forma geral passou a ser relacionado como o principal causador da crise política e econômica do país (ou seja, a opinião pública deixou de considerar que o presidencialismo no Brasil é constituído de coalizões, nesse sentido, o governo federal compartilhar o poder com outros partidos, distribuindo cargos importantes e negociando as políticas públicas, ou seja é uma administração de caráter multipartidário).

No momento que antecedeu as eleições de 2014, tanto a mídia⁶⁰, como as páginas digitais de oposição ao governo federal contribuíram para a disseminação de notícias como também de boatos sobre o PT; o governo federal e as relações com os casos de corrupção, com acusações e suposições que feriram o perfil ético do partido, o que foi utilizado por articuladores conservadores e liberais para relacionar toda a esquerda a um caráter de “corrupta”. Isso se comprova pelo desempenho eleitoral dos partidos de esquerda nas eleições presidenciais de 2014, que foi menor se comparando as últimas eleições, e levando em consideração o descontentamento com o modelo neoliberal⁶¹. A exceção foi o crescimento dos votos direcionados ao PSOL, que pode estar relacionado principalmente às críticas que a

⁶⁰ As primeiras denúncias de corrupção relacionadas ao mensalão surgiram na Revista Veja, na edição de 06 de maio de 2005. Após esse episódio, o caso do Mensalão esteve nas capas da Veja em pelo menos em 30 outras edições. Outros meios que divulgaram amplamente os casos do Mensalão foram os canais de TV aberta, como Rede Globo e Rede Bandeirantes, e meios impressos tais como a Revista Época, o Jornal O Globo, a Folha de São Paulo, entre outros. O esquema de corrupção denominado Petrolão passou a ser amplamente divulgado pela mídia a partir de março 2014, envolvendo os partidos do PP, PMDB e PT, principalmente.

⁶¹ O modelo neoliberal foi confrontado principalmente durante as manifestações de 2013, em que a sociedade reclamava de serviços públicos privatizados/terceirizados (como o transporte público) e pedia melhorias em serviços públicos estatais como saúde e educação, ou seja, melhoria e expansão dos serviços prestados pelo Estado.

candidata à presidência da República Luciana Genro fez ao neoliberalismo e ao PT, no entanto, esse efeito teve repercussão maior entre os deputados estaduais e não no Congresso Nacional (MACIEL 2015). Pode-se inferir que o antipetismo e a associação feita principalmente por conservadores que relacionam o PT a outros partidos socialistas e de esquerda gerou uma maior busca por pequenos e novos partidos de direita, como um caminho de mudança e de “mais” ética.

No Brasil, tem-se notado um crescimento da preferência por partidos de direita, principalmente a partir das eleições de 2010 (CODATO, BOLOGNESI e ROEDER 2015). Os partidos com esse perfil ideológico que vêm ganhando espaço são coincidentemente micropartidos ou partidos pequenos, que elegem figuras políticas relativamente novas e que já possuem uma base eleitoral, pois são figuras públicas conhecidas. O seu perfil é denominado de “Nova direita”, pois se configura em relação à direita tradicional com algumas peculiaridades, uma delas é o reconhecimento da importância de programas sociais, no entanto, não defende a igualdade social.

Em relação às políticas de extrema direita, por mais inconcebível que sejam para algumas faixas dos eleitores, algumas de suas plataformas são incorporadas ao governo. Como exemplos atuais, podemos citar as discussões acerca da diminuição da maioria penal, as críticas parlamentares e a exclusão de casais homossexuais no Estatuto da Família. A incorporação dessas políticas cumpre um papel de diferenciação entre os partidos e os políticos. Conforme defende Mair (2003), os partidos atuais estão cada vez mais parecidos entre si, tanto na maneira de se comunicar como de se relacionar com a sociedade em geral. Sendo assim, os sistemas partidários seguiriam uma tendência cada vez mais próxima de sistemas bipolares, tendo as disputas eleitorais baseadas em torno de personagens e não de partidos, de modo que o extremo político entra em cena, pois ajuda o eleitor a distinguir os campos em disputa (COMPARATO 2014, 9).

O surgimento da nova direita não é um fenômeno recente no Brasil; ocorre desde os últimos anos da década de 1970 em escala mundial. Em síntese, a nova direita é a aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo. O liberalismo e o conservadorismo em origem possuíam atritos e contradições entre si; como se sabe o liberalismo tem a sua gênese no conflito com o conservadorismo em relação à busca por mudança da ordem existente, pois procurava impor modificações principalmente nas relações de produção e nas relações sociais (PLATT 2003).

Para Ferreira e Botelho (2010 apud SOUZA, 2015), o pensamento conservador se desenvolve na sociedade de classes moderna, não se caracterizando como um sistema pronto, mas em constante movimento. Como um opositor às transformações da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, valoriza principalmente as organizações sociais antepassadas. Para o conservador, a religião, a família e as organizações tradicionais têm grande valor. Além disso, ele nutre antipatia em relação ao igualitarismo e admira e defende as hierarquias.

Souza (2015) esclarece que o conservadorismo clássico pode ser identificado entre os anos de 1789 e 1914, período entre a Revolução Francesa e a primeira Guerra Mundial. Entre os anos de 1910 e 1960-70, ocorreu a formação do pensamento conservador moderno, momento em que o pensamento conservador fez uma aproximação do pensamento liberal, o qual em seu período clássico havia combatido. Uma das características do conservadorismo moderno é ignorar o passado e não se preocupar com o futuro. Os conservadores são defensores do presente democrático, no entanto, o enclausuramento no tempo presente acaba por descontextualizá-los.

A autoimagem do conservador moderno dificilmente irá assumir uma posição ideológica, pois a tradição conservadora considera qualquer posição ideológica pejorativa, travando críticas principalmente contra aquelas que consideram ideologias utópicas, com valores universais e que acreditam na mudança do homem. Os conservadores modernos, diferentemente dos clássicos, não se colocam contra mudança, no entanto, não são a favor de todas as mudanças, principalmente aquelas coordenadas ou desencadeadas pelas classes dominadas.

Em relação ao preconceito, o conservador moderno o tem como algo que está baseado em julgamentos históricos, experiências e decisões passadas; sendo assim, teria a “sua validade comprovada”. Os preconceitos que sobreviveram ao longo do tempo teriam uma razão para tal e, dessa forma, devem continuar sendo preservados, ou seja, seriam ensinamentos que não perderam a validade, pois passaram pelo teste do tempo (J. P. COUTINHO 2014, 64).

As políticas neoliberais fazem parte de um conjunto de ajuste mundial, projeto que pretende uma nova hierarquia das relações tanto econômicas como políticas internacionais. As políticas neoliberais tiveram como um marco principalmente para a América Latina o chamado Consenso de Washington, o qual foi composto por regras que buscaram condicionar as ações de vários países a fim de que apenas por

meio dessas políticas executadas pudessem obter apoio político e econômico dos governos centrais, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Os principais ajustes defendiam uma desregulamentação dos mercados, a abertura financeira e a privatização de empresas públicas (SOARES 2003).

Para Fiori (1997 apud SPÍNOLA, 2004, p.106), a hegemonia neoliberal se coloca como uma vitória ideológica sobre a derrota comunista, legitimando uma “vingança” do capital contra os trabalhadores, logo após estes terem passado por períodos de lutas que haviam garantido o *welfare state*. Para Hayek, o neoliberalismo precisa manter o Estado com uma postura forte para romper com os sindicatos e diminuir os gastos sociais, tendo como mais alta prioridade a estabilidade monetária.

Em resumo, os princípios do neoliberalismo estão na abertura, na flexibilidade e na desregulamentação dos mercados nacionais. Além disso, o pensamento neoliberal considera que a desigualdade deve continuar existindo, pois é natural entre os homens e provém das condições sociais, do esforço individual e da natureza de cada um. Sendo assim, toda política que vise ao nível de igualdade não é bem vista (PLATT 2003). O ajuste neoliberal não está apenas no plano econômico, mas também no social; esse modelo visa a instituir a informalidade no mercado de trabalho, normalizando o contexto de desproteção ao trabalhador, aumentando também o desemprego e criando o cenário de subempregos, o que em si parece uma crise econômica, mas seria o funcionamento correto desse modelo de acumulação (SOARES 2003).

A aliança entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo na constituição da nova direita acaba por assimilação fundindo seus ideais, tendo como os principais argumentos retóricos a culpabilização das vítimas. A pobreza e a miséria são consideradas como culpa dos próprios indivíduos que se encontram nessa realidade por consequência de atos ou escolhas erradas. As estruturas sociais são tidas como naturais, de modo que são tiradas de um contexto que envolva relações de poder, o que despolitiza essa questão. O mercado privado é tido como o modelo de eficiência em detrimento do estatal e do público. Existe também uma tendência a obscurecer as raízes históricas, principalmente que envolvem subjugação e resistência (PLATT 2003, 6).

Para Platt (2003, p. 6-7), o modelo econômico neoliberal necessita do conservadorismo e da sua gênese para que sirva de controle das massas, já que o

modelo conservador se faz presente de forma a homogeneizar o mundo privado, através de regras que instituem como devem ser a família, as relações afetivas, os sentimentos patrióticos, de modo que soem socialmente positivos, sugerindo que tais formatos garantam condições de igualdade no modo de agir social.

Para entendermos a nova direita no Brasil, como lembra Codato et al. (CODATO, BOLOGNESI e ROEDER 2015), estas não surgiram apenas a partir da década de 2010, ainda que os partidos de direita que surgiram recentemente se diferenciem dos partidos que estiveram como base das ditaduras militares como PFL/DEM e PP. A nova direita adota algumas políticas de esquerda e de centro, sem deixar de lado os princípios da direita tradicional. Em síntese, a nova direita latino-americana seria composta por elementos da velha direita, que envolvem o modelo econômico capitalista e preceitos morais, passa a aceitar as políticas sociais, principalmente as que já foram implementadas, e se esforça continuamente para apagar os laços com as ditaduras militares, apoiadas pela antiga direita.

A direita tradicional buscava a manutenção do status quo, favorecendo as elites principalmente por meio dos impostos e de regras favoráveis no mercado. No entanto, a direita renovada percebe que olhar para os mais pobres é necessário principalmente devido ao peso eleitoral que possuem. O que essa nova direita busca não é fornecer ao campo social igualdade, mas fornecer – ainda que no campo da retórica – condições igualitárias de oportunidades. Esse seria um dos principais pontos que frisa a diferença entre a nova direita e a tradicional, pois ela continua priorizando a liberdade de mercado e criticam a intervenção do Estado na economia (CODATO, BOLOGNESI e ROEDER 2015).

No ano de 2014, verificou-se um crescimento da nova direita principalmente no poder legislativo⁶². Durante as eleições de 2010, os partidos conservadores tiveram 36,3% (direita tradicional 33,7%; nova direita 2,5%) de cadeiras; já em 2014, o percentual subiu para 43,5% (direita tradicional 26,9%; nova direita 16,6%). Como se pode notar, em apenas quatro anos a nova direita cresceu mais de 10%. Essa

⁶² Classificação dos partidos brasileiros por ideologia: **velha direita**: DEM (2007), PAN (1998-2006), PFL (1985-2007), PGT (1995-2003), PHS (1997), PL (1985-2006), PP (2006), PPB (1993-2006), PR (2006), PRN (1989-1990), PRONA (1989-2006), PRP (1991), PRTB (1994), PSC (1985), PSD (1987-2003), PSN (1996) e PTB (1981); **nova direita**: PEN (2011), PRB (2005), PSD (2011), PSDC (1997), PSL (1994), PST (1996-2003), PT do B (1989), PTC (1990), PTN (1995) e SD (2013); **outros partidos**: PC do B (1962), PCB (1922), PCO (1995), PDT (1979), PMDB (1980), PMN (1984), PPL (2009), PPS (1992), PROS (2010), PSB (1985), PSDB (1988), PSOL (2004), PSTU (1993), PT (1980) e PV (1986) (CODATO, BOLOGNESI e ROEDER 2015, 127)

nova face da direita em relação ao comportamento se mantém conservadora, se alinha juntamente com a velha direita, no entanto, na área econômica adota o neoliberalismo. O perfil do candidato da nova direita é composto principalmente por comunicadores e líderes religiosos; os principais políticos eleitos são geralmente figuras públicas conhecidas pelas funções sociais que ocupam; o seu eleitorado é um eleitorado conservador. Um ponto a ser ressaltado é que a nova direita tem sido cada vez mais representada por líderes personalistas e que já possuem uma base eleitoral principalmente entre os neopentecostais. Além disso, ela é composta por micro ou pequenos partidos; sendo assim, essas novas figuras políticas encontram seu espaço nos partidos recém-formados para lançarem a sua candidatura, em contraposição aos partidos tradicionais, que já possuem políticos profissionais para ocupar os principais espaços (CODATO, BOLOGNESI e ROEDER 2015).

No estudo feito por Codato et al. (2015), o PSDB está inserido na categoria “outros partidos”, e não entre a velha ou a nova direita. Esse partido se autointitula de centro, no entanto, na campanha eleitoral de 2014 apresentou propostas mais voltadas para o mercado e trazendo principalmente a lembrança do governo de Fernando Henrique Cardoso, que teve uma política econômica neoliberal; além disso, os eleitores que se identificam com a direita abraçaram a campanha de Aécio Neves à presidência na última eleição, entendendo que, se este fosse eleito, as políticas progressistas ligadas à esquerda seriam menos favorecidas. A campanha do PSDB e todas as manifestações populares que estão ocorrendo sugerem que, apesar de o partido reconhecer-se como de centro, os eleitores reconhecem o PSDB como partido político representante da ala da direita ou pelo menos de centro-direita.

O fato é que os partidos de direita têm atraído no Brasil não só grupos que se reconhecem como conservadores, liberais ou ainda o abrangente grupo de eleitores neopentecostais, base dos novos partidos, mas pessoas que não se reconhecem como parte integrante desses grupos e não possuíam simpatia ou qualquer vínculo com partidos dessa natureza até então. É preciso levar em conta que muitos dos que votam na direita ou na nova direita não fazem isso por afinidade ideológica plena; nesse sentido, é importante tentar entender alguns dos motivos que vêm aproximando o brasileiro das ideias de valorização do mercado e do pensamento conservador.

3.3.1 O processo de crescimento da Direita.

O processo educacional de cada nação está moldado sobre a sua cultura, tendo capacidade de intensificá-la ou modificá-la. Além disso, as estruturas educacionais são pensadas a partir de parâmetros como: “que comportamento estes indivíduos terão quando fizerem parte da sociedade de forma autônoma?”, “que comportamento é desejável?”, “o que se pode fazer para que sigam formando cidadãos segundo tais parâmetros?”. Assim, inspiramo-nos no texto “Indo para a direita: a educação e a formação de movimentos conservadores”, de Apple e Olliver (2000), e em sua análise de como grupos conservadores exercem influência na educação norte-americana, refletindo na formação de uma nação permeada por um contexto conservador, em que crianças desde muito jovens sofrem a influência de pensamentos estruturados em ótica religiosa e conservadora que as acompanham não apenas no seio familiar ou clerical, mas também em seu meio de convívio social. Os argumentos utilizados por Apple e Olliver (2000) nos remetem à influência que a estruturação da educação no Brasil tem sofrido nos anos recentes, principalmente pelos parlamentares da nova direita, como também a pressão das classes conservadoras nas pautas relacionadas à sexualidade no Brasil.

É importante ressaltar que para os conservadores a questão da educação sexual deve estar a cargo dos pais, pois acreditam que esse assunto pode vir a ameaçar a moralidade familiar e religiosa, além de ameaçar os papéis que no caso Deus determinou como correto. O medo relacionado à educação sexual está ligado à desconfiança de que isso venha a encorajar o sexo antes do casamento, o sexo homossexual ou sexo vinculado apenas ao prazer. Dessa forma, a educação pública passa a ser vista como um meio que oferece perigo à educação religiosa das crianças; esse tipo de postura influencia não só na escolha dos livros didáticos, mas em toda a estrutura pré-definida da educação (APPLE e OLLIVER 2000).

No Brasil, dois projetos – o Projeto do Plano Nacional da Educação (PNE), PLC 103-2012, e o PLC 122/2006, que deu corpo ao Projeto Brasil sem Homofobia – foram altamente combatidos por parlamentares conservadores, os quais se referiam a eles argumentando que se disfarçavam com o objetivo de combater a “homofobia”, mas o que buscam é introduzir a “ideologia de gênero” na legislação brasileira (S. D. SOUZA 2014). Em si o que o PLC 103 preconiza é o combate a todas as práticas opressoras contra grupos que historicamente sofreram exclusão, a exemplo de

negros, pessoas portadoras de deficiência, indígenas, trabalhadores rurais, mulheres e pessoas com diferentes orientações sexuais ou de gênero (BRASIL 2012).

Já o PLC 103, que ficou conhecido como tentativa de introdução da “ideologia de gênero” na educação brasileira, foi visto como uma forma de ameaça que precisava ser fortemente combatida por setores conservadores do parlamento e da sociedade. O combate a essa tentativa de ameaçar a organização da família tradicional foi feito por meio de blogs, redes sociais, principalmente o *Facebook*, e televisão, no programa do pastor Silas Malafaia, que apontava como o principal mentor do programa “implantação de ideologia de gênero” o “feminismo”, o qual precisava ser combatido, pois disseminava a opressão perante a sociedade. “O rompimento dos padrões normativos das relações sociais de sexo e da sexualidade pelo feminismo é interpretado como uma ameaça contra o cristianismo e, por consequência, contra a sociedade” (S. D. SOUZA 2014, 198).

Por fim, o que ficou sancionado pelo PLC 103 foi apenas “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (SOUZA, 2014, p. 196 apud BRASIL, 2012). A redação final do projeto deu continuidade à invisibilidade das desigualdades que estão presentes nas políticas de educação, ferindo os direitos básicos de negros, indígenas, mulheres e comunidade LGBT, entre outros, deixando de considerar que os que sofrem preconceito ou exclusão social possuem cor, sexo, classe e orientação sexual e, quando se deixa de levar esses pontos em consideração, as igualdades tendem a permanecer (S. D. SOUZA 2014).

O programa “Escola sem Homofobia”, que tem origem no PLC 122/2006, foi criado com o intuito de combater a homofobia nas escolas, composto por materiais desenvolvidos pelo Ministério da Educação juntamente com entidades e conselho de psicólogos da Unesco. Esse kit educativo contra a homofobia, cuja previsão de entrega a escolas de Ensino Médio era 2011, foi cancelada devido à pressão da bancada conservadora no congresso. Segundo Zuchiwschi (2013), os fundamentalistas religiosos disseminaram junto à população a ideia de que o material contra a homofobia, chamado de Kit gay, seria distribuído para crianças a partir de 6 anos de idade com o principal intuito de incentivar a homossexualidade. No entanto, o material foi feito para ser trabalhado junto a jovens que cursam o Ensino Médio, com o objetivo de promover um ambiente que garantisse os direitos

humanos e o respeito pelas diferentes orientações sexuais e a identidade de gênero⁶³.

A situação criada em torno do projeto “Brasil sem homofobia” foi causada principalmente devido ao fato de os parlamentares terem misturado vídeos deste projeto com o do combate a doenças sexualmente transmissíveis, que passaram a ser apresentados como parte do material que iria compor o projeto “Escola sem homofobia”. Ainda no blog “Família Bolsonaro”, existem alegações de que o kit incentivaria a homossexualidade – no blog encontra-se a palavra “homossexualismo” –; essa página é um dos exemplos de outros meios que expressam o pensamento e as ações compartilhadas pelos parlamentares conservadores em relação a esse projeto. Os principais combatentes do material didático da “Escola sem homofobia” foram Anthony Garotinho, do Partido da República (PR), e Jair Bolsonaro, os quais acusaram os materiais didáticos de terem diversas mensagens subliminares que incentivam o “homossexualismo” e a pedofilia.

O kit “Escola sem Homofobia” foi vetado pela presidenta Dilma em maio de 2011 após gerar polêmica entre os conservadores, e a PLC 103 foi votada ainda em 2014, mas continuou em 2015 criando polêmica nas votações a nível estadual e municipal. Esses são alguns dos exemplos de agendas que sofreram influência por parte da bancada conservadora, a qual mobilizou apoio entre as camadas religiosas e conservadoras da sociedade. Projetos de cunho mais progressistas têm a sua autoria sempre relacionada ao partido do PT e outros partidos de esquerda, ou seja, partidos que tentariam “deturpar” o sentido e a função da família patriarcal, a exemplo deste material divulgado no site do padre Paulo Ricardo:

A ideologia de gênero é uma nova técnica, idealizada, em conjunto com fundações internacionais, pelos partidos de esquerda que pretende, utilizando o sistema escolar, abolir a família como instituição social. Aprovado o Plano Nacional de Educação, no ano que vem poderá ser apresentado outro projeto de lei, que proporá a educação sexual obrigatória nas escolas, sem direito a objeções de consciência por parte dos pais, conforme já faz parte das orientações internacionais da ONU a este respeito. Quando estas duas leis estiverem aprovadas, o sistema educacional brasileiro será transformado em uma máquina armada para a demolição e a destruição da família natural. É a nova revolução socialista de que o PT, orientado por organizações internacionais, é atualmente o

⁶³ Retirado do texto nota Oficial sobre o Projeto Escola Sem Homofobia, de 20 de janeiro de 2011. Disponível em <<http://www.inclusive.org.br/?p=18368>>. Acesso em 22/01/2016.

principal protagonista no Brasil. Se o Plano for aprovado, nos próximos dez anos nossos filhos serão educados segundo a nova ideologia de gênero (RICARDO 2014).

Sabemos que o cristianismo, sob a roupagem católica e evangélica, tem grande influência na sociedade brasileira⁶⁴; assim, os temas que envolvem a sexualidade principalmente dentro do meio escolar são sempre um assunto que fará exaltar sentimentos, porque influi no entendimento cristão acerca da perspectiva sexual de seus filhos, que no seio do lar e da igreja são preparados para o casamento e para a união heterossexual, com o sexo aceito como prática apenas nessas circunstâncias. Falar sobre outras possibilidades de expressão sexual seria não promover um espaço sem homofobia, mas mostrar aos jovens que podem livremente optar por outro modo de se expressar em relação à questão de gênero e orientação sexual, sendo assim uma ameaça aos ensinamentos cristãos e à preservação da “Família” em seu modelo tradicional.

Essas questões, que podemos considerar como “inflamáveis”, contribuem diretamente para uma aproximação de cidadãos sem preferência partidária a políticos que se mostrem como representantes dos “bons costumes” e defensores da religião. Saber que existem políticas que venham a ferir o que se crê como certo, o conceito de Família, sendo permeadas pela ideia de famílias constituídas por homossexuais, de descriminalizar o aborto ou de tratar livremente assuntos como a sexualidade feminina ou homossexualidade nas escolas, aproximou muitos eleitores da ala da nova direita. Provavelmente, se esses assuntos não tivessem vindo à tona, os eleitores que votaram ou simpatizam atualmente com a nova direita continuariam sem demonstrar grandes interesses para com parlamentares; no entanto, estes reavivaram preceitos – conservadores – que fazem parte do senso comum, como “bandido bom é bandido morto”, “dois iguais não reproduzem”, “tá com dó do bandido? Leva pra casa”, “não basta dar o peixe, tem que ensinar a pescar” (sobre os benefícios do Bolsa Família). Vários desses pontos infringem os direitos humanos, mas – como dizem “direitos humanos, é para humanos direitos” – fortalecem o que o senso comum e o que foi social e historicamente embutido na

⁶⁴ 57% dos brasileiros com mais de 16 anos se consideram católicos, 19% evangélicos pentecostais e 9% evangélicos não pentecostais, segundo dados obtidos em pesquisa realizada pelo instituto Data Folha em 2013, divulgada pelo Portal de notícias G1 em 21/07/2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/jornada-mundial-da-juventude/2013/noticia/2013/07/populacao-catolica-cai-de-64-para-57-diz-datafolha.html>>. Acesso em 31 de janeiro de 2016.

forma de pensar do brasileiro como correto ganha força, quando o que se tem como modelo de sociedade, ainda que excludente, mostra-se ameaçado.

No trabalho de Apple e Olliver (2000), cita-se como referência a formação de grupos e apoiadores de direita e extrema direita que se formaram no caso de Citrus Valley, uma pequena cidade dos Estados Unidos, após o distrito escolar ter adotado um novo livro didático causando controvérsias e desagrado junto a alguns pais, que relatavam que seus filhos ficavam assustados e tinham medo de algumas histórias presentes no livro. Essas reclamações não partiram de um grupo de pais religiosos ou com condição econômica específica, mas de pessoas muito distintas entre si. Com o passar do tempo, o aprofundamento das reclamações e a continuada rejeição pelo distrito escolar em atender as reclamações, os pais acabaram por receber apoio de grupos políticos de direita e extrema direita. No seio deste novo grupo, viram que tinham algo em comum e que podiam ser ouvidos e também entendidos. Esse é um exemplo de como uma única questão pode aproximar indivíduos que não se reconhecem como liberais ou conservadores de pautas da direita e da extrema direita.

Para Maciel (2015), os eventos de junho de 2013, apesar da presença das inúmeras bandeiras, foram protestos que demonstraram que os trabalhadores brasileiros percebiam o modelo “neoliberal moderado do lulismo” em fase de esgotamento; e, num sentido de evitar que o modelo neoliberal entrasse em um processo de maior debilidade, as frações burguesas passaram a pressionar com maior intensidade para que se instalasse um novo ciclo neoliberal, a partir da intensificação da flexibilização dos direitos trabalhistas e da previdência, minando as possibilidades da reforma agrária. Os bancos já vinham exigindo do governo uma elevação dos juros e apresentavam contínua reclamação em relação à competição com os bancos públicos e suas ofertas de crédito. Os industriais, que vinham de um período de contínuo apoio ao governo, passaram a argumentar que a abdicação fiscal e os outros favorecimentos à indústria nacional já não eram o suficiente, apontando o “custo Brasil”⁶⁵ como muito elevado para as indústrias aqui instaladas competirem no mercado mundial. O agronegócio, que foi amplamente beneficiado ao longo dos governos petistas, passou a criticar a proximidade do partido com o

⁶⁵ Custos com direitos trabalhistas e previdenciários.

MST e as distribuições de escassos recursos à agricultura familiar (MACIEL 2015, 10-11).

O descontentamento e a crítica do grande capital em relação ao governo, aliados à campanha midiática negativa desencadeada desde o escândalo do “mensalão”, construíram um cenário de deslegitimação do partido em relação à ética política e a sua competência administrativa. A insatisfação do capital refletiu-se também na sociedade, principalmente junto à classe média, que vinha sentindo sinais da crise econômica e sentia-se incomodada diante das políticas sociais distributivas. Passou-se, então, a levantar de forma passional a bandeira contra a corrupção, a favor do incremento de políticas conservadoras e do impeachment presidencial (MACIEL 2015).

Outro ponto que tem fortalecido a direita no Brasil são as tendências conservadoras liberais presentes no cerne da classe média, que voltaram a transparecer principalmente na última década. A hipótese trabalhada por Cavalcante (2015) sobre expansão do espírito liberal e conservador da classe média relaciona-se a alguns pontos que interferem na dinâmica estrutural histórica dessa classe como: a diminuição da taxa de desemprego na era petista e o aumento da renda média do trabalhador, o que favoreceu mudanças tanto econômicas, quanto simbólicas. Algumas dessas mudanças estão associadas ao aumento dos gastos que “caracterizam uma vida de classe média”, influenciando no preço dos serviços domésticos prestados geralmente pela classe “subproletária” (CAVALCANTE 2015, 188). A questão não diz respeito especificamente à alta dos preços, mas ao aspecto que concerne às novas relações entre patrões e empregados, representadas pelas novas leis regulatórias.

Outro ponto diz respeito à queda da desigualdade social (também na era petista), que foi superior aos processos de implantação de Estado de Bem-Estar Social europeu, ainda que para ocorrer uma mudança definitiva no padrão social brasileiro seria necessário que a diminuição de desigualdade se mantivesse ao longo das próximas décadas. Em si a diminuição da desigualdade elevou a possibilidade de consumo de algumas camadas sociais, que puderam frequentar espaços antes restritos às classes médias, como os aeroportos e shoppings, promovendo uma renovação de dinâmica destes espaços, o que aos antigos frequentadores causa certo estranhamento.

Além disso, existem os programas que possibilitaram a entrada no ensino superior de camadas sociais que dificilmente antes alcançavam esse patamar. Mas o que se tem a ressaltar sobre essa situação concerne ao modelo neodesenvolvimentista brasileiro: em relação ao perfil estrutural do mercado de trabalho nacional, não houve aumento de ofertas de cargos técnicos e qualificados comparativamente ao grande aumento de postos de emprego em setores que exigem baixa qualificação.

As credenciais de antes não garantem postos de trabalho do presente. Eleva-se uma competição entre diplomados que, por um lado, contribui para diminuição da desigualdade de renda, mas, por outro, faz que gradualmente os esforços dispendidos em educação se transformem em frustrações, dificuldades de reprodução da condição social dos pais ou, simplesmente dívidas (CAVALCANTE 2015, 190).

A questão central do argumento de Cavalcante consiste na “reação conservadora da classe média”, que se dá em um contexto onde se percebem mudanças materiais importantes, mas o que em si teria afetado e influenciado a exacerbação desse pensamento está diretamente relacionado às ideologias que constituem a classe média. Isso porque o cenário de mudanças da era petista traz uma mudança em relação à “normalidade meritocrática”, que constitui a razão de organização e do próprio autorreconhecimento da classe média.

Para explicar essa constatação nos valem de Saes (1985 apud CAVALCANTE, 2015), de acordo com quem a adesão da classe média aos governos militares no Brasil se deu por parte especialmente do corpo técnico-científico da classe média como fruto de um sentimento que via no modelo ditatorial militar uma força social competente e disciplinadora da força de trabalho. O autoritarismo dos militares era, portanto, “a imagem engrandecida de suas práticas cotidianas” nas grandes empresas que então se desenvolviam no Brasil” (SAES, 1985 apud CAVALCANTE, 2015, p. 92). Desse modo, o conservadorismo liberal da classe média está em si fundado em um “medo mais geral de um processo que atinge o mecanismo que justifica, até entre os dominados, seu lugar superior na sociedade”⁶⁶. Ainda que as ideologias relacionadas à valorização do trabalho árduo e da meritocracia estejam em todas as classes, em cada uma delas apresentam-se de uma forma particular.

⁶⁶ idem

O pensamento liberal e, mais precisamente, o neoliberal enfatizam que esse novo modelo econômico não só é composto pela democracia como também pela igualdade de oportunidades, ou seja, a implantação e disseminação do neoliberalismo daria a todos a “mesma” oportunidade de conquistar seus objetivos, bastando apenas disposição para isso (KANAAAN 2005). Isso apesar de o liberalismo nem sempre ter concordado com a extensão do sufrágio e a igualdade entre a qualidade dos votos dos menos favorecidos economicamente, seguindo o pensamento de que o voto de um homem melhor instruído seria mais útil do que daquele que não possui uma formação ou posses (o que refletiria a sua incapacidade) e, portanto, não dispõe de aptidão satisfatória de discernimento na escolha política.

Nota-se, assim, a incoerência desse pensamento, o qual ora aponta que todos possuem capacidade de crescer e se desenvolver independente da origem social, e que a melhora de vida é conquistada pelo merecimento (como postos de trabalho privilegiados e renda) – pensamento profundamente arraigado na sociedade –; ora argumenta que nem todos têm capacidade para votar de forma inteligente e coerente.

As políticas de cotas nas universidades e em concursos públicos, além de popularização de bolsas de estudos, para o entendimento liberal conservador, não propõem uma forma de “igualdade de oportunidades”, mas sim de beneficiamento de dada classe ou raça em detrimento de outra. Quando os governos Lula e Dilma “facilitam” a vida das camadas mais pobres, concedendo subsídio financeiro (Bolsa Família), oferecendo cotas em universidades públicas e modalidade de bolsas em universidades particulares, acabam por incentivar um baixo nível de “esforço” desses cidadãos, influenciando na lógica da competição justa e meritocrática idealizada pela classe média tradicional, o que cria um sentimento de desajuste e injustiça em uma realidade de “desfavorecimento”. Dessa forma, o governo acaba por criar uma “luta de classes” entre os brasileiros – segundo o pensamento liberal conservador – quando interfere na lógica do merecimento – do valor da renda, do curso universitário e da posição social –, além de utilizar esses benefícios como moeda de troca nas eleições.

Outro ponto de fortalecimento da direita e que já foi explorado anteriormente está relacionado ao aspecto moral do PT, que tem sido veiculado na mídia de forma negativa desde os escândalos do “mensalão” em 2005. O partido, ainda que situado

à centro-esquerda do espectro político ideológico, está relacionado à crença⁶⁷ desenvolvida por formadores de opinião de que está tentando implantar uma ditadura comunista⁶⁸ no Brasil. São atribuídas ao partido antigas referências da Guerra Fria, como antidemocrático e ditatorial. O peso dessas argumentações recai sobre toda a esquerda, como uma opção política que cerceia as liberdades, sendo negativa para o crescimento e o desenvolvimento do país.

Ainda que o pensamento neoliberal tenha grande aceitação na sociedade brasileira, é importante apontar aqui que muitas ideias “progressistas” também são amplamente apreciadas pela população brasileira, inclusive entre os que buscam o impeachment ou a volta da ditadura. Os principais pontos são o de educação e saúde pública e gratuita, que tem a concordância de 95% dos entrevistados nas manifestações de 16 de agosto de 2015 (ORTELLADO, SOLANO e NADER 2015). Essa pesquisa é apenas uma ilustração do fato que podemos verificar desde as manifestações de 2013 (como também ao longo da história democrática brasileira): o desejo dos brasileiros é a melhoria dos serviços públicos, conseqüentemente, relacionada ao gerenciamento honesto do dinheiro público (novamente o problema da corrupção), e não a sua privatização.

Emprestando o termo de Kaysel (2015), a direita atual no Brasil e o seu crescimento e fortalecimento têm-se colocado até o momento como uma “esfinge” a ser decifrada. A busca do entendimento de suas peculiaridades se deu principalmente em relação à onda de protestos e críticas ao governo federal relacionados a atos de corrupção, ao pedido de impeachment presidencial, que tem se sustentado ideologicamente nas vertentes liberais e conservadoras. Desse modo, ainda que as maiores mobilizações⁶⁹ sociais contra o PT e pró-impeachment no ano de 2015 tenham sido referenciadas como apartidárias, é nítida a presença dos partidos de direita, de formadores de opinião e defensores do liberalismo e do conservadorismo.

⁶⁷ 64% dos participantes das manifestações de 12 de abril de 2015 em São Paulo acreditavam que o PT pretende implantar o regime comunista no país, conforme dados da reportagem publicada pelo portal de notícias “Último segundo”. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-04-14/pt-quer-implantar-regime-comunista-no-brasil-dizem-64-dos-manifestantes-de-sp.html>>. Acesso em 02/02/2016.

⁶⁸ Um argumento comumente referenciado pelo colunista Rodrigo Constantino enquanto trabalhava na revista Veja, a mais lida do país (muitos dos textos de Constantino foram apagados do meio digital após a sua demissão).

⁶⁹ 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015.

Como foi referenciado na primeira parte deste capítulo, as manifestações à direita estão baseadas nos pilares da anticorrupção e do antipetismo; não existe diálogo ou a construção de propostas, mas sim uma ocupação de espaços públicos por milhares de pessoas em um modelo de protesto individualizado. Essa postura pode enfim alimentar o crescimento de uma direita e uma extrema direita com perfil antidemocrático e antipopular. As queixas referentes à postura dos gestores do Estado e sua falha ética estão por ofuscar o processo de ascensão dos que desse momento se aproveitam para o crescimento político, explorando pautas que “chamam a atenção”⁷⁰ (e estão pretensamente ligadas à preservação da moralidade conservadora e nem sempre coerente com os direitos humanos) e passam a agradar uma faixa de eleitores, os quais, distraídos, não percebem as reais intenções e o que deseja essa articulação política em ascensão que não enfatiza de forma pública-popular seus projetos sociais e econômicos, os sobrepondo em pautas moralistas. A tão esperada mudança no perfil político pode não vir ou, na pior das hipóteses, ocorrerá de forma negativa.

⁷⁰ [PL 1672/2011](#), que institui o Dia do Orgulho Hétero; PEC 99/2011, que dá capacidade postulatória às igrejas para propor ação de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos, perante a Constituição Federal; PEC 171/1993, referente à diminuição da maioria penal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O único caminho para o renascimento
passa pela escola da própria vida
pública, pela democracia e opinião
pública mais ilimitadas e amplas.

Rosa Luxemburgo

Ao longo deste trabalho buscamos verificar qual democracia se faz presente nas mobilizações sociais à direita, entre outubro de 2014 a março de 2015 nas ruas brasileiras. Para o desenvolvimento do raciocínio que envolve a questão, buscamos entender o percurso e as principais características do modelo democrático atual vigente nas sociedades ocidentais. Assim percebemos que dentro desta lógica democrática, a democracia é tida como um método para a escolha das elites governantes, o eleitorado se encontra em segundo plano, e as elites políticas no primeiro; a principal função destinada ao cidadão é a da escolha através do voto entre as elites em competição (SCHUMPETER 1961).

No entanto apesar de a democracia atual não se aproximar do ideal democrático, ela permitiu a ampliação da cidadania, e a possibilidade dos cidadãos se protegerem contra possíveis medidas arbitrárias dos governos. Além disso a democratização possibilitou o direito ao voto para grupos antes excluídos, apesar disso o direito universal ao voto e a organização da democracia liberal acabaram por minimizar ou neutralizar reivindicações de cunho mais radical, principalmente as que tem origem na classe operária, pois esta concepção democrática acaba por deslegitimar essas formas de mobilização política, pois a manifestação que é considerado mais ordeira e “democrática” se dá através do “voto” e de forma individual.

Nas últimas décadas, os princípios da democracia liberal, foram amplamente divulgados como princípios universais, divulgando-se através das ideias de liberdade individual e soberania popular; a promoção do modelo democrático liberal, esteve ligada ao projeto de ampliação do capitalismo, que foi facilitado após o fim da Guerra Fria, através da política internacional Norte Americana, que demonstrou um grande esforço em exportar o modelo neoliberal, ligado a ideia de democracia, e que foram prontamente implantados nos países Latino-americanos.

Desta forma a presença do neoliberalismo passou a influenciar a democracia de forma negativa; despolitizando e diminuindo a importância das disputas

ideológicas; inserindo suas pautas liberalizantes como única forma de funcionamento das democracias modernas; limitando a força dos sindicatos em relação a manifestações e greves, já que este modelo abriu a possibilidade de flexibilização dos direitos do trabalhador, acabando por limitar as lutas por melhores salários e condições de trabalho. Com a debilidade das possibilidades de contestação as forças econômicas internacionais acabam por ganhar cada vez mais espaço e influência diante dos governos nacionais.

Ao chegarmos a estas considerações sobre a influência da economia e do neoliberalismo sobre a democracia, iniciamos a segunda parte do estudo destinada a entender os elementos que levaram a formação dos movimentos antipetismo e anticorrupção no Brasil.

Após a chegada do PT ao governo nacional, este partido que ao longo de sua caminhada até a eleição presidencial em 2002, despertou o sentimento de esperança para a possibilidade de uma nova forma de política no Brasil, formado através de forças sindicais e por movimentos sociais, dava a entender aos seus simpatizantes e filiados, que a partir de sua presença dentro da esfera federal governaria de uma forma revolucionária e inclusiva, no entanto, a este respeito, manteve a ordem de organização vigente, e não foi além de um governo de reformismo fraco. Não obstante a frustração maior sobre o partido, esteve sobre os arranjos ilícitos envolvendo o uso do dinheiro público. Os acordos corruptos sobre o qual o PT se envolveu, e que em sua vigência tanto o beneficiou como à oposição, e passou, no entanto, a prejudicar a imagem do governo quando foi desvendado de forma pública ainda em 2005.

A partir destes acontecimentos, muitos eleitores do partido mostraram-se decepcionados, a partir da percepção de que o PT era de fato um partido igual ou pior que os outros que já estiveram a frente do governo. Além disso, a oposição que dentro do jogo político tem por fim vencer a disputa sobre a posse do poder, ou dela se beneficiar, utilizou-se dos escândalos de corrupção amplamente como material de autopromoção.

Os escândalos de 2005 deram a oposição uma breve sensação de que o PT poderia vir a não ser reeleito, por ter de certa forma decepcionado muitos apoiadores, no entanto as novas bases eleitorais que se somaram ao partido em decorrência de experimentarem um processo de ascensão social e melhoria de vida, garantiram ao partido mais três eleições presidenciais. A este processo somou-se

por parte de alguns grupos oposicionistas, um processo de deslegitimação dos votos das classes mais baixas, os discursos de oposição ao PT passaram a justificar as suas vitórias políticas relacionando-as aos benefícios sociais, concedidos a classes “acríticas”.

Ainda ao longo deste processo de investigação verificamos que o movimento insatisfeito com o governo do PT que se intensificou no período das últimas eleições, não se formou apenas sobre a anticorrupção, mas também por nutrir divergências em relação ao perfil ideológico, ou seja, o antipetismo está calcado em relação crítica ao perfil progressista do partido.

A insatisfação com o partido que se mantem à frente da presidência da república a mais de uma década, teve ao longo desse tempo algumas manifestações públicas de indignação como o movimento cansei (2007), mas foi em 2013, que os grupos sociais insatisfeitos passaram a desenvolver os quadros interpretativos de protestos, e advieram a se reconhecer e desenvolver uma identidade coletiva em torno do antipetismo e da anticorrupção, quando a pauta do preço do transporte é vencida pela pauta anticorrupção, uma nova oportunidade de ciclos de protestos inicia-se nas campanhas eleitorais no ano de 2014, os grupos sociais que haviam se reconhecido através das identidades antipetistas e anticorrupção, passaram a aumentar a militância contra o partido através das redes sociais e de alguns eventos públicos.

As ferramentas virtuais, como *Twitter*, *Facebook* e aplicativos de celulares, trouxeram novas possibilidades aos cidadãos para compartilharem as suas frustrações. Estes novos espaços permitem que o cidadão possa emitir a sua opinião sobre o governo, sobre a política, compartilhando a sua opinião com uma coletividade de pessoas. As recentes manifestações vistas nas ruas, não só no Brasil, como em outros países, demonstram que o cidadão atual, percebe o modelo de democracia indireta com insuficiente. A internet aumenta a possibilidade de participação do cidadão além do processo eleitoral, assumindo um papel mais ativo diante do Estado⁷¹ (KOZIKOSKI 2015).

⁷¹ Não podemos deixar de mencionar, que apesar deste estudo abordar os movimentos iniciados por indivíduos e grupos da direita, ele não é o único que se fortaleceu no Brasil contemporaneamente existe uma nova forma de se discutir política na sociedade, que também tem beneficiado a esquerda e pode ser observada através do aumento de discussões que se fazem sobre o racismo, violência contra mulher, homofobia, como também sobre ideias defendidas pelo movimento feminista, essas discussões tem como um dos principais espaços de fomento as redes sociais, essas ideias passam a atingir um grande número de pessoas graças ao uso das novas tecnologias.

O movimento caracterizado como antipetista, passou a vigiar e a denunciar através das mídias sociais e eventos públicos imagens relacionando o PT a atos de corrupção; a baixa capacidade administrativa; a projetos comunistas e totalitários para como meio de se perpetuar no poder, como também a falta de compromisso com os brasileiros, utilizando-se principalmente das figuras de Lula e Dilma para a exemplificação das acusações. A intenção desse grupo até o mês de outubro de 2014 teve por objetivo evitar a reeleição deste partido. No entanto, frustrada essa possibilidade, passaram a questionar o resultado das eleições, passando a demandar o impeachment da presidenta. O que em relação ao seu direito como cidadão, o faz no sentido de externalizar o descontentamento em relação ao governo, que é um dos direitos bases da democracia, a possibilidade de contestação.

O ato de vigiar e exigir a honestidade dos representantes políticos é uma forma de cidadania, e é importante em uma democracia que toda a forma de poder seja vigiada, no entanto os movimentos anticorrupção e antipetistas, acabam por focar a atenção de forma mais enfática sobre o PT, como se este partido tivesse condicionado a corrupção, merecendo assim muito mais desconfiança do que os outros partidos. O foco dado ao PT, acaba por deixar não só outros partidos com maior vulnerabilidade para cometer atos ilícitos, como também o poder econômico, que não recebe a mesma atenção de vigilância.

As mobilizações organizadas que pedem o impeachment de Dilma nutrem um perfil democrático superficial, porque não pretendem o diálogo com o governo eleito, buscam objetivar apenas a troca da elite política. Utilizando-se de uma das fraquezas que o modelo democrático liberal apresenta, a baixa capacidade de lidar com a participação popular além das eleições, nesse sentido as manifestações têm como propósito principal fortalecer o caráter conservador da política nacional. Ou seja, as manifestações à direita não visam uma democracia mais inclusiva e participativa, mas demonstrar a não aceitação da presidente eleita na última eleição, buscando um meio de legitimar a sua retirada do cargo, buscando evidenciar através das passeatas uma grande rejeição popular.

A oposição política ao governo Federal é a grande beneficiária com o desgaste político do PT, neste sentido essa se apresenta como porta voz legítima do grupo que pede a saída de Dilma, muitas vezes deixando de falar por eles, para falar no lugar deles (BOURDIEU 2004). No entanto esta oposição política quando apoia

a possibilidade de um impeachment, age de forma antidemocrática em relação a toda a população brasileira que não esteve nas ruas, pois por maior que seja o grupo antipetista, eles ainda não são a maioria da população brasileira, representam apenas uma fração dentre os eleitores, deste modo não podem sobrepor a vontade de todos aqueles que não estão nas ruas para se manifestar, tanto contra como a favor.

O que as manifestações em 2014 e 2015 favorecem, não é o aprofundamento democrático, mas sim a implementação de uma economia neoliberal mais ortodoxa, favorecendo o grande capital e fragilizando os direitos do trabalhador, auxiliando na manutenção de uma estrutura de dominação classista. Além disso esse tipo de manifestação acaba por fortalecer ainda mais o modelo democrático liberal, que aceita e mantém as desigualdades sociais, como também valoriza a perspectiva de apresentação de demandas políticas criada pelas elites. A população nas ruas, não foi capaz de trazer ou forjar outra alternativa a não ser a troca de elites. Esse momento se constitui como uma possibilidade aberta para a construção popular de propostas a uma reforma política, no entanto, o que se observar é que os manifestantes que desejam o fim do governo Dilma, se condicionaram a concordar com os opositores políticos do governo. Além disso, os grupos que detém maior possibilidade em serem ouvidos e atendidos pelas forças políticas nesse modelo democrático está entre os grupos mais privilegiados economicamente, pois possuem maiores recursos para exercerem pressão em relação as suas demandas.

Ademais outras características dessa democracia, é de indivíduos espectadores e receptores de espetáculos criados pela mídia, nos quais os “personagens políticos” encenam. Sendo assim é criada uma falsa impressão de que o eleitor é bem informado, sem perceber que por trás disso, existem divérsas informações e que por motivos diversos não são exploradas. Outra característica do comportamento dos eleitores, é o comportamento do “povo-juíz”, deixando de lado por exemplo a atividade de reivindicação, para dar lugar ao processo de julgamento do líder político. Acabando por personificar a política, dando atenção ao líder como pessoa e focando em suas ações no sentido de buscar verificar se suas atitudes são éticas ou não, e menosprezando as suas ações políticas e administrativas.

O que se percebe em relação ao caráter democrático das mobilizações sociais à direita, é que estas não estão direcionadas para uma democracia mais

inclusiva e profunda, no sentido em que se busca maior igualdade social, econômica e a presença popular nas decisões políticas, mas pelo contrário, pois busca um caminho oposto à ideia de uma sociedade sem classes e da igualdade de oportunidades na participação política. O que a democracia nas ruas tem promovido sem dúvida é a ideia de um Estado menor, ou seja, que venha a privatizar empresas públicas, e sem a interferência do governo na economia, pontos que servem ao fortalecimento das estruturas sociais classistas e o atendimento das demandas das classes mais privilegiadas, em detrimento de políticas inclusivas e de distribuição de renda, sendo que o argumento que permeia as manifestações que está sob a corrupção, serve apenas como um meio aglutinador para legitimar o enfraquecimento do Estado e a autonomia do mercado.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. "As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate." *Lua Nova*, 2009: 49-86.
- ALTHUSSER, Louis. *La filosofía como arma de la revolución*. Madri: Siglo XXI, 2005.
- ANDERSON, Perry. "Balanço do Neoliberalismo." Em *Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático*, edição: Atilio BORÓN, Emir SADER e Pablo GENTILI. Paz & Terra, 1995.
- ANDERSON, Perry. "O papel das idéias na construção de alternativas." Em *Nova Hegemonia Mundial*, edição: Atilio. BORON, 37-52. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- APPLE, Micheael W., e Annita OLLIVER. "Indo para a direita: a educação e a formação de movimentos conservadores." Em *Pedagogia da exclusão CRÍTICA AO LIBERALISMO EM EDUCAÇÃO*, edição: Pablo GENTILI, 271 - 303. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARQUER, Monize. "Comportamento eleitoral nas eleições presidenciais de 2010: análise da votação em Dilma Rousseff." *Anais III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política*, julho-Agosto de 2013: 1-20.
- AVRITZER, Leonardo. "Porque a classe média brasileira está dividida nesta eleição." *CARTA MAIOR*, Outubro 2014.
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo : Unesp, 2002.
- BEZERRA, Heloisa Dias. "Síndrome do veto útil: Esboço de uma hipótese sobre as vontades políticas que capturam o eleitor em 2014." *Em Debate*, novembro de 2014: 17-21.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995.
- . *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

- . *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995.
- BORON, Atilio A. "Capítulo III. La sociedad civil después del diluvio neoliberal." Em *La trama del Neoliberalismo. Mercado, Crisis y exclusión social*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo : Brasiliense, 2004.
- BRANDÃO, Assis. "Bobbio na história das idéias democráticas ." *Lua Nova*, nº 68 (2006): 123-145.
- BRASIL, Senado Federal. "Projeto de Lei da Câmara n. 103." 30 de outubro de 2012.
<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=115871&tp=1>
(acesso em 29 de janeiro de 2016).
- BRINGEL, Breno, e Enara ECHART. "Movimentos sociais e democracia: os dois lados das "fronteiras"." *CRH [online]*, 2008, 54 ed.: 457-475.
- CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo : Companhia das letras, 1995.
- CARRILLO, Karla Stettner. "Posdemocracia de Colin Crouch." Cidade do México, s.d.
- CAVALCANTE, Sávio. "Classe média e conservadorismo liberal." Em *Direita, Volver! O retornado da direita e o ciclo político brasileiro*, edição: Sebastião Velasco e CRUZ, André KAYSEL e Gustavo CODAS, 177-196. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.
- CHOMSKY, Noam. *Para entender o poder: o melhor de Noam Chomsky*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CODATO, Adriano, Bruno BOLOGNESI, e Karolina Mattos ROEDER. "A nova direita brasileira: uma análise de dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador." Em *Direita, Volver!*, edição: Sebastião Velasco e CRUZ, André KAYSEL e Gustavo CODAS, 115-144. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.
- COIMBRA, Marcos. "Quatro razões para a vitória de Lula." *Cadernos Fórum Nacional*, 2007, 6 ed.: 5-13.

- COMPARATO, Bruno Konder. "Uma Direita Radical no Brasil?" *IX ENCONTRO DA ABCP*, 04-07 de agosto de 2014: 1-28.
- COUTINHO, Carlos Nelson. "A Democracia como valor Universal." Em *Encontros com a Civilização Brasileira*, edição: Ênio Silveira, 33-47. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- COUTINHO, Carlos Nelson. "A democracia na batalhadas idéias e nas lutas políticas do Brasil hoje." Em *Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro*, por Osmar FAVERO e Giovanni SEMERARO, 11-39. Petrópolis: Vozes, 2002.
- COUTINHO, João Pereira. *As idéias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários*. São Paulo: Três Estrelas, 2014.
- CROUCH, Colin. *Posdemocracia*. México: Taurus, 2004.
- D'ARAUJO, Maria Celina. "PSDB e PT e o Poder Executivo." *Desigualdade & Diversidade – Dossiê Especial*, 2011: 65-100.
- DAHL, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Edusp, 2005.
- DINIZ, Eli. "Globalização, reforma do Estado e teoria democrática contemporânea." *SÃO PAULO EM PERSPECTIVA*, 2001: 13-22.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. 2. Brasília: UNB, 1980.
- ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar. "Educação, justiça e direitos humanos." *Educação e Pesquisa* 32, nº 1 (2006): 85-101.
- FERES JUNIOR, João, Lorena MIGUEL, e Eduardo BARBABELA. "A mídia impressa na cobertura das manifestações de junho." *Encontra anual da ANPOCS/ 38*. 2014. 1-18.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil*. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERNANDES, Florestan. "Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina." Em *As classes sociais na América Latina*, edição: Raul Bernardes ZENTENO. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERREIRA, Gabriela Nunes, e André BOTELHO. “Revendo o pensamento conservador.” Em *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*, edição: Gabriela Nunes FERREIRA e André BOTELHO. São Paulo : Hucitec, 2010.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no mundo* . Petrópolis: Vozes, 2014.

—. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2014.

HAJE, Lara. CÂMARA NOTÍCIAS. 2015.
<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/497879-CAMARA-APROVA-ESTATUTO-DA-FAMILIA-FORMADA-A-PARTIR-DA-UNIAO-DE-HOMEM-E-MULHER.html> (acesso em 31 de JANEIRO de 2016).

HARVEY, David. *O enigma do Capital e as crises do Capitalismo* . São Paulo: Boitempo, 2011.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Teoria das Elites* . Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

IANNI, Octavio. “A Sociologia de Florestan Fernandes.” *Estudos Avançados* , janeiro - abril de 1996: 25-33.

KANAAN, Hanen Sarkis. “O fim da história e o último homem (Francis Fukuyama) Resenha.” *Percursos* 6, nº 1 (2005).

KAYSEL, André. “Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras.” Em *Direita, Volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* , edição: André KAYSEL, Gustavo CODAS Sebastião Velasco e CRUZ, 49-74. São Paulo : Perseu Abramo, 2015.

KIRCHHEIMER, Otto. “A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental .” *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 7 (2012): 349-385.

KOZIKOSKI, Antonio Claudio Junior. “O Cidadão no Paradigma da Democracia Virtual .” *Democracia Digital e Governo Eletrônico* 12 (2015): 88-119.

- LAMOUNIER, Bolívar, entrevista feita por Luis Guilherme BARRUCHO. "A classe C quer muito mais." *Revista Veja*. ABRIL, (24 de Fevereiro de 2010): 15-19.
- LANZARO, Jorge. "La "tercera ola" de las izquierdas lationoamericanas: entre el populismo y la social-democracia." *Encuentros Lationoamericanos*, 2007: 20-57.
- LEHER, Roberto. "Eleições de 2014 no Brasil: classes e projetos em disputa." <http://marxismo21.org>. 28 de Novembro de 2014. <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/11/Eleicoes-classes-e-projetos-em-disputa-R-Leher1.pdf>.
- . "Opção pelo mercado é incompatível com a democracia: a crise no governo Lula da Silva e no PT e as lutas sociais." *Observatorio Social de América Latina*, maio-agosto de 2005: 109-117.
- LIMONGI, Fernando. "Prefácio." Em *Poliarquia: Participação e Oposição*, por Robert A. DAHL, 11-22. São Paulo: Edusp, 2005.
- LIMONGI, Fernando, e Rafael CORTEZ. "As eleições de 2010 e o quadro partidário." *Novos Estudos*, novembro de 2010, 88 ed.: 21-37.
- MACIEL, David. "Crise do neoliberalismo moderado e governo do PT." *Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*, 2015.
- MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal: Origens e Evolução*. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
- MAIR, Peter. "Os partidos políticos e a democracia." *Análise Social* XXXVIII, nº 167 (2003): 277-293.
- MANDEL, Ernest. *Introdução ao Marxismo*. 2. Lisboa: Antídoto , 1978.
- MCADAM, Doug, Sidney TARROW, e Charles TILLY. "Para mapear o confronto político." *Lua Nova*, 2009: 11-48.
- MICHELS, Robert. "Sociologia dos Partidos Políticos." Em *Sociologia política - textos básicos de ciências sociais*, edição: Amaury de SOUZA, 89-105. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1966.

- MIGUEL, Luis Felipe. "A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo." *DADOS – Revista de Ciências Sociais* 45, nº 3 (2002): 483 a 511.
- . *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Unesp, 2014.
- MOISÉS, José Alvaro. "Dilemas da consolidação democrática no Brasil." *Lua Nova*, Março de 1989: 47-86.
- MOISES, José Álvaro. "Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, fevereiro de 2008: 11-43.
- MONTUORI, Carla , e Patricia R. AMOROSO. "Os desacertos da política neoliberal na mídia televisiva: um olhar para o Jornal Nacional." *Punto Cero*, 2007.
- MORAES, Reginaldo C. "Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações estado-sociedade." *Educação e Sociedade*, setembro de 2002: 13-24.
- MOSCA, Gaetano. "La classe política." Em *Elementi di Scienza Politica*. 1896.
- NERES, Geraldo Magela, Gustavo Biasoli ALVES, Marco Antonio ARANTES, Osmir DOMBROWSKI , e Vania Sandeleia Vaz da SILVA . "A Revolta dos Coxinhas: as manifestações de março/2015 em debate." *Revista Alamedas vol. 3, n.1*, 2015: 1-27.
- NOBRE, Marcos. *Choque de Democracia: Razões da Revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NORRIS, Pippa. "A tese da "nova clivagem" e a base social do apoio à direita radical." *Opinião Pública* XI, nº 1 (2005): 1-32.
- NUNES, Jordão Horta. "Frame e identidade coletiva: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais." *Contemporânea*, Janeiro - junho de 2013: 143-172.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista - O Ornitorrinco* . kindle. Boitempo, 2003.

- ORTELLADO, P., E. SOLANO, e L. NADER. "Pesquisa manifestação política 16 de agosto de 2015." 2015. <http://gpopai.usp.br/pesquisa/>>. Acesso: em ago. 2015. (acesso em 10 de 2 de 2016).
- PANIZZA, F. "La marea rosa." *Análise de Conjuntura OPSA. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro* 8 (2006).
- PARETO, Vilfredo. "As elites e o uso da força na sociedade." Em *Sociologia política - textos básicos de ciências sociais*, edição: Amaury de SOUZA, 70-88. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- PEIXOTO, Vitor, e Lucio RENNO. "Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil." *Opinião Pública*, Novembro de 2011: 304-332.
- PENTEADO, Claudio Luis de Camargo , e Celina LERNER. "A direita se mobiliza: estudo do uso de redes sociais de internet por grupos de direita no Brasil." *PENSACOM BRASIL*, Novembro 2015.
- PINZANI, Alessandro. "Democracia versus tecnocracia: apatia e participação em sociedades complexas." *Lua Nova*, nº 89 (2013): 135-168.
- PLATT, Adreana Dculcina. "As políticas da "Nova direita": políticas sociais inclusivas e políticas econômicas excludentes." Cascavel, 2003.
- QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. "A Razoabilidade da Distinção entre "Direita" e "Esquerda" na Política Contemporânea ." *Crie*, nº 1 (2011).
- REGO, Walquiria Domingues Leão, e Alessandro PINZANI. "Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do Bolsa Família." *Política & Trabalho*, nº 38 (2013): 21-42.
- RIBEIRO, Pedro Floriano, e Brina Deponte LEVENGUEN. "Elites partidarias no Brasil: dados preliminares." CURITIBA, 2013.
- RICARDO, Paulo. *Christo Nihil Praeponere*. 2014. <https://padrepauloricardo.org/blog/urgente-congresso-pode-aprovar-a-ideologia-de-genero-como-meta-da-educacao> (acesso em 31 de janeiro de 2016).

- Richard S. KATZ, Peter MAIR. "El partido cartel: la transformación de los modelos de partidos y de la democracia de partidos ." *Zona abierta*, nº 108-109 (2004): 9-42.
- SADER, Emir. *A nova toupeira: Os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- SALES, Teresa. "Raizes da desigualdade social na cultura política brasileira." *Revista brasileira de Ciências Sociais* 9, nº 25 (jun. 1994).
- SANTOS, Marcelo Alves dos. "A Rede de Oposição Radical no Facebook: cartografia e apontamentos sobre os haters políticos." *Estudos da Comunicação* 15, nº 38 (2014b): 309-324.
- SANTOS, Marcelo Alves dos. "Cartografia das Redes da Revolta: fluxos políticos de oposição radical no Facebook." *Contemporânea* 12, nº 24 (2014a): 106-120.
- SANTOS, Maria Helena de Castro. "Exportação de democracia na política externa norte-americana no pós-Guerra-Fria: doutrinas e o uso da força." *Revista Brasileira de Política Internacional* , nº 53 (2010): 157-191.
- SARTORI, Giovanni. *Elementos de Teoria Política*. Madri: Alianza, 1999.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia* . Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1961.
- SEGRILLO, Angelo. "A confusão esquerda/direita no mundo pós-muro de Berlim: uma análise e uma hipótese." *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 2004: 615-632.
- SILVA, Denisson, Gabriel SETTI, Ranulfo PARANHOS, e Willber NASCIMENTO. "Teoria democrática contemporânea: Modelo Democrático Competitivo e Modelo Democrático Popular." *Em Tese*, jan./jun. de 2013: 1-27.
- SILVA, Fabricio Pereira da. "Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço ." *SURES*, nº 5 (feverei 2015): 67-94.

—. *Democracias Errantes* . Rio de Janeiro : Ponteio, 2015.

SILVA, Ilse Gomes. "AUTORITARISMO E CONSERVADORISMO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: a direita brasileira mostra a sua cara nas ruas." *VII Jornada Internacional de Políticas Públicas* , 2015.

SILVA, Pedro Gustavo de Sousa. "PSDB E PT: ANTES E DEPOIS DE SER GOVERNO." Brasília , 04 a 07 de agosto de 2014.

SINGER, André. "Brasil, junho 2013: Classes e ideologias cruzadas." *Novos Estudos*, nº 97 (2013): 22-40.

SINGER, André. "Mídia e Democracia no Brasil." *REVISTA USP* , nº 48 (dezembro/fevereiro 2000-2001): 58-67.

SINGER, Paul. *A formação da classe operária* . Campinas: Unicamp, 1988.

SOARES, Laura Tavares. *O desastre social* . Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. " O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação." *Revista Serviço Social & Sociedade* nº 122 122 (2015): 1-22.

SOUZA, Sandra Duarte de. "'Não à ideologia de gênero!' A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira." *Estudos de Religião* 28 (2014): 188-204 .

SPÍNOLA, Vera. "Neoliberalismo: Considerações acerca da origem e história de um pensamento único." *Revista de Desenvolvimento Econômico*, nº 9 (Janeiro 2004): 104-114.

TARROW, Sidney. *O Poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana, Thiago Aparecido TRINDADE, e A. C. C. TEIXEIRA. "'CorruPTos" Um ensaio sobre protestos à direita no Brasil (2007-2015)." // *Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas* , Abril de 2015: 1-29.

- TILLY, Charles. "Movimentos sociais como política." *Revista Brasileira de Ciência Política*, Janeiro-julho de 2010, 3 ed.: 133-160.
- TOLEDO, Caio Navarro de. "1964: o Golpe contra as reformas e a democracia ." *Revista Brasileira de História* 24 (2004): 13-28.
- URBINATI, Nadia. "Crise e metamorfose da democracia." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* VOL. 28 N° 82 28, nº 82 (2013a): 5-16.
- URBINATI, Nadia. "Da democracia dos partidos ao plebiscito da audiente." *Lua Nova*, nº 89 (2013b): 85-105.
- VERISSIMO, Luis Fernando. "Ódio." *O Globo*, 25 de junho de 2015.
- VITULLO, Gabriel Eduardo. *As outras teorias da democracia: Participacionismo, deliberacionismo e republicanismo cívico* . Natal: EDUFRRN, 2012.
- WASSERMAN, Claudia. " A esquerda na América Latina Durante os séculos XX e XXI: periodização e debates." *Diálogos, DHI/PPH/UEM* 14, nº 1 (2010): 19-38.
- . "A esquerda na América Latina Durante os séculos XX e XXI: periodização e debates." *Diálogos*, 2010, 1 ed.: 19-38.
- WEEKS, John. "Neoliberalism and the Decline of Democracy." 27 de março de 2014. <http://www.globalresearch.ca/neoliberalism-and-the-decline-of-democracy/5375401> (acesso em 5 de janeiro de 2015).
- WEFFORT, Francisco C. *Por que democracia?* 2. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- ZUCHIWSCHI, José. *Dois anos após veto, MEC diz que ainda 'analisa' kit anti-homofobia* (17 de MAIO de 2013).